



Daniel B. Portugal, Flávia Soares, Laura Gadelha (org.)

Reagregando o projetual

como estudar design com a teoria ator-rede



Daniel B. Portugal, Flávia Soares, Laura Gadelha (org.)

Reagregando o projetual

como estudar design com a teoria ator-rede

Daniel B. Portugal, Flávia Soares, Laura Gadelha (org.)

Reagregando o projetual

como estudar design com a teoria ator-rede



PPDESDI



Rio de Janeiro

2026

Reagregando o Projetual

Como estudar design com a teoria ator-rede

© Áspide, 2026

COORDENAÇÃO EDITORIAL Wandyr Hagge e Daniel B. Portugal

PROJETO GRÁFICO Laura Gadelha

REVISÃO Julia Fernandes

APOIO FINANCEIRO PPDESDI

CONSELHO EDITORIAL

Rogério de Almeida (USP)

Gustavo Silvano Batista (UFPI)

Marcos Beccari (UFPR)

João de Souza Leite (ESDI-UERJ)

Ricardo Cunha Lima (UFPE)

Marcos Veneu (FCRB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reagregando o projetual : como estudar design com a teoria ator-rede / Daniel B. Portugal, Flavia Soares, Laura Gadelha (orgs.). — Rio de Janeiro: Áspide Editora, 2026.

Vários autores.
ISBN 978-65-992238-5-3

1. Design 2. Design - Estudo e ensino 3. Filosofia e psicologia 4. Teoria ator-rede
I. Portugal, Daniel B. II. Soares, Flavia. III. Gadelha, Laura.

26-365241.0

CDD-745.407

Índices para catálogo sistemático:

1. Design : Estudo e ensino 745.407

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

A reprodução parcial deste livro sem fins lucrativos, para uso privado ou coletivo, em qualquer meio impresso ou eletrônico, está autorizada, desde que citada a fonte. Se for necessária a reprodução na íntegra, solicita-se entrar em contato com os editores.

Áspide Editora

Rua Senador Vergueiro, 30, apto. 201

Rio de Janeiro, RJ. CEP 22230-001

contato@aspide.com.br

www.aspide.com.br

Sumário

Prefácio

Claudio Comas Brandão 7

Prometeu enredado

Daniel B. Portugal 15

O que você sustenta quando se alimenta?

Flávia Soares 41

Seguindo a trilha dos soldados do Bope

Laura Gadelha e Silva 71

Psilocybe projectus

Miguel Sarzeda Reis Couto 95

Belfagor e a incubadora da ESDI

Iara Brandão, Laura Müller e Marcella Porto 127

Posfácio 145

Sobre os autores 149

Prefácio

Claudio Comas Brandão

Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos agradáveis ou atrozés; nenhum me assombrou mais que o fato de todos ocuparem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência. O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo, pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei.

Jorge Luis Borges, *O Aleph*

Em *Dentro do nevoeiro*, Guilherme Wisnik identifica a sensação contemporânea de se viver em um regime de “baixa definição do pensamento”,¹ cujas causas estariam na desintegração do mundo bipolar, nas ameaças terroristas e na crise ambiental. Essa condição estaria relacionada ao uso recorrente de metáforas do nevoeiro, como cortinas de fumaça ideológicas, nuvens financeiras, *cloud computing*, que também têm impactado a arte, o design e a arquitetura contemporâneos, nos quais o nublamento se tornou uma de suas características mais marcantes.

Essa atmosfera nebulosa não afeta apenas os campos artísticos e projetuais, mas também os modos de entender e governar o mundo. No entanto, a sensação de cegueira provocada pelo fato de não ser possível saber tudo ou pelo

1 Wisnik, G. *Dentro do nevoeiro*. São Paulo: Ubu, 2018.

atordoamento diante da desintegração do mundo como o conhecíamos não nos impede de saber alguma coisa. Diante desse mundo de baixa definição, Latour nos convida a aterrar e a produzir estudos a partir de uma observação situada e lenta, recusando a pretensão de modelos totalizantes ou de visões panorâmicas capazes de antecipar os futuros em que nossos projetos existirão. É nesse terreno movediço que se inscrevem os trabalhos reunidos neste livro.

No texto de apresentação, Daniel B. Portugal propõe um estado da arte dos estudos em design, consolidado como campo na segunda metade do século XX, a fim de situar a abordagem latouriana. Ele percorre algumas das correntes mais influentes que contribuíram para afirmar o design como atividade especializada na resolução de problemas, em contraste com concepções centradas no desenho, no estilo ou na tradição artística. Observa que a aproximação com as ciências exatas e da natureza buscava conter as incertezas próprias à dimensão política do projeto, isto é, as disputas, negociações e indeterminações que atravessam seu processo. Mesmo quando algumas dessas correntes ampliavam seu escopo de pesquisa, quando, como escreve Portugal, “a ênfase se desloca dos artefatos para os sistemas, e se choca com a dimensão política”, elas permanecem limitadas por uma aposta na racionalidade e na centralidade da agência na atividade projetual.²

Para explicitar essas limitações, Portugal mobiliza sentidos de projeto que remontam à querela entre filósofos e sofistas. De um lado, a perspectiva sofista, ligada à viabilização política de um projeto, como o seu financiamento e o convencimento necessário para sua implementação. De outro, a filosófica, que separa saberes teóricos e práticos, elevando quem projeta à posição de concededores de formas, em conexão direta com o divino e distante das contingências do fazer, como se a atividade projetual pudesse prescindir do jogo político. Assim, Portugal distingue três sentidos para a compreensão do design: um político, outro projetual e um terceiro produtivo.

É a partir desse diagnóstico — segundo o qual nenhuma dessas dimensões, isoladamente, dá conta do que está em jogo — que Portugal defende a abordagem latouriana. Ele argumenta a favor de um entendimento de projeto que se constitui justamente nas relações entre essas dimensões e sustenta que a teoria ator-rede surge como uma abordagem capaz de assumir a dimensão política sem abrir mão da abstração projetual nem das mediações materiais da produção.

2 É interessante notar que esse fenômeno de ampliação dos campos também foi teorizado em outras disciplinas, por exemplo, por Rosalind Krauss e Miwon Kwon nas artes, ou por Anthony Vidler na arquitetura.

Essa é a perspectiva que orienta os estudos reunidos neste livro. Acompanhamos as trajetórias de participantes de ONGs, militantes de movimentos sociais, policiais, xamãs, pesquisadores e empreendedores, sempre enredados com seres de outra natureza:³ edifícios, marcas, artefatos, cartazes e bandeiras, aplicativos de celular, fungos, substâncias psicoativas consideradas lícitas ou ilícitas, alimentos tidos como adequados ou inadequados ao consumo.

Flávia Soares investiga o design de duas redes vizinhas de produção, circulação e consumo de alimentos que, à primeira vista, parecem alinhadas com a ideia de consumo consciente e de combate ao desperdício. De um lado, o Refettorio Gastromotiva, ONG que oferece refeições a pessoas em situação de insegurança alimentar, preparadas por cozinheiros de renome e servidas por voluntários, em um galpão projetado e mobiliado por profissionais igualmente reconhecidos. De outro, o acampamento Terra Crioula, coletivo associado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que comercializa produtos diversos e refeições preparadas com alimentos produzidos nos assentamentos, além de manter convênio com o curso de gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Apesar do forte caráter antropológico da pesquisa, o olhar da designer se faz sempre notar, evidenciando as dimensões projetuais dos espaços e das práticas, como a iluminação e a ventilação dos ambientes, o mobiliário, a comunicação visual presente em cartazes, painéis e camisetas, os utensílios de preparo e consumo dos alimentos — todos entrelaçados às formas de organização e aos próprios projetos de distribuição alimentar.

A investigação se desencadeia a partir da controvérsia surgida durante a organização de um ato público, quando alguns atores envolvidos no protesto se recusaram a dividir a mobilização com o Refettorio, por considerá-lo parte do problema que pretendiam enfrentar, e a convivência entre eles se tornou incômoda demais para ser simplesmente ignorada.

Flávia abre as “caixas-pretas” dessas organizações para mostrar como ambas sustentam ações de combate à fome e ao desperdício a partir de composições distintas. Por meio da cartografia de controvérsias, evidencia que o aparente alinhamento de intenções se desfaz quando elas precisam atravessar um ponto de passagem, nesse caso, o ato público.

Mas a autora não se limita a descrever as diferenças. Já no título, convida-nos a refletir sobre como nossas escolhas pessoais validam um ou outro projeto. Vemos, assim, que

3 Ou “existentes”, termo que Portugal adota para evitar a separação entre sujeitos e objetos ou enumerar seres vivos e inanimados, humanos e não humanos.

analisar os projetos de alimentação de uma e de outra de forma isolada, desconectados das redes que os sustentam, resulta em um retrato parcial e empobrecido. A abordagem latouriana mostra-se, assim, um instrumento potente, capaz de atravessar tanto a superfície refinada de aço e policarbonato do Refettorio quanto as bancadas simples do Terra Crioula para indagar quais atores mantêm cada uma dessas estruturas de pé.

De maneira análoga, Laura Gadelha nos convida a questionar o que sustenta a chamada “guerra urbana” carioca, cujas causas são genericamente atribuídas aos problemas sociais da cidade, sem que se questione como é produzida essa entidade que chamamos de “sociedade carioca”. Para investigar essa questão, ela escolhe um ator-chave no combate ao crime organizado, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Gadelha mostra como a forte identidade do Bope, de excelência técnica, emerge como efeito de uma rede extensa que envolve soldados, veículos blindados, métodos de treinamento, uniformes, símbolos, armas, perfis em redes sociais e interesses políticos.

Um dos fatores decisivos para a consolidação dessa identidade está, inicialmente, na repercussão do filme *Tropa de Elite* e, mais recentemente, na atuação de policiais nas redes sociais, nas quais a identidade do batalhão se torna objeto de uma operação contínua de *branding*. O filme, ainda que denunciasse práticas violentas dentro do Bope, também contribuiu para amplificar e estabilizar uma leitura heroica de sua atuação na batalha contra criminosos. Já nas redes sociais, essa imagem passa a ser cultivada de modo mais direto e cotidiano, aproximando o batalhão da opinião pública e reforçando sua aura de eficiência, tomando o batalhão como uma espécie de boia de salvação para a resolução de um problema muito mais profundo e complexo, que é a segurança pública da cidade.

Para entender essa trama entre segurança e construção de identidade, vale mencionar o episódio recente da incursão do Bope no Complexo do Alemão, em outubro de 2025,⁴ no qual foi empregada uma tática de emboscada; no entanto, o que ganhou centralidade pública foi sua nomeação como “Muro do Bope”. A transformação de uma operação policial em signo circulável, passível de ser apropriado e reiterado midiaticamente, reforça a associação entre ação policial e operação de *branding*, com reforço da identidade de marca. Desde a Antiguidade, a emboscada (*insidiae*) pôde ser considerada uma tática legítima quando dirigida contra um inimigo de guerra;

4 Nessa operação morreram 122 pessoas, entre suspeitos, civis e policiais, de acordo com o Human Rights Watch.

a questão que emerge aqui é como se projeta a figura do inimigo quando não se trata de uma guerra no sentido tradicional, contra agentes externos, mas dentro da própria cidade. Nesse sentido, a normalização da noção de “guerra urbana” no Rio de Janeiro, em lugar de “combate ao crime organizado”, não é apenas uma escolha retórica, mas um enquadramento que produz efeitos concretos, ao tornar certas táticas, dispositivos e níveis de violência aceitáveis.

Talvez não seja casual que *Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora é Outro*, ao deslocar o foco de bandidos e mocinhos para as relações entre crime, política e instituições, tenha encontrado um terreno narrativo mais instável do que o primeiro filme. É justamente nesse ponto que o estudo de Gadelha se mostra valioso: ao seguir os fios que conectam corpos, artefatos, símbolos e discursos, ela revela como determinados futuros violentos se tornam pensáveis, permissíveis e até desejáveis.

Enquanto o comércio de drogas ilícitas continua sendo uma das principais fontes de financiamento das facções combatidas pelo Bope, existe outro tipo de comércio que se vale das fronteiras nebulosas entre o que é e o que não é legal. É nesse terreno de categorias instáveis que se insere o estudo de Miguel Sarzeda sobre os cogumelos mágicos. Seu texto se divide em duas partes. Na primeira, explora as fronteiras pouco nítidas entre o natural e o artificial, abraçando o problema da identidade cambiante dos cogumelos mágicos e assumindo-os como um projeto, um feito coletivo e composto, e não como um mero produto da natureza.

Ele faz isso percorrendo as intrincadas tramas que conectam ritos, esporos, drogas, comércio, fármacos, cientistas, leis e usuários em um coletivo instável e multifacetado. Sarzeda reconhece a dificuldade que encontrou para formular esse projeto de um modo que fosse ao mesmo tempo suficientemente estável para tornar compreensível seu objeto de estudo e instável o bastante para que ele permanecesse aberto à investigação. Ao identificar o “conteúdo tão pulverizado” da pesquisa — retomando a metáfora do nevoeiro que comentei anteriormente —, ele nos mostra como as ferramentas da teoria ator-rede podem ser operativas nesse caso: seguindo as trilhas dos cogumelos em seu diário de bordo, retrazando as conexões entre os diversos atores, evitando sua pré-categorização e reconstruindo o seu percurso desde seus usos rituais na América Central até as lojas on-line.

Seu estudo mostra como esse comércio se apoia justamente na indefinição da identidade dos cogumelos mágicos e como, para se manter funcionando, se alia à gramática técnica, preferindo o uso de seus nomes científicos aos populares e exaltando suas qualidades terapêuticas em detrimento das recreativas.

Na segunda parte, relata a realização do média-metragem apresentado como trabalho de conclusão de curso. Nesse processo, a psilocibina não aparece apenas como objeto de estudo, mas como participante das condições de produção da obra: seus efeitos atravessam cenas da experiência como usuário, decisões de montagem, ritmo e atmosfera, contribuindo para a construção de uma ambiência por vezes lisérgica para o espectador. Assim, Sarzeda procura colocar em prática a noção de criação coletiva e de agência distribuída, envolvendo cogumelos, amigos e até mesmo as contingências técnicas que interferiram durante o processo de edição, como ele explica em uma das notas.

Iara Brandão, Marcella Layola e Laura Müller apresentam sua pesquisa científica recorrendo ao gênero ficcional, um recurso pouco utilizado em textos acadêmicos, mas particularmente adequado ao estudo, pois nos convida a descobrir gradualmente a situação complexa da incubadora da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) junto com o protagonista Belfagor, sem estabilizá-la prematuramente, tornando visíveis as múltiplas agências e perspectivas em jogo. Sua investigação parece flertar com a noção de problemas danados (*wicked problems*), formulada por Rittel e Webber (1973), quando convoca um ser perverso, o demônio Belfagor, do conto de Maquiavel, para seguir os rastros do funcionamento da incubadora e, talvez, esboçar uma solução para seus impasses.

À medida que a investigação se desenrola, o demônio se dá conta da extensa rede que compõe a incubadora: não apenas sua estrutura física, a disponibilidade de bolsas de pesquisa e a necessidade de uma administração estável, mas também a presença de entidades externas e a dificuldade de manter todos esses atores alinhados em torno de uma mesma agenda e em ritmos semelhantes.

A partir de entrevistas com participantes atuais e antigos do projeto, Belfagor constrói gradualmente uma perspectiva múltipla do problema, até perceber-se implicado como ator nessa rede complexa. Ainda assim, conclui que a única certeza é a impossibilidade de formular um plano de ação definitivo.

A incerteza que atravessa a experiência de Belfagor reaparece, sob outras formas, nos diferentes estudos reunidos neste livro: na dúvida sobre o pertencimento do Refettorio à rede de manifestantes contra o fechamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); nas relações instáveis que fazem do Bope uma entidade reconhecível e admirada pela opinião pública; e no cenário legal ambíguo em que se dá a comercialização e o uso dos cogumelos mágicos.

Essa incerteza não se limita, porém, aos casos aqui estudados, mas aparece também em diagnósticos mais amplos sobre o mundo contemporâneo. “Vivemos em um mundo incerto”, ouvi recentemente da economista Abby Innes, em um debate com o ex-ministro das Finanças do Reino Unido, Nadhim Zahawi, e o youtuber Gary Stevenson. Ela se manifestava em relação à incapacidade da teoria econômica neoclássica, dominante nas políticas econômicas desde a virada neoliberal dos anos 1980, de dar conta da realidade contemporânea. Para Innes, ser realista não significa buscar a teoria ou o modelo econômico mais eficiente que sirva de bússola para as decisões políticas, mas ampliar as perspectivas possíveis para os problemas que desejamos enfrentar, incluindo aquelas formuladas a partir da experiência do fracasso, e recuperar a dimensão participativa e plural da própria vida econômica.

Se a incerteza se impõe como condição do presente, a questão passa a ser como agir e produzir conhecimento dentro dela. Bruno Latour também relata a hesitação inicial diante do termo “teoria” na teoria ator-rede, mas que acabou lhe parecendo simpático pelo acrônimo em inglês de *Actor-Network Theory*, ANT, já que ele se via como uma formiga: “míope, viciado em trabalho e farejador de trilhas”.⁵ Se o nevoeiro descrito por Wisnik nos ajuda a reconhecer a condição de incerteza em que estamos imersos, a miopia das formigas sugere uma maneira de agir dentro dela. Pois, se no mundo incerto em que vivemos não adianta buscar um modelo totalizante ou um ponto de vista onisciente, como no Aleph do conto de Borges, também não estamos condenados ao desnorreamento. Resta-nos seguir rastros, aproximar-nos das coisas, aceitar a visão curta e trabalhar pacientemente na composição de mundos parciais, mas habitáveis.

5 Souza, I. M. A.; Sales Júnior, D. R. Apresentação. In: Latour, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Trad. G. C. C. Sousa. Salvador: Edufba; Bauru, SP: Edusc, 2012, p. 11.

Prometeu enredado

Por uma abordagem latouriana dos estudos em design

Daniel B. Portugal

O que significa estudar o design? A resposta a essa pergunta poderia ser bastante simples — não fosse, infelizmente, a complexidade dos termos “estudo” e “design”. Eles nos obrigam a recuar a outras questões: o que significa “estudar” alguma coisa? O que é “design”? São perguntas que se colocam de imediato a quem inicia uma pesquisa na área, e que tampouco admitem soluções fáceis. As respostas possíveis são múltiplas e se entrelaçam, abrindo caminhos diversos de investigação e reflexão.

Tal dificuldade, no entanto, não é uma peculiaridade do design. É esperado que um campo acadêmico precise lidar com a imprecisão e a multiplicidade de seu objeto definidor, bem como com as diversas formas possíveis de estudar esse objeto uma vez que uma ou outra compreensão do mesmo tenha se imposto. Peguemos, por exemplo, a biologia, entendida como o campo de “estudos da vida”. O que é a vida? Como estudá-la? Ou então a psicologia, entendida como “estudos da psique”. O que é a psique? Como estudá-la? Certamente, definir “vida” e “psique” é no mínimo tão complicado quanto definir “design”, e múltiplas possibilidades de pesquisa ficam abertas.

Vou avançar um pouco no exemplo da psicologia, para tentar deixar claro meu ponto. “Psique” pode ser entendida em um sentido que aponta para termos como mente, espírito ou mesmo alma, numa dimensão metafísica. Nesse caso,

ela teria uma natureza própria, que poderíamos dividir em partes — como faz, por exemplo, Platão, ao identificar na alma uma parte desejanste, uma irascível e uma racional.¹ Pensadores cristãos absorveram esse tipo de psicologia, tentando separar com mais detalhes as afecções da alma e as paixões do corpo. Mas essas paixões do corpo ainda deveriam ser estudadas como parte da psique? A pergunta também poderia — e de fato foi — colocada de forma inversa: não seria melhor restringir o estudo da alma, entendida metafisicamente, ao domínio da religião? E, para evitar confusões, pensar a psique como enraizada no corpo? A partir do século XVIII, alguns passaram a considerar que sim. Mas como fazer isso, se por tanto tempo a mente foi pensada em oposição ao corpo? Uma possibilidade seria simplesmente reduzi-la ao corpo, como propõe La Mettrie: “o cérebro possui músculos para pensar como as pernas para andar”.² Isso levaria a psicologia na direção de um estudo do cérebro — como é comum em abordagens contemporâneas que deslizam para a neurociência. Outra possibilidade é a do behaviorismo: a psicologia deveria se restringir ao estudo do comportamento. Ao mesmo tempo, os críticos dessas propostas reducionistas também se multiplicam, e voltam a destacar os pensamentos e sentimentos. Poderíamos estender este parágrafo indefinidamente — mas creio que temos o suficiente para perceber que o debate sobre a psique coloca em jogo a própria história da psicologia e não tem como desembocar em uma única posição definitiva.

O que quis ilustrar com isso, em primeiro lugar, é que toda pesquisa encontra-se necessariamente situada, direcionada por certo modo de compreender o conhecimento, os campos do conhecimento nos quais ela se insere e seu objetivo dentro dos campos assim considerados. Em segundo lugar, que esse caráter situado de uma pesquisa coloca em questão uma dimensão histórica, que precisa ser levada em conta por aquele que pesquisa. Tudo isso entra em jogo quando escolhemos uma abordagem.

O propósito deste livro é apresentar uma abordagem específica para os estudos em design, congregando textos escritos por pesquisadores que desenvolveram trabalhos partindo dela. Mas entendemos que essa apresentação não estaria completa sem uma discussão teórica das bases dessa abordagem. Tal discussão é o objetivo deste capítulo: vou apresentar alguns de seus alicerces históricos e, em seguida, suas principais diretrizes teórico-metodológicas.

1 Para uma apresentação mais detalhada da psicologia platônica, ver meu livro *As bestas dentro de nós* (Rio de Janeiro: Áspide, 2019).

2 La Mettrie, J. O. *L'homme machine*. Paris: Numilog, 2001 [1747], p. 101, tradução minha.

Será uma empreitada trabalhosa, que exigirá a compreensão de outras formas de pensar, algumas bastante distantes de nossos interesses mais imediatos. Para lidar com isso, estruturei o capítulo em seções relativamente curtas, começando com uma análise das abordagens mais influentes no momento de consolidação dos estudos em design nas décadas de 1960 e 1970 e seguindo em saltos para tratar de algumas questões que emergem dessa análise inicial. A primeira delas é o afastamento dos estudos em design da filosofia, o que tende a limitar seu aprofundamento epistemológico. Para explorar esse tema, proponho um retorno a Platão, procurando mostrar como sua concepção de conhecimento se constrói a partir da negação da política. Em seguida, de volta ao campo do design, examino como a emergência das questões políticas põe em xeque as propostas objetivistas que faziam sucesso nas décadas de 1960 e 1970. Apresento então algumas abordagens promissoras que surgem a partir da década de 1980, mas procuro evidenciar certas limitações no modo como pensam e incorporam a política. Essas mesmas limitações reaparecem nos estudos da ciência, o que me leva a examinar algumas abordagens desse campo, até chegar à proposta de Bruno Latour, principal referência para a abordagem aqui sugerida. Analiso então suas ideias sobre a ciência e, depois, sobre o design, terminando com a apresentação de algumas diretrizes teórico-metodológicas fundamentais para uma pesquisa em design ancorada em uma abordagem latouriana.

A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTUDOS EM DESIGN

Os estudos em design, ou pesquisa acadêmica em design, são tradicionalmente marcados por abordagens centradas em métodos projetuais e/ou nos processos mentais de um sujeito projetista. Esse é o caso, certamente, das duas principais correntes que ajudaram a consolidar o campo na virada da década de 1960 para a de 1970: *Design Methods* e *Design Science*.³ De maneiras diferentes, as duas procuravam pensar o design à luz das epistemologias objetivistas provenientes das engenharias, da matemática e das ciências naturais — aquilo que Schön sintetizou com a expressão “racionalidade técnica”, que adotarei aqui.⁴ Tal direcionamento levou a uma compreensão do design como atividade de “solução de problemas”.

3 Podemos listar, como alguns dos principais nomes ligados ao *Design Methods*: Horst Rittel, Bruce Archer, Christopher Alexander e John Chris Jones. No caso da *Design Science*, Herbert Simon assumia sozinho o protagonismo.

4 Schön, D. A. *The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action*. New York: Basic Books, 1983.

Apesar da limitação de tal compreensão, vale observar que ela se estabeleceu à época como uma tentativa de ampliação dos limites de um design que tendia a ser reduzido ao desenho. John Chris Jones, um dos autores mais profícuos ligados ao *Design Methods*, esquematiza três níveis projetuais: o primeiro é o do artesanato, o projeto de artefatos pautado na tradição; o segundo é o do projeto como desenho, que o designer faz na prancheta, testando possibilidades de forma e funcionamento; o terceiro, por fim, é o da solução de problemas em um nível mais complexo e abstrato, no qual a ênfase se desloca dos artefatos para os sistemas, e se choca com a dimensão política.⁵

Considerando que o design industrial se estabeleceu com a passagem do primeiro para o segundo nível, Jones procura marcar a emergência de uma concepção mais ampla de design, que envolve a passagem para o terceiro nível projetual. Ele destaca, com esse intuito, as limitações da compreensão do design como desenho e defende uma compreensão mais complexa do design, que “deve abranger e informar as forças e incertezas da política, da moral e da religião”.⁶ Jones, portanto, entende que uma concepção ampliada de design leva inevitavelmente para as incertezas da dimensão política. Na época de sua ligação com o *Design Methods*, no entanto, ele supunha que uma abordagem racional poderia eliminar a maior parte dessa incerteza. Mais tarde, ele se revoltou contra “a tentativa contínua de fazer caber o todo da vida em um *framework* lógico”,⁷ e abraçou as incertezas, incorporando a dimensão política em seu projeto de “tornar público o pensamento anteriormente privado dos designers”.⁸

Passando agora para a *Design Science* defendida por Herbert Simon, notemos que, apesar do alinhamento epistemológico geral com o *Design Methods*, seu ponto de partida analítico é muito diferente: não (como Jones) a dimensão prática do desenho, mas sim a dimensão abstrata das ciências naturais. Simon critica, acima de tudo, a tendência das Escolas ligadas ao projeto de colocar cada vez mais ênfase no ensino científico, deixando em segundo plano as competências ligadas ao fazer, que passam a ser reduzidas à mera “aplicação” do saber científico abstrato.⁹ Essa lógica

5 Jones, J. C. *Design Methods*. 2. ed. New York: Van Nostrand Reinhold, 1992 [1970]. “O primeiro iniciador da mudança nas coisas feitas pelo homem não é o criador de desenhos, mas o criador de coisas, o artesão habilidoso, o ‘designer’ que assume onde a evolução natural termina. É apropriado e útil comparar os novos métodos de projeto não apenas com a recente tradição do design por meio do desenho, mas também com o método muito mais antigo da evolução artesanal” (Jones, J. C. *Design Methods*, p. 15, tradução minha).

6 Jones, J. C. *Design Methods*, p. 32.

7 Jones, J. C. *Designing designing*. London: Bloomsbury, 2021 [1984], p. 22, tradução minha.

8 Jones, J. C. *Design Methods*, p. 45.

9 “Diante do papel central do design na atividade profissional, é irônico que, neste século, as ciências naturais quase tenham expulsado as ciências do artificial dos currículos das escolas profissionais. Escolas de engenharia tornaram-se escolas de física e matemática; escolas de medicina, escolas de ciências biológicas; escolas de administração, escolas de matemática finita. O uso de adjetivos como “aplicada” disfarça, mas não altera, esse fato” (Simon, H. *The Science of Design: Creating the Artificial*. *Design Issues*, Cambridge, United States, v.4, n. 1/2, 1988, p. 67, tradução minha).

da “aplicação” deixa de lado justamente a dimensão projetual — a competência fundamental de operar a transformação de situações dadas em situações preferíveis, definidora, para Simon, do conceito de “design”.¹⁰ O autor busca, então, recolocar ênfase nessa dimensão projetual e, para tanto, propõe uma “ciência do artificial” ou “ciência do design”. Tal ciência daria conta do design a partir dos moldes epistemológicos da racionalidade técnica, que também orientam as ciências naturais, mas com uma mudança de foco fundamental: enquanto as ciências da natureza procurariam descrever o que existe, as ciências do artificial buscariam projetar o que pode vir a existir.

Considerando conjuntamente as reflexões de Jones e de Simon, é possível notar que os estudos em design emergem com tentativas de pensar o projeto sem reduzi-lo, de um lado, ao pensamento concreto do desenho ou, de outro, ao pensamento abstrato da ciência. Tal esforço continua bastante atual, e possui uma importante dimensão filosófica. Infelizmente, Jones e Simon, como a grande maioria dos pioneiros dos estudos em design, tinham formações voltadas à engenharia, matemática e economia, e pouquíssima ligação com as humanidades, o que ajuda a explicar sua limitação no questionamento do modelo epistemológico da racionalidade técnica e, conseqüentemente, no delineamento de uma forma de pensamento projetual que pudesse escapar dele.

Com efeito, só pode ser empobrecedor deixar de lado campos de questionamento que discutem o projeto há mais de dois milênios — tempo que nos separa das reflexões de Platão a respeito do pensamento projetual em *Político*. Nesse diálogo, Sócrates — o protagonista — propõe separar o conhecimento (*episteme*) em um tipo prático e um teórico. Em seguida, questiona como deveria classificar o saber do *architekton* — o arquiteto, aquele que projetava edifícios e outras construções. Os participantes da conversa decidem que se trata de um conhecimento teórico, uma vez que ele não é diretamente produtivo, tal

como seria o saber do *tekon*, o carpinteiro ou construtor.¹¹ O “superconstrutor” — sentido literal de *architekton* — não constrói diretamente, mas avalia, organiza e comanda. Para avaliar e organizar, concebendo a melhor forma possível para a construção a ser realizada, ele atua como outros teóricos. Distingue-se, porém, por sua dimensão *diretora*: além de julgar intelectualmente, “emite ordens ou instruções”,¹² e assim governa o fazer de outro.

10 Simon, H. *The Science of Design*, p. 67.

11 Platão. *Político*. In: ___. *Diálogos IV*: Parmênides, *Político*, *Filebo*, *Lísis*. Trad. E. Bini.

12 Platão. *Político*, 260b.

Apesar de não darem atenção à obra platônica, os pioneiros dos estudos em design parecem incorporar implicitamente sua concepção de projeto.¹³ Eles retomam a tentativa platônica de subordinar o projeto a uma ordem racional, em um esforço por domar a dimensão política: daí sua obsessão com os métodos e com a matematização. Como veremos, no entanto, a tentativa de escapar da política é vã, e serve apenas para evidenciar as limitações dos *Design Methods* e da *Design Science*.

PROJETO E POLÍTICA EM PLATÃO

Façamos uma pausa para analisar com mais detalhes o lugar da política no pensamento platônico. Afinal, se a dimensão do projeto é marginal na obra platônica, o mesmo certamente não pode ser dito da discussão política: ela é um dos objetos principais da disputa entre filósofos e sofistas na Grécia Antiga.

O termo “sofista”, que pode ser traduzido por “sábio”, indicava aquele profissional do pensamento, da fala e da escrita cujo foco era a *retórica*: uma competência voltada à persuasão que visava garantir poder nas assembleias, nos debates e nos tribunais; um saber eminentemente político que havia se tornado particularmente relevante no contexto da democracia ateniense. No século V a.C., os sofistas tinham conseguido impor seu saber político — direcionado principalmente àqueles que buscavam dominar as assembleias — sobre o saber produtivo do carpinteiro, do médico, do cozinheiro, do tecelão etc.¹⁴

No século IV a.C., contudo, ganham força os “filósofos” — pensadores que buscam desbancar os sofistas com a ousada postulação de um saber suprapolítico, o qual se supõe poder estabelecer um comando de cima, sem necessidade dos debates e negociações políticos. Platão, esse grande inimigo da democracia, apresentava o saber filosófico como algo efetivamente sobre-humano. Isso fica bem ilustrado em uma passagem do *Fedro* na qual o saber filosófico é comparado a uma retórica que serviria não “para falar e agir em relação com os homens, mas para poder fazer

13 Uma ilustração, no âmbito do pensamento, da máxima de Santayana, segundo a qual “aqueles que não conseguem lembrar do passado estão condenados a repeti-lo”. Santayana, G. *The Life of Reason: Or The Phases of Human Progress*. New York: Charles Scribner’s Sons, 1920, p. 284, tradução minha.

14 A democracia ateniense, como se poderia esperar, manteve traços da organização “feudal” anterior. Os eupátridas — os bem nascidos, os aristocratas — permanecem à frente das atividades políticas e os trabalhadores produtivos são admitidos tardiamente no jogo político. Como observa Balansard, eles “permanecem vítimas dos preconceitos aristocráticos” (Balansard, A. *Technè dans le Dialogues de Platon: l’empreinte de la sophistique*. Sankt Augustin: Academia Verlag, 2001, p. 88, tradução minha).

discursos que têm o favor dos deuses, e agir tanto quanto possível de forma a obter esse favor”.¹⁵ Enquanto o saber dos sofistas buscaria a aprovação dos humanos, o dos filósofos buscaria exclusivamente a dos deuses.

No entanto, parece óbvio que os filósofos precisavam ao menos convencer os humanos do valor desse saber supostamente privilegiado pelos deuses. Para isso, serviram-se de estratégias diversas, incluindo uma tentativa de aliança com os saberes produtivos especializados, que haviam sido colocados em segundo plano pelos sofistas. A constante evocação dos saberes produtivos por parte de Sócrates costuma irritar seus interlocutores sofistas, uma vez que estes se consideram acima das discussões meramente técnicas. Como reclama Cálicles, “[tu, Sócrates] só falas em sapateiros, pisoeiros, cozinheiros e médicos”.¹⁶ Mas essas evocações são parte de uma bem pensada estratégia: Sócrates quer ancorar a dimensão técnica dos saberes produtivos diretamente no saber supostamente supra-humano da filosofia, excluindo da equação o saber político, que passa a figurar como mera enganação.

A filosofia e os saberes produtivos teriam em comum a capacidade de impor ordem a um objeto, de “compor um todo bem feito e equilibrado”.¹⁷ É esse paralelismo que coloca em primeiro plano a dimensão do projeto discutida em *Político*. Aí, como indicado anteriormente, Platão classifica o saber projetual como teórico, para indicar que há um saber abstrato que rege a imposição da ordem divina ao mundo material: acima do saber prático do *tekon* estaria o saber teórico do *architekton*. O intuito platônico é transportar esse mesmo modelo para a política. Acima do saber prático da atuação nas assembleias e tribunais, pensa ele, deveria haver um saber teórico que impusesse ordem às atividades políticas. O político e o projetista, concebidos em termos filosóficos, são portanto aqueles sábios que, acessando por um lado a ordem divina, são capazes também de dirigir a atuação prática. O projetista rege os produtores, enquanto o político rege os cidadãos.

Para resumir essa complicada disputa, podemos dizer que os sofistas e os filósofos procuravam se sobrepor aos saberes produtivos de duas maneiras muito diferentes. No caso dos sofistas, a sobreposição era política, ou seja, dizia respeito à divisão de poderes e atribuições dentro da pólis. Um bom exemplo disso é o questionamento de Górgias acerca da construção da muralha, do arsenal e do porto de Atenas. A quem ela é creditada? Não a um conjunto de pedreiros, mas a Temístocles e Péricles, esses grandes oradores.¹⁸ E, no entanto, é provável que eles nunca tenham sequer tocado

15 Platão. *Fedro*. Trad. J. C. de Souza. São Paulo: Editora 34, 2016, 273e.

16 Platão. *Górgias*. Trad. C. A. Nunes. Belém: UFPA, 2010, 491a.

17 Platão. *Górgias*, 503e-504a.

18 Platão. *Górgias*, 455e-456a.

em uma pedra dessas construções. Nesse caso, a “autoria” foi remetida às figuras responsáveis por convencer os cidadãos atenienses de que essas edificações deveriam ser construídas em tal lugar, de determinada maneira, para tais fins. Nesse sentido muito específico, seria possível dizer que Péricles e Temístocles “projetaram” as edificações. Mas trata-se de um sentido de “projeto” bem diferente daquele que poderíamos atribuir a um eventual desenho das edificações realizado por um arquiteto. Como se pode ver, as diferentes dimensões do projeto que começamos a destrinchar na seção anterior com Jones (artesanato; desenho; sistemas e decisões) já estavam colocadas em jogo na ágora ateniense.

Mas e os filósofos? Ao contrário dos sofistas, eles pretendiam dominar os saberes produtivos passando por cima do jogo político, pois apontavam o caminho que levaria a obter o favor dos deuses. Se tal favor chegaria efetivamente a ser obtido era secundário — o fundamental era remeter o projeto a um jogo diferente daquele dos sofistas; ou seja, substituir o jogo político do convencimento e da negociação pelo jogo filosófico da busca do favor divino. Este, bem entendido, era um jogo de cartas marcadas: eram os próprios filósofos, afinal, que decidiam acerca da obtenção do favor dos deuses.

Com esse poder, os filósofos buscaram se filiar aos produtores, reconhecendo o caráter divino de sua especialidade técnica. O sapateiro produz sapatos que agradam aos deuses, o médico, corpos humanos, o construtor de navios, navios, e assim por diante. Isso significa que a melhor forma para um objeto não pode ser decidida em disputas e negociações: os filósofos postulam uma forma mais adequada para cada objeto, uma forma divina que independe da opinião incerta dos mortais e é revelada somente ao verdadeiro produtor, ao verdadeiro projetista e ao verdadeiro filósofo, em níveis diversos de abstração.

O QUE É PROJETO?

Consideremos agora os diferentes sentidos de “projeto” que começamos a delinear durante a discussão sobre quem seria o responsável pela construção da muralha, do arsenal e do porto de Atenas. Poderíamos separar três sentidos do termo: (1) projeto no sentido do político, como a atividade de definição na negociação; (2) projeto no sentido do arquiteto, como atividade de prefiguração formal; (3) projeto no sentido do produtor, como a atividade de organização do trabalho produtivo e sua execução. Como se pode ver, há uma continuidade entre essas

acepções, e seria possível juntá-las em um sentido mais amplo, que incluía tanto o sentido político quanto o arquitetônico e o produtivo em um *continuum*: para que algo venha a ser de determinada maneira, é preciso tanto acordos políticos quanto definição da forma quanto atuação produtiva.

A separação entre os sentidos baseia-se sobretudo na separação de tipos de saber: saber político, saber projetual e saber produtivo. Mas será que a ideia de “projeto” não poderia indicar aqui justamente um saber intermediário que se define pela articulação e aproximação dos saberes políticos e produtivos? Quanto mais se pretende separar política e produção, menos o conceito de projeto parece fazer sentido. Para retomar o exemplo das edificações atenienses, não parece óbvio que sua existência depende tanto dos oradores quanto dos pedreiros — e também das pedras? Para utilizar um termo de Bruno Latour, podemos dizer que um conceito produtivo de “projeto” requer uma visão *composicionista*.¹⁹

Se essa separação entre os saberes produtivos e os saberes políticos já enfraquece o conceito de “projeto”, o que pensar do sentido proposto por Platão? Como vimos, esse sentido se baseia em uma exclusão do jogo político e no estabelecimento de uma linha única do saber, ancorada no divino. A noção de “projeto” como o saber teórico que pauta a produção indica aqui, mais precisamente, a capacidade de vislumbrar mentalmente o eterno e imutável e traçar tecnicamente os meios de transportá-lo para a dimensão inferior do mundo material. Estamos aqui muito distantes do “projeto” entendido como atividade incerta de construir em conjunto sobre o ainda não estabelecido.

É, portanto, fundamentalmente platônica a concepção empobrecida de projeto, calcada na negação do jogo político, que chegou até os movimentos *Design Methods* e *Design Science*. Somente entendendo essa origem conseguimos compreender sua lógica de pensamento, criticá-la e nos desviar para outras compreensões e modos de estudar o projeto. Foi por isso que insisti nesse longo desvio. Agora, estamos um pouco mais perto de nosso objetivo: entendemos que a relação com a política é um aspecto fundamental da ideia de projeto — ao menos tão fundamental quanto sua relação com a produção. Na próxima seção, voltaremos aos movimentos *Design Methods* e *Design Science*, para investigar com mais detalhes seu tratamento

da política. Em seguida, vamos explorar abordagens do design que colocam a política em primeiro plano, mas apontaremos também suas limitações. Com isso, angariamos insumos necessários para finalmente apresentar a abordagem latouriana nos estudos em design e destacar suas vantagens.

19 Ofereço uma explicação do termo adiante, em “Ciência em ação”.

Como vimos na primeira seção, o movimento *Design Methods* procurou sistematizar e tornar mais controlável uma concepção expandida de projeto, que estava se deslocando dos produtos para os sistemas, processos e funções. E, para isso, como sugeriu Jones, os designers precisariam “[...] aprender a observar seu próprio pensamento de uma maneira objetiva”.²⁰ Daí o foco do movimento no método, como indica seu nome. Seus membros, explicam Rith e Dubberly, “defendiam uma visão sistêmica do projeto de design e introduziram uma série de métodos enfatizando uma abordagem rigorosa, racional e científica para o design”.²¹

A busca por objetividade aproxima a concepção de projeto do *Design Methods* daquela proposta por Platão. No entanto, a análise anterior das ideias de Jones já nos deu uma primeira indicação do modo como, junto com a ênfase na objetividade, o *Design Methods* procura evidenciar a dimensão política do design. O mesmo, infelizmente, não ocorre com a *Design Science*, que se isola em um objetivismo cientificista. Uma análise rápida de dois artigos publicados no mesmo ano de 1973 evidenciará mais claramente essa importante separação de rotas entre os dois movimentos. Os dois artigos em questão são: “The Structure of Ill Structured Problems [A estrutura dos problemas mal estruturados]”, de Herbert Simon,²² principal nome da *Design Science*; e “Dilemmas in a General Theory of Planning [Dilemas em uma teoria geral do planejamento]”, de Horst Rittel e Melvin Webber, nomes associados ao *Design Methods*.²³

Os dois textos partem do fato de que as atividades projetuais não costumam lidar com problemas bem definidos — ou seja, seus problemas não são parte de uma estrutura clara o suficiente para indicar os parâmetros de adequação das soluções. Uma ilustração cômica desse ponto aparece no livro *O guia do mochileiro das galáxias*, no qual alguns personagens pedem ao computador mais poderoso então existente, Deep Thought, “a resposta”. A resposta para quê?, pergunta o computador. “‘Vida!’ Urge Fook. ‘O universo’ diz Lunkwill. ‘Tudo!’ dizem eles juntos”.²⁴ É o exemplo hiperbólico de um problema mal definido. O computador demora milhões de anos para calcular a resposta, que finalmente entrega aos descendentes dos que fizeram a pergunta. A resposta é: quarenta e dois. Diante da incredulidade de seus interlocutores,

20 Jones, J. C. *Design Methods*. New York: John Wiley & Sons, 1980 [1970], p. xix, tradução minha.

21 Rith, C.; Dubberly, H. Why Horst W. J. Rittel Matters. *Design Issues*, Cambridge, United States, v. 23, n. 1, pp. 72-74, 2007, p. 72, tradução minha.

22 Simon, H. The Structure of Ill Structured Problems. *Artificial Intelligence*, [S. l.], v. 4, n. 3-4, 1973.

23 Rittel, H.; Webber, M. Dilemmas in a General Theory of Planning. *Policy Sciences*, [S. l.], v. 4, n. 2, 1973.

24 Adams, D. *The Hitchhiker's Guide to the Galaxy*. New York: Del Rey Books, 1995, p. 104-105, tradução minha.

o computador arremata: “eu acho que o problema, para ser honesto, é que vocês nunca souberam realmente qual era a questão. [...] uma vez que vocês saibam qual é realmente a questão, vocês saberão o que a resposta significa”.²⁵ Como vemos, a narrativa do livro brinca com o fato de que questões como a do sentido da vida não admitem formulações bem definidas e, sem elas, não há sequer parâmetros para julgar as respostas.

Voltemos agora aos dois artigos mencionados, que lidam com a questão geral da má definição dos problemas de design. Se eles partem da mesma questão, suas conclusões, por outro lado, não poderiam ser mais antagônicas. Em uma formulação coloquial, a resposta de Simon é a seguinte: problemas mal definidos — ou como ele prefere, mal estruturados — são apenas outro tipo de problema bem estruturado. Basta desmembrá-los aos poucos em problemas cada vez mais bem definidos, até chegar em um nível em que seja possível avaliar as respostas.²⁶ Voltando ao paralelo com *O guia do mochileiro das galáxias*, isso quer dizer: em última instância, o sentido da vida poderia ser calculado por um supercomputador, mesmo que não possamos esperar uma resposta como “quarenta e dois”.

Já a conclusão de Rittel e Webber é que, nos problemas mal definidos, a própria colocação do problema é parte do problema. Nos termos de *O guia do mochileiro das galáxias*: não é possível saber “realmente” qual é a questão, pois o que é a questão é parte da questão. Isso pode parecer um pouco críptico, mas é apenas por causa da inadequação do nosso vocabulário para tratar de temas ligados ao projeto. As questões que estão em jogo no que estamos chamando de “problemas mal definidos” não são problemas no sentido de que poderiam ser solucionados; mas uma “situação” com a qual é necessário lidar. Para simplificar a situação na forma de uma pergunta a ser respondida, é necessário descartar muitos aspectos da situação em detrimento de alguns poucos. Fazer isso, no entanto, significa de

antemão aderir a uma forma específica de lidar com a situação — em outros termos, é já uma escolha política.

No artigo de Rittel e Webber, essa dimensão política é explicitada pela percepção de que o “social” inclui a atuação de uma diversidade de agentes, parâmetros e propósitos que não podem ser unificados. Todo sistema social é um sistema aberto — e “soluções”, em sentido estrito, só podem existir em sistemas fechados. Afinal, sem regras predefinidas que permitam avaliar as soluções, qualquer tentativa de resposta se torna tão sem sentido quanto a do computador

25 Adams, D. *The Hitchhiker's Guide to the Galaxy*, p. 112.

26 Para um tratamento menos caricato do artigo de Simon, ver: Portugal, D. B.; Hagge, W. Subordinando o problema à interpretação: da abordagem informacional à hermenêutica nos estudos em design (com especial atenção aos anos 1973 e 1992). *Estudos em design*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2023.

Deep Thought. A busca por soluções requer, inevitavelmente, a domesticação de uma situação complexa a partir de uma série de especificações. No entanto, “cada especificação do problema é a especificação de uma direção na qual um tratamento é considerado”.²⁷ Ou seja, toda especificação é um direcionamento, e qualquer solução só se apresenta como tal porque os parâmetros que garantem sua validade já foram previamente escolhidos em detrimento de outros. Por exemplo: se tratarmos o problema de certa aglomeração de pessoas no sentido de saber como os direitos à manifestação podem ser garantidos, os caminhos para uma “solução” e seus critérios de avaliação serão muito diferentes do que aqueles indicados pela questão de saber como se poderia pôr fim à ação de um corpo de baderneiros. Imaginar que uma dessas formulações seja correta de modo absoluto só é possível quando vestimos os antolhos que nos permitem ignorar a dimensão política do design.

O termo que Rittel e Webber escolheram para se referir aos problemas mal definidos ficou extremamente famoso: *wicked problems*. A expressão destaca o caráter ambíguo e enganoso desses problemas, evocando ao mesmo tempo uma dimensão maligna: são problemas perversos, perniciosos, traiçoeiros. Para tentar explicar seu uso de “*wicked*”, os autores evocam a figura trapaceira do leprechaun e a figura agressiva de um leão.²⁸ De minha parte, prefiro evocar a figura dos demônios, em oposição ao “divino” platônico: os problemas mal definidos, afinal, são aqueles que não entraram no jogo da obtenção do favor divino, que não estão regulados pela ordem divina — e essa é exatamente a característica definidora do demônio no pensamento cristão. Como atesta São Tomás de Aquino: “o pecado do demônio [...] [provém de] defeito que teve natureza de negação, a saber, enquanto sua vontade não foi regulada pela regra do regime divino”.²⁹ Demoníaco é tudo aquilo que não busca agradar os deuses.

Concluindo: embora Rittel e Webber não reconheçam isso de maneira clara, seu artigo de 1973 dá um golpe definitivo nas concepções objetivistas do design. A confusão das vontades não reguladas pela regra do regime divino está necessariamente em jogo no projeto — e não era exatamente isso que os sofistas entendiam como política?

27 Rittel, H.; Webber, M. Dilemmas in a General Theory of Planning, p. 160.

28 Rittel, H.; Webber, M. Dilemmas in a General Theory of Planning, p. 160.

29 Tomás de Aquino. *Os demônios*. Trad. P. Faitanin, B. Veiga. Campinas: Ecclesiae, 2022 [c.1270], p. 68.

PROJETO E POLÍTICA PARA ALÉM DO OBJETIVISMO

Vimos que, apesar de sua inicial pretensão objetivista, o comprometimento do *Design Methods* com uma concepção ampliada de projeto acabou lhes colocando face a face com o pandemônio da política. Isso talvez explique a fragmentação do movimento a partir de meados da década de 1970. Jones e Christopher Alexander, dois dos fundadores do movimento, repudiaram-no publicamente,³⁰ enquanto Rittel tentou transformá-lo de dentro, sem muito sucesso. Ele parece nunca ter tirado as últimas consequências das ideias de seu artigo de 1973 com Webber. Seja como for, e o que quer que pensemos do movimento, o *Design Methods* de algum modo abriu as portas para as concepções do design mais atentas à dimensão política que começaram a se consolidar nas décadas seguintes.

Entre elas, merece destaque a abordagem do design de Donald A. Schön, mais famosamente delineada em seu livro *The Reflective Practitioner* [O praticante reflexivo], de 1983. Schön parte de uma crítica à racionalidade técnica e ao modelo

projetual da solução de problemas, entendendo o projeto como um diálogo com uma situação. O conceito fundamental que guia sua abordagem é o de reflexão-na-ação, um modo de pensamento inseparável da prática.³¹ Com Schön, temos um salto importante na maneira de compreender o design, que incorpora com muita clareza a dimensão política da negociação no âmbito do projeto.

Outro salto relevante é dado pela abordagem do design ontológico, proposta inicialmente por Winograd e Flores no livro *Understanding Computers and Cognition* [Entendendo computadores e cognição], de 1986.³² Partindo de um diálogo com a filosofia de Heidegger, eles destacam o caráter ontológico do design, ou seja, o fato de que um projeto faz sempre parte de certo modo de estar no mundo e aquilo que ele produz pauta as possibilidades de ação para outros atores. A abordagem do design ontológico foi desenvolvida nas décadas seguintes por Tony Fry, Anne-Marie Willis e outros autores.³³ E, mais recentemente, ganhou novo fôlego com o trabalho de Arturo Escobar.³⁴

Schön e os autores vinculados ao design ontológico são bons exemplos de como um diálogo com a filosofia pode enriquecer os estudos em design.³⁵ Além deles, vale citar uma

30 Rith, C.; Dubberly, H. Why Horst W. J. Rittel Matters, p. 72.

31 Schön, D. A. *The Reflective Practitioner*.

32 Winograd, T.; Flores, F. *Understanding Computers and Cognition: A New Foundation for Design*. Boston: Addison-Wesley Professional, 1987 [1986].

33 Ver, especialmente: Fry, T. *Defuturing: A new design philosophy*. London: Bloomsbury, 2021 [1999]; Willis, A.-M. Design ontológico. Trad. D. B. Portugal. In: Portugal, D. B.; Kussler, L.; Hagge, W. (org.). *Quando fazer é pensar*. Rio de Janeiro: PPDESDI, 2023 [2006].

34 Escobar, A. *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Durham, United States: Duke University Press, 2018.

35 Schön dialoga com a escola pragmatista de James e Dewey, enquanto a abordagem do design ontológico é marcadamente e explicitamente heideggeriana.

terceira linha de pensamento relevante para pensarmos sobre a dimensão política do design de uma maneira filosoficamente informada: a de uma retórica do design, tal como proposta por Richard Buchanan, também a partir de meados da década de 1980. Mesmo aderindo a um referencial aristotélico, e não sofisticado, Buchanan coloca em destaque a negociação de diferentes valores no próprio projetar, mostrando a falha fundamental das abordagens objetivistas do design.

Apontei nesta seção três correntes de pensamento que começaram a se desenvolver na década de 1980 e que, ainda hoje, continuam particularmente promissoras para os estudos em design. Elas superaram algumas das principais limitações que destacamos no *Design Methods* e na *Design Science*, e foram responsáveis por um importante enriquecimento epistêmico dos estudos em design. Ao mesmo tempo, notei que elas obtiveram sucesso apenas parcial em incorporar a dimensão política excluída pela concepção objetivista do projeto. Apresento a seguir uma breve síntese das limitações que identifico nas três abordagens apresentadas.

Schön, embora proponha um deslocamento em relação aos modelos técnicos de racionalidade, mantém o foco no indivíduo que projeta, sem colocar em questão os enquadramentos políticos e epistemológicos que moldam a prática projetual. Já Buchanan submete a tradição retórica ao ideal filosófico da razão prática aristotélica, afastando-se da dimensão política da retórica sofisticada, na qual o dissenso e a contingência são centrais. A abordagem do design ontológico é, de todas, a mais explicitamente política. No entanto, ela cai por vezes em uma visão política romantizada, nostálgica, e deslumbrada com a ideia de “resistência”. Atacando múltiplos “ismos” (capitalismo, colonialismo, modernismo, neoliberalismo etc.), tal visão idealiza uma forma mais autêntica de organização social e acaba por obscurecer as complexidades e indeterminações da atuação política.

Tais limitações nos levam a buscar uma abordagem do design capaz de superá-las. Até o momento, parece-me que Bruno Latour é o autor que melhor responde a essas questões, e que permite pensar o design de maneira ao mesmo tempo filosoficamente densa, atenta ao particular e afinada com a política. O restante deste trabalho tem como principal objetivo apresentar sua abordagem. No entanto, para compreender como suas propostas podem orientar pesquisas em design, é necessário antes repensar o lugar da ciência, já que o pensamento de Latour está vinculado, em primeiro lugar, aos estudos da ciência e da tecnologia. Os leitores precisarão me perdoar, portanto, mais um grande parêntese, análogo àquele em que apresentei as concepções platônicas do projeto e da política — desta vez, porém, vou tratar do pensamento de Francis Bacon e da “revolução científica” que ele ajuda a realizar.

BACON E A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

A despotencialização do projeto e da política promovida pela filosofia parece se manter no pensamento científico, apesar das muitas diferenças entre filosofia e ciência. Foi pensando nisso que tracei anteriormente uma conexão entre a concepção de projeto de Platão e aquelas dos movimentos *Design Methods* e *Design Science*. Agora, proponho examinar essa conexão com mais atenção por meio de um tratamento bastante esquemático daquilo que costumamos chamar de “revolução científica”.

Esse termo indica uma virada do pensamento na qual a tradicional confiança em uma razão desincorporada, típica da filosofia, dá lugar à observação empírica sistemática da natureza como principal ancoragem do pensamento. Podemos situá-la no século XVII e conectá-la, em primeiro lugar, ao ambicioso projeto de reforma do pensamento de Francis Bacon. Em sua visão, o pensamento deveria se voltar ao domínio técnico sobre a natureza, e não mais à contemplação do cosmos ou do divino. Assim, Bacon rejeita a filosofia tradicional por sua inutilidade, uma vez que “não há quase nenhum experimento digno de ser citado, após a passagem de tantos anos, que tenda a facilitar e melhorar a condição humana e que possa ser verdadeiramente creditado às doutrinas da filosofia”.³⁶ Apesar do tom, isso não pode surpreender ninguém: os experimentos não eram comuns na prática filosófica, e ela não procurava “facilitar e melhorar a condição humana” no sentido de Bacon.

Parece óbvio que a ausência de experimentos desse tipo não é uma falha da filosofia, mas o resultado de uma atividade intelectual voltada a outros fins. Não faz sentido criticá-la por isso do mesmo modo que não faria sentido criticar um agricultor por ser incapaz de plantar e colher peixes. A questão é que Bacon, e outros que pensavam como ele, estavam propondo uma mudança de dieta intelectual. Enquanto a filosofia tradicional buscava “melhorar” o humano elevando-o metafisicamente pela razão, Bacon e seus companheiros buscavam outro tipo de “melhoria” da condição humana: a da facilitação da vida cotidiana e das empreitadas mundanas, como as da produção, do comércio e da guerra. Eles se viam, nesse sentido, como parte de um movimento já em curso, representado por três grandes “descobertas” relativamente recentes: “a arte da impressão, a pólvora e a bússola náutica. De fato, essas três coisas mudaram a face e o estado das coisas em todo o mundo”.³⁷

36 Bacon, F. *Novo Órganon* (*Instauratio Magna*). Trad. D. M. Miranda. São Paulo: Edipro, 2014, § LXXIII.

37 Bacon, F. *Novo Órganon*, § CXXIX.

Ora, essa virada do pensamento afeta diretamente as concepções de projeto. Como observei anteriormente, o projeto platônico ancorava-se no divino: era bom quando espelhava o mais fielmente possível uma ideia perfeita, eterna e imutável. A concepção de projeto que emerge da revolução científica é completamente diferente: não se busca mais um ideal para a forma, mas os meios que permitam efetivar no mundo uma forma qualquer. Se, antes, o projetista era um escravo do divino, agora ele se apresenta, a princípio, como o senhor da natureza — embora tenha que submetê-la, como insiste Bacon, “pela obediência”.³⁸

Isso coloca em primeiro plano a técnica, mas não oferece parâmetros para saber o que é bom em termos projetuais para além da expressão genérica utilizada por Bacon: “facilitar e melhorar a condição humana”. O que essa expressão pretende indicar é uma nova regra única e absoluta, porém humana, capaz de substituir a antiga ancoragem divina, mantendo a política excluída. Para retomar os termos de Tomás de Aquino anteriormente citados, podemos dizer que a confusão das vontades continua regulada, apenas troca-se a “regra do regime divino” pela “regra do regime da melhoria da condição humana”, mais comumente chamada de “progresso”. Abandona-se, enfim, o design absolutista centrado no divino apenas para se erigir um design absolutista centrado no humano.

A concepção baconiana de ciência continua viva no senso comum contemporâneo. Além disso, ela é a base de uma orientação persistente e duradoura nos estudos da ciência — ou, para usar o termo de raiz grega mais comum, *epistemologia*. É ela que fixará nos séculos seguintes o conceito de ciência como o estudo instrumental, empírico, experimental e sistemático da natureza. Vale destacar também seu caráter prescritivo, que pretende indicar um modo único adequado de produzir conhecimento — modo este que coloca foco no sujeito pensante e no método, exatamente as ênfases que observamos nos estudos em design no início do texto. Seriam elas uma derivação, nos estudos em design, de uma certa orientação nos estudos da ciência?

Se aceitarmos que é esse o caso, colocaremos a relação entre design e ciência de novas maneiras. Em vez de perguntar se design é ciência ou se o design deve ser científico, passamos a investigar como ganham força e se impõem diferentes regras de validação tanto para a produção de conhecimento quanto para o projeto.

38 Bacon, F. *Novo Órganon*, § III.

CIÊNCIA E POLÍTICA

Como vimos, da filosofia antiga à ciência moderna, o conhecimento — isto é, o saber definido pela verdade — foi frequentemente concebido como o oposto da política. Ele seria superior, imune aos jogos de poder e aos conflitos de opinião. Se, inicialmente, o conhecimento permitia acessar o divino, a partir da revolução científica imaginou-se que ele permitiria acessar e dominar a natureza e promover por conta própria o bem social.

Atualmente, essa ideia perdeu força e a percepção de uma imbricação entre a ciência e a política é cada vez mais comum. Em muitos casos, no entanto, trata-se apenas de apontar pontos de contato entre dois campos que continuam a ser concebidos como separados. Com efeito, a separação entre ciência e política é difícil de erradicar, pois ela se apoia no dualismo moderno fundamental entre natureza e sociedade. De um lado, o domínio das regularidades acessadas pela ciência; de outro, o campo das relações humanas, objeto da política. Mesmo as abordagens sociológicas da ciência que se consolidaram no século XX tendem a aceitar essa dicotomia.

O trabalho de David Bloor pode ser considerado um primeiro ponto de virada dessa tendência. A partir da década de 1970, Bloor lança um ataque ao que chama de abordagens “fracas” na sociologia do conhecimento — aquelas que só buscavam explicações sociológicas para os erros, uma vez que tratavam a verdade científica como resultado direto da natureza, e, portanto, como autoexplicável. Para ilustrar essa crítica, Bloor recorre ao exemplo de um trem, que não levanta questionamentos quando chega ao destino esperado.³⁹ Apenas se ele se extravía nos perguntamos pelas causas do acontecimento. As abordagens fracas da sociologia pressupõem que o intelecto humano é como um trem com destino à verdade, de modo que, se ele chega “lá” (isto é, se nomeamos assim sua parada), nenhuma

explicação é necessária. Essa pressuposição ancora-se em uma antiga “metáfora veicular” para a relação entre subjetividade e verdade, que analisei em outro lugar.⁴⁰ Trata-se de uma concepção marcadamente teleológica e assimétrica do saber, que Bloor entende ser fundamentalmente inadequada para dar conta de sua produção. Contra essa assimetria, ele erige o que chama de “programa forte” na sociologia do conhecimento. Seu ponto de partida é o seguinte princípio de simetria: tanto um saber considerado falso quanto um considerado verdadeiro devem ser explicados pelas mesmas causas sociais.⁴¹

39 Bloor, D. *Knowledge and Social Imagery*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1991 [1976].

40 Portugal, D. B. *Tramas do sujeito: considerações sobre três modos de conceber a relação entre subjetividade e verdade inspiradas pela leitura de Foucault*. *Ideação*, n. 44, 2021.

41 Bloor, D. *Knowledge and Social Imagery*.

Assim, Bloor dilui a separação entre ciência e política, porém, como é possível notar, não elimina a dicotomia natureza/sociedade: apenas joga todo o poder explicativo para o polo “sociedade”, esvaziando o polo “natureza”. No entanto, se entendemos que não é possível separar de antemão verdade e erro, uma vez que a forma de separá-los é já efeito de certa forma de fazer ciência, porque não poderíamos entender, similarmente, que não é possível separar natureza e sociedade, uma vez que a forma de separá-los é já efeito de certa forma de fazer mundo? É, grosso modo, o que argumenta Bruno Latour em *Jamais fomos modernos* — obra em que se afasta definitivamente daquilo que chamará posteriormente de “sociologia do social”, ou seja, das abordagens sociológicas que tomam o “social” como um domínio predefinido da realidade, ao qual certos objetos poderiam ser remetidos.⁴²

Latour propõe um pensamento que não separa de antemão o real em domínios como os da natureza e da sociedade. Toda divisão desse tipo, pensa ele, é já efeito da naturalização de certa maneira de pensar: somente por um longo processo de cristalização, depois esquecido, uma divisão pode se instituir como parte intrínseca de um real previamente dado.⁴³ Fugindo dessas estratificações ontológicas, Latour buscará construir uma abordagem da ciência como prática envolvida na produção de mundos. A política, nesse quadro, não intervém na ciência a partir de fora. Ciência e política são inseparáveis, porque ambas participam da produção de mundos comuns. Dizer que a ciência é política, nesse sentido, é entender que ela é *prática* — e participa ativamente da composição do real.

CIÊNCIA EM AÇÃO

A melhor apresentação da abordagem latouriana dos estudos da ciência é o livro *Ciência em ação*, de 1987.⁴⁴ Nessa obra, o autor nos convida a observar a ciência enquanto ela é feita, ou seja, a atentar para os processos de construção daquilo que posteriormente se cristalizará como “fato científico” ou “verdade científica”. A premissa que guia seu trabalho é justamente a percepção de que os fatos são feitos — o que não quer dizer que sejam uma “construção social” no sentido da sociologia do social.

42 Latour, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad. C. I. da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991]. A expressão “sociologia do social” aparece na obra *Reassembling the Social* (New York: Oxford University Press, 2005).

43 Ele atualiza, assim, o que Nietzsche havia proposto em um texto de 1873: “Apenas por esquecimento pode o homem alguma vez chegar a imaginar que detém uma verdade [entendida como expressão adequada da realidade]” (Nietzsche, F. *Sobre verdade e mentira*. Trad. F. M. Barros. São Paulo: Hedra, 2008 [1873], p. 30).

44 Latour, B. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, United States: Harvard University Press, 1987.

Na perspectiva de Latour, a ciência é uma prática específica, marcada por disputas, negociações e alianças. Cientistas não apenas observam — e muito menos “dominam” — a natureza, mas mobilizam instrumentos, textos, financiamentos, instituições, colaboradores e rivais. Fatos científicos são construídos por meio de redes que conferem estabilidade e autoridade a certas afirmações: eles são necessariamente efeitos de disputas e negociações, e nunca podem saltar fora da arena política. Junto com a noção de uma verdade a ser meramente “descoberta”, sai também de cena a ideia de que a sua produção seria uma questão exclusivamente abstrata e intelectual. Não se trata mais da aparição da verdade no intelecto do cientista, depois naturalmente disseminada, mas sim da construção da verdade pela mobilização de uma ampla rede, da qual participam, junto com os cientistas e seus intelectos, pipetas, computadores, leveduras, processos burocráticos, ambientes universitários, afetos entre colegas, periódicos, financiamentos etc.

Algo se torna “verdadeiro” cientificamente quando as controvérsias que caracterizam a produção científica se estabilizam, e os elementos que sustentam determinado enunciado tornam-se menos visíveis, de modo que o resultado passa a parecer evidente por si mesmo. Por isso, a ciência pronta, já estabilizada, esconde o trabalho coletivo que a produziu. Para tornar esse trabalho visível, Latour começa por observar os cientistas em seu cotidiano, acompanhando como selecionam dados, ajustam gráficos, testam hipóteses, constroem instrumentos e convencem colegas. Mas sua observação desloca o foco dos cientistas, e estes perdem a tradicional posição de *fonte* da produção científica: não há por que privilegiar sua agência na produção dos fatos em relação àquela dos gráficos, dos laboratórios, dos computadores, das verbas, das revistas, dos pareceristas etc. Ela possui peculiaridades, sem dúvidas, mas não tem privilégio ontológico. Uma produção sempre requer a totalidade dos atores mobilizados para lhe colocar em existência. Em outros termos: é resultado de uma “composição”, não de um ator privilegiado. Eis o sentido de chamar essa abordagem de “compositorista”.

Assim, com Latour, a “ciência” passa a figurar como uma atividade situada e produtiva: ela produz fatos do mesmo modo que outras atividades produzem outras coisas — em meio à confusão da vida coletiva. Ele rompe, portanto, com as pretensões de um saber suprapolítico que, de diferentes formas, guiavam tanto Platão quanto Bacon.

Podemos, finalmente, retornar aos estudos em design. De que modo o tratamento latouriano da ciência pode informar uma abordagem mais rica nesse campo? Se Latour começou seguindo os cientistas, deveríamos, nós, seguir os designers? Ora — talvez questionasse um daqueles conservadores que tentam enquadrar toda nova proposta em uma repetição do passado —, não foi algo nesse sentido que tentou Nigel Cross, ao acompanhar o trabalho de diversos designers para delinear um *designerly way of knowing*? Seria preciso lembrar então que a abordagem de Cross ficou presa, como o *Design Methods* e a *Design Science*, às dimensões cognitivas e metodológicas do projeto, excluindo as dimensões da prática e da política.⁴⁵ Schön, como observado anteriormente, também acompanhou o trabalho de designers — isto é, de profissionais que atuam projetualmente, não necessariamente profissionais que se intitulam designers.⁴⁶ A abordagem pragmática de Schön é infinitamente mais rica que a de Cross, mas critiquei, em relação a ela, a manutenção do protagonismo do projetista, mesmo que Schön já o compreenda como um praticante em diálogo com uma situação e com um cliente, e não como um sujeito que pudesse resolver um “problema” nos recônditos de seu “intelecto”.

É sobretudo na diluição desse protagonismo que a perspectiva de Latour permite avançar um passo em relação a Schön. Sua abordagem também possui uma orientação pragmática, mas oferece um novo deslocamento: não apenas saímos do design compreendido como um saber abstrato para o design compreendido como reflexão na prática, mas também saímos da prática entendida como ação de sujeitos para a prática concebida como movimento de uma rede. Em termos mais técnicos, deixamos de lidar com “sujeitos” para lidar com “atores-rede”.

O termo “ator-rede” (que dá nome à teoria ator-rede, à qual a obra de Latour ficou associada) não designa um sujeito atuando de modo autônomo em meio a uma rede fixa composta por objetos inertes, mas sim um ator que só age enquanto parte de uma rede em constante transformação, em relação à qual não há autonomia possível. A rede não é o contexto externo que permite ou impede uma ação previamente constituída na vontade de um sujeito, mas sim a própria condição de possi-

45 Cross, N. *Designerly ways of knowing*. London: Springer, 2006.

46 No que diz respeito à busca por consolidar uma concepção ampliada de “design”, tanto Schön quanto Cross seguiram o impulso produtivo do *Design Methods* e da *Design Science*. Assim, o “design” não fica circunscrito à atividade dos profissionais que assim se intitulam, mas aponta para uma concepção ampliada de projeto, que diz respeito aos modos de atuar produtivamente sobre algo tendo em vista futuros determinados. Tento me manter aqui no nível mais geral possível, pois, como já entendemos, a definição de “design” vai variar de abordagem para abordagem.

bilidade da ação e aquilo que a realiza “por meio” de um ator. Como coloca Latour: “Um ‘ator’, na expressão hifenada ator-rede, não é a fonte da ação, mas o alvo móvel de uma vasta gama de entidades pululando em sua direção”.⁴⁷ Como consequência, deixa de fazer sentido separar os existentes em ativos (sujeitos) e inertes (objetos). Na perspectiva da teoria ator-rede, todos os existentes são ao mesmo tempo ativos e dependentes.

Deste modo, pesquisas em design que partem da teoria ator-rede tratam o projeto como um processo cuja agência está diluída em redes que conectam atores humanos e não humanos de diferentes maneiras. Uma das principais tarefas do pesquisador é aqui a de tornar explícita a rede que atua no processo de conformação de algo. Ou seja, trata-se de investigar por meio de quais caminhos e com a mobilização de que atores um projeto se delinea de certo modo, e como certas orientações projetuais adquirem forma e estabilidade por meio de negociações e disputas diversas. O foco é identificar como o design se realiza em sua complexidade concreta, incorporando contingências, resistências, bifurcações e efeitos imprevistos em uma composição particular. E o resultado da implementação de um projeto, o “artefato” — para usar de modo ampliado um termo comum nos estudos em design — será sempre provisório, pois ele mesmo se constituirá como um ator que participará da ação projetual. Por isso, todo recorte que destaca um artefato é, em última instância, arbitrário.

Aproximamo-nos, com essa percepção, da proposta dos autores do design ontológico, anteriormente apresentada, e bem resumida pela expressão “*design designs* [o projeto projeta]”.⁴⁸ Como vemos, não se trata de um jogo de palavras, mas de uma redistribuição da agência, que abre novas perspectivas. Um dos muitos desdobramentos interessantes dessa forma de pensar é uma concepção dinâmica dos artefatos, similar à de um organismo submetido à seleção natural: o artefato passa a figurar como parte de um processo gerador que ninguém controla por completo, embora mobilize muitos participantes. Latour esboça essa proposta em seu provocativo *Cogitamus*, sugerindo aplicar aos artefatos o que Darwin nos ensinou sobre as séries dos seres

vivos: “Se você vai ao Museu de Ciências Naturais e observa a série dos cavalos, sabe que não deve se deter a nenhum dos espécimes sucessivos”.⁴⁹ O mesmo deveria valer então para um museu de técnicas ou de design, no qual poderíamos encontrar, por exemplo, uma série de bicicletas: também nesse caso, não faria sentido “se deter diante de um ou outro exemplar, mas, sim, diante de todos, e em movimento, indo de um modelo a outro, em função das necessidades, dos custos, dos costumes, da moda, dos construtores, dos materiais etc.”.⁵⁰

47 Latour, B. *Reassembling the Social*, p. 46, tradução minha.

48 Ver referências indicadas na nota 33.

49 Latour, B. *Cogitamus*: seis cartas sobre as humanidades científicas. Trad. J. P. Dias. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016 [2010], p. 50-51.

50 Latour, B. *Cogitamus*, p. 51.

A menção às bicicletas talvez faça referência a um interessante estudo realizado por Wiebe Bijker, no qual diferentes versões do artefato são relacionadas às ações, aos interesses e às interpretações de distintos grupos sociais.⁵¹ Trata-se de uma abordagem que se aproxima daquela sugerida por Latour em aspectos importantes: em ambos os casos, a bicicleta é compreendida como elemento de uma série, cuja forma resulta de um processo coletivo complexo, e não da determinação de uma função fundamental ou de uma “boa forma”. A diferença mais importante talvez esteja na natureza desse “coletivo”, que Bijker parece tratar mais ao modo da “sociologia do social” do que da teoria ator-rede. Seja como for, vale observar que, tanto no texto mencionado de Bijker quanto no *Cogitamus* de Latour, o termo “design” não é utilizado de modo significativo. O foco está na “técnica”, como também é o caso nas análises sociotécnicas às quais Latour se dedicou no início da década de 1990 — incluindo a da agora famosa chave de Berlim e do cômico fechador automático de portas que entra em greve — e que foram reunidas no livro *Petites leçons de sociologie des sciences* [Breves lições de sociologia das ciências].⁵² Esses casos poderiam ser facilmente lidos a partir do conceito de design, mas não é assim que Latour os formula. Foi apenas quando convidado, em 2008, para palestrar na conferência Networks of Design, que ele se viu diante da necessidade de fazer uso do termo. O design serviu então como uma espécie de condensador para suas ideias, de modo surpreendentemente produtivo.

UM PROMETEU CAUTELOSO?

A palestra que Latour proferiu em 2008 na conferência Networks of Design se intitula “Um Prometeu cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk)”.⁵³ Convidado a refletir sobre o design sem contar com uma familiaridade prévia com o tema, Latour parte de sua experiência pessoal: na França de sua juventude, “design” era associado a um embelezamento superficial, algo cosmético, aplicado a objetos já prontos. Ou seja, o exato oposto da compreensão funcionalista e universalista do termo. O interessante é que o espelhamento dessas duas compreensões reducionistas as torna perfeitamente

51 Bijker, W. E. *Of Bicycles, Bakelites and Bulbs: Toward a Theory of Sociotechnical Change*. Cambridge, United States: The MIT Press, 1995.

52 Latour, B. *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris: La Découverte, 1993.

53 Tive o privilégio de traduzir o texto para o português: Latour, B. Um Prometeu cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk). Trad. D. B. Portugal, I. Fraga. In: Portugal, D. B.; Kussler, L.; Hagge, W. (org.). *Quando fazer é pensar*. Rio de Janeiro: PPDESDI, 2023 [2008].

intercambiáveis no que diz respeito ao argumento de Latour: o termo passou, na virada do século XX para o XXI, por um processo de expansão tanto em compreensão quanto em extensão:

Primeiro, ele cresceu em compreensão — pois tem se apropriado de mais e mais aspectos do que uma coisa é. Atualmente, qualquer pessoa com um iPhone sabe que seria absurdo distinguir aquilo que foi elaborado através do design daquilo que foi planejado, calculado, arrumado, arranjado, empacotado, embalado, definido, projetado, pensado, escrito em código etc. De agora em diante, “fazer design” pode significar igualmente cada um desses verbos. Em segundo lugar, o sentido da palavra “design” cresceu em extensão — ele é aplicável a estruturas cada vez maiores de produção. O espectro de coisas que podem ser elaboradas através do design é, agora, infinitamente maior do que uma lista limitada de bens cotidianos ou de luxo.⁵⁴

Ou seja, o sentido do termo “design” ampliou-se para abarcar uma variedade crescente de práticas e dimensões — até o ponto de tornar insustentável a dicotomia tradicional entre uma camada “técnica” e funcional, mais essencial, e uma camada “estética”, decorativa e supérflua. É justamente a diluição dessa dicotomia que permite a Latour vislumbrar no termo “design” uma alternativa conceitual promissora à sua noção de “técnica” ou “tecnologia”, a qual, de todo modo, jamais esteve presa à leitura racionalista tradicional.

Ou seja, ele nunca compreendeu a técnica como um modo neutro de operação, remetido à natureza, e oposto à arte, remetida à liberdade do sujeito. Latour critica essa dicotomia e destaca um de seus efeitos mais funestos: a desmobilização do “cuidado” na ação, isto é, a falta de atenção às múltiplas e sutis consequências daquilo que se faz. Isso acontece porque a multiplicidade de causas-efeitos parciais que compõem a ação coletiva ficam reduzidas, no modelo dualista em questão, aos polos da agência total (sujeito) e da inércia total (natureza) — e, em qualquer um deles, a ação ou inação fecha-se em si mesma. De um lado, supõe-se que o sujeito poderia considerar apenas sua inspiração, criatividade, vontade etc., de modo a criar de modo “autêntico”; de outro, que seria possível esvaziar a subjetividade,

fazendo a ação espelhar, de maneira impessoal, as “leis da natureza”. De um modo curioso, na lógica da concentração da agência, ação total e inação total se complementam.

A figura representativa dessa lógica da concentração da agência é Prometeu, o titã da mitologia grega associado à racionalidade técnica e à criação totalizante. Prometeu

54 Latour, B. Um Prometeu cauteloso?, p. 54-55.

rouba o fogo dos deuses para entregá-lo aos homens — é o gesto heróico de apropriação divina que, como vimos, pode ser reencontrado tanto na metafísica platônica quanto no racionalismo técnico de Bacon. Latour, no entanto, entende que há uma interessante dimensão ativa e afirmativa na figura de Prometeu, a qual poderia se tornar também produtiva se recuperasse seu *enredamento*: isto é, a atenção com a multiplicidade de outros atores que tornam possível sua ação e são afetados por ela. Ele seria, assim, aquele que produz sem a pretensão de criar a partir do nada ou de apenas seguir as leis da natureza; um designer capaz de entender que todo projeto, esse movimento para o futuro, implica posicionamentos, valores, alianças, comprometimentos — em resumo, uma *política*.

DESAFIOS DE UMA ABORDAGEM LATOURIANA DO DESIGN

Percorremos um longo caminho neste texto, mas foi a trilha mais segura que consegui traçar para deixar suficientemente situada e delineada a abordagem para os estudos em design que podemos derivar da obra de Latour. Nesta seção final, vou assumir um tom mais informal e pessoal para tratar de alguns desafios práticos que enfrentam aqueles que pretendem desenvolver pesquisas a partir de uma abordagem latouriana do design.

Não é incomum que estudantes que me procuram para conversar sobre possíveis projetos de pesquisa se encontrem particularmente preocupados com o “objeto de design” que supõem que devem analisar. Eles pensam em um cartaz, uma cadeira, uma vinheta, o projeto gráfico de um livro, uma capa de disco, uma embalagem, uma marca — enfim, algum desses objetos tradicionalmente remetidos a “designers”. Acho isso curioso, pois, como observamos no início do texto, desde os movimentos pioneiros do *Design Methods* e da *Design Science*, os estudos em design buscaram avançar uma concepção ampliada do design, que não fica restrita a esses objetos. É triste que seus cursos de graduação em design não tenham conseguido instilar neles nem mesmo essa base inicial para um estudo produtivo do design, defendida por uma longa série de autores do campo por mais de meio século, mesmo com as limitações anteriormente apontadas.

A primeira coisa que busco fazer, então, é erradicar essa ideia fixa que os deixa presos a uma classe específica de objetos e direcioná-los para um questionamento mais geral do projeto. É aí, no entanto, que o verdadeiro desafio começa: o que significa “projeto”? Procurei mostrar neste texto que não há uma

resposta fácil para essa pergunta, disputada há mais de dois milênios. Ser um pesquisador em design é, em certa medida, participar das controvérsias em torno dessa questão. Isso não significa, é claro, que a pesquisa a ser realizada precise lidar com tal questão de um modo abstrato ou direto; mas sim que o olhar direcionador de uma pesquisa em design é aquele que, ao considerar um objeto qualquer, *coloca em questão a dimensão projetual*. Portanto, não há uma restrição prévia de objetos a serem estudados — estes podem ir de cogumelos mágicos a uma incubadora de empresas, de um restaurante beneficente a um batalhão de polícia, para citar exemplos que aparecerão nos próximos capítulos. E tampouco precisam se restringir a elementos concretos: como vimos, até os fatos são resultado de um processo de design — e o que dizer de leis, jogos, técnicas, rituais etc.?

Mas o que significa pensar sobre esses objetos em termos projetuais? De uma perspectiva latouriana, como procurei mostrar, significa deslocar o olhar de uma suposta identidade ou natureza do objeto para seu processo de constituição, entendido como uma composição. O próprio objeto estudado figura como um ator-rede, cuja instauração ou emergência, no entanto, depende da filiação a outros atores. Assim, coloca-se de imediato a pergunta: que atores participaram do processo por meio do qual esse ator foi colocado e mantido em existência, e como podemos mapear e narrar suas atuações de modo a evidenciar os processos de composição do qual ele participa?

Infelizmente, formulações conceitualmente densas como essas não farão mais do que repetir o que já foi proposto ao longo do texto e são, em última instância, supérfluas nessas considerações finais. Fiquemos com a “mão na massa”: por onde começar a pesquisa? Que caminhos seguir? Em certo sentido, não importa muito por onde se começa — o importante é a capacidade de acompanhar as linhas de ação na qual as associações entre os atores vão se evidenciando. Acredito que os próximos capítulos servirão como bons exemplos desse ponto. Algo semelhante vale para os caminhos a serem seguidos: não há um caminho que una todos os caminhos — ou seja, um metacaminho, *meta-hodos*, método —, mas apenas caminhos particulares que encontraremos ao seguir as linhas de ação.

Talvez o principal desafio de pesquisar com base na teoria ator-rede seja não desanimar frente a respostas como essas. O próprio Latour brinca com isso, em um pequeno diálogo no interlúdio do livro *Reagregando o social*, o qual sempre volta à minha mente quando aqueles que estão iniciando me interpelam. Trata-se de um diálogo de um professor (presumidamente, o próprio Latour) com um estudante que quer “usar” a teoria ator-rede para descrever a “rede” que os

funcionários da empresa que ele está pesquisando formam com outros funcionários, e também “chips de computador, padrões, escolarização, dinheiro, recompensas, países, culturas [...]”.⁵⁵ Latour observa que o simples fato de ele ter juntado um monte de elementos não quer dizer que tenha necessariamente evidenciado uma “rede” no sentido da teoria ator-rede: “Tudo depende do que você permite que seus atores [...] façam. Estar conectado, interconectado ou ser heterogêneo não é suficiente. Tudo depende do tipo de ação que flui de um para o outro”.⁵⁶

No geral, as teorias simplificam a realização das pesquisas justamente porque recortam de antemão o fluxo da ação: elas marcam sujeitos e objetos e reduzem as possibilidades de “influência” ao mínimo — em casos extremos, apenas humanos racionais são sujeitos, e toda a ação se resume ao choque de átomos; ou então tudo passa a ser descrito como efeito de uma suposta infraestrutura econômica. É exatamente uma operação de recorte como essas que o estudante quer que a teoria ator-rede lhe ofereça: ele quer uma “moldura” a partir da qual orientar sua “pintura”. Mas Latour brinca: seria um tanto estranho que um pintor começasse um quadro pela seleção da moldura, ainda mais de uma moldura padronizada! Infelizmente, é muito mais difícil pintar sem moldura, de modo tateante, e testando diferentes tamanhos, formatos, telas e materiais — mas é a isso, enfim, que convido aqueles leitores determinados que me seguiram até aqui.

55 Latour, B. *Reassembling the Social*, p. 142.

56 Latour, B. *Reassembling the Social*, p. 143.

O que você sustenta quando se alimenta?

Teoria ator-rede e o design das redes agroalimentares

Flávia Soares

Este texto é resultado de pesquisa de doutorado realizada entre 2018 e 2022 no Programa de Pós-Graduação em Design pela Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI-UERJ). Foi orientada por Daniel B. Portugal e João Lutz. Contou com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 2022, o mundo jogou fora mais de 1 bilhão de refeições por dia. Como podemos compreender a rede de diferentes agências envolvidas no descarte diário de tantas toneladas de alimentos? Quem está implicado? Como as agências se implicam? E como explicar que esse descarte continue fazendo sentido dentro de tal rede, *agindo sobre* os preços de comercialização, mesmo diante da escassez, da fome e da desnutrição testemunhadas em todas as partes do mundo? Como foi possível incluirmos em nossa organização do mundo comum a ação periódica de jogar no lixo safras extraordinárias de alimentos? É preciso esclarecer o que está em jogo na maneira como produzimos, distribuimos, consumimos e desperdiçamos nossa comida, pois até o modo de pensar e olhar para esse desperdício é também parte atuante na organização das redes que nos permitem ter a comida em nossos pratos.

Duas configurações dessas redes conectadas em função da produção, circulação e consumo de comida podem ser investigadas numa mesma rua do bairro da Lapa, no centro da cidade do Rio de Janeiro: *o espaço de comercialização* Terra Crioula, no número 107, e o Refettorio Gastromotiva, no número 108 — duas edificações coincidentemente localizadas uma defronte à outra. A curiosa localização do sobrado no número 107 em relação ao galpão no número 108 opôs simetricamente na mesma rua, por mais de dois anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento da Gastronomia Social. Essa configuração espacial foi um dos aspectos inspiradores na organização da pesquisa aqui apresentada. Ela direcionou a narrativa para a forma de uma comparação entre os dois pontos que balizaram a cartografia das redes agroalimentares. As oposições, visíveis logo numa primeira análise, se aprofundaram conforme o traçado das redes se complexificou, conectando elementos mais distantes e diferentes a cada uma das redes. Esses dois pontos de partida oferecem acesso a duas redes agroalimentares tão diferentes quanto instigantes em suas heterogeneidades.

Terra Crioula é o espaço de comercialização de produtos dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra. Refettorio Gastromotiva é um galpão de aço e policarbonato, construído em 2016 para abrigar cursos de empreendedorismo gastronômico social e organizar jantares para moradores de rua. O que se mapeia a partir desses dois exemplos pode nos dizer muito sobre o que sustentamos quando nos alimentamos, já que comida é um indispensável organizador e conector em qualquer agrupamento humano.

A pesquisa tem então como objeto as redes que sustentam a existência desses dois espaços que conectam coisas e pessoas em função de um prato de comida, ou, dito de outra forma: o prato de comida é investigado por meio das redes que lhe colocam em existência. Em seu dinamismo, as redes são palcos de disputas sobre as quais será dispensada especial atenção: as *controvérsias*. Através delas, será possível vislumbrar os interesses em jogo nas conexões que dão forma às redes de produção agroalimentar. Controvérsias podem ser lidas como rastros que os diversos tipos de atores deixam em suas associações, dissociações e reassociações, se apresentando como ótimas ocasiões disponíveis para se observar a fabricação do mundo onde pessoas e coisas emergem como resultado provisório de estabilizações.

Por conta de sua centralidade nas diferentes organizações de vida em grupo, sistemas agroalimentares são objetos de pesquisas em muitas áreas, mas raramente são pensados como projetos, tampouco investigados do ponto

de vista do design. Aqui, pensar o design da comida a partir da teoria ator-rede é pensar sobre os processos que dão forma a certos sistemas agroalimentares, destacando linhas projetuais que norteiam seus desdobramentos. A discussão sobre os processos projetuais que conformam nossa comida se afastará, portanto, do sempre pressuposto “designer”, aquele sujeito-projetista autônomo que se utiliza de métodos e criatividade para encontrar “soluções”. Essa visão clássica do designer como um resolvidor de problemas não faz sentido aqui, pois bloqueia as formas que consideramos produtivas de falarmos sobre o processo de conformação das coisas e da realidade.¹

A popular compreensão de design que hoje compartilhamos foi consolidada a partir do movimento *Design Methods*, que desenvolveu novas abordagens para resolução de problemas (*problem solving*) na segunda metade do século XX.² Por vezes, pesquisadores em design se filiam a alguns dos direcionamentos propostos por esse movimento de modo implícito. Contudo, na medida em que seus pressupostos permanecem inquestionados, aspectos importantes da construção da realidade são ignorados. É nesse sentido que a teoria ator-rede pode abrir novas compreensões das atividades projetuais, rearticulando a própria definição do campo de estudos em design. Quando “projeto” passa a indicar um processo cuja agência está diluída em redes que conectam humanos e não humanos de diferentes maneiras, ele inclui também a consciência dos diversos atores-projetistas sobre essas redes, só que

agora eles não possuem mais centralidade — a própria noção de “centralidade” perde o sentido quando tratamos de redes.

O processo de conformação de coisas em redes é visto, nesta investigação, como um tipo de projeto, ainda que não controlado por um sujeito autônomo. Dentro desse projeto amplo e impessoal, é possível conectar outros projetos, estes sim, no significado comum do termo — o direcionamento intencional de ações produtivas. Neste caso, um projeto de design é pensado como parte de uma rede complexa e heterogênea que não está tão óbvia para o projetista. Isso ajuda a compreendermos o papel da pesquisa em design baseada na teoria ator-rede: ela pode evidenciar os muitos elementos e as múltiplas conexões que participam do processo de conformação de algo; destacando, em tal processo, algumas das linhas projetuais que norteiam — sem nunca controlar totalmente — seus desdobramentos.

1 Esse contraponto de abordagens é detalhado por Daniel Portugal em “Prometeu enredado”.

2 A Conferência sobre Métodos Sistemáticos e Intuitivos em Engenharia, Design Industrial, Arquitetura e Comunicações, realizada em Londres em 1962, é considerada um evento chave que marca o início do que ficou conhecido nos estudos em design como *design methods movement*, levando à fundação da Design Research Society e influenciando a educação e a prática do design. Os principais nomes desse movimento no Reino Unido foram J. Christopher Jones, da Universidade de Manchester, e L. Bruce Archer, do Royal College of Art.

O sistema agroalimentar ganha existência em um processo que o projeta. Nesse processo, não há um sujeito encarregado da ação de projetar: dizer que a rede (ou o processo) projeta a comida já é um esforço de adequar gramaticalmente um sujeito ao verbo projetar. O mais preciso seria entender a ação de projetar como resultado de uma ação coletiva em que a definição das entidades implicadas nesta ação já é, em si, um problema projetual, pois diversos atores e relações estabelecidas entre eles inevitavelmente participam da conformação do que está sendo projetado. Quando, como indicado acima, o debate se desloca da questão do objeto para a do processo de design, convém construir novos modos de pensar sobre esses processos que dão forma ao mundo e, especificamente nesta pesquisa, às maneiras como resolvemos nossa demanda por comida.

TEORIA ATOR-REDE, CARTOGRAFIAS E CONTROVÉRSIAS

Qualquer ação, por mais insignificante que seja, se insere em uma rede que a torna possível e que fragmenta e desloca o epicentro dessa ação. Quando alguém almoça ou janta em algum dos dois casos na Rua da Lapa, a realização de tal refeição depende tanto desse alguém quanto da rede que dá existência à refeição. Nessa rede atuam, igualmente, quem serviu, quem preparou, a cozinha, a mesa, a panela, o fogão, o veículo, o combustível, quem beneficiou, quem plantou, a planta em si, o prato, as paredes, a enxada, as sementes, a água, as máquinas, a energia, o combustível, o dinheiro e etc. As coisas atuam tanto quanto os humanos, uma vez que suas identidades como “coisas” é secundária em relação a sua agência. A ação de se alimentar só pode ser realizada “por alguém” na medida em que, junto com esse alguém, uma infinidade de elementos conectados age também. Se alguém é um “ator”, um agente, o é como integrante dessa rede que o conecta a todos os demais elementos que participam dessa “sua” ação — exceto que, justamente, não podemos mais caracterizá-la como “sua”: a alimentação sustenta e é sustentada por uma rede organizada de elementos diversos que dissolve o sujeito e qualquer percebido centro da ação de se alimentar. A comida em nosso prato faz parte de um arranjo, de um aglomerado heterogêneo e ordenado de materialidades relacionais e performativas. Como coloca Latour: “um ‘ator’, na expressão hifenada ator-rede, não é a fonte da ação, mas o alvo móvel de uma vasta gama de entidades pululando em sua direção”.³

3 Latour, B. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 46, tradução minha.

Uma rede coloca em relação humanos e não humanos imputando-lhes, nesse movimento, determinados papéis provisórios. O posicionamento epistemológico da teoria ator-rede não pressupõe estruturas invisíveis fixas que determinariam papéis bem definidos e definitivos. Quando explicamos qualquer coisa dessa forma, perdemos a oportunidade de investigar como se combinam os pequenos elementos que tecem a rede cotidiana daquele trivial prato de comida pelo qual começamos essa pesquisa. A teoria ator-rede trata de descrever concreta e continuamente as tessituras, os vínculos, as conexões; a explicação vai sempre no sentido do micro para o macro. Os elementos atuam em redes de relações que não sabemos exatamente onde começam ou onde acabam, redes que não têm forma estável e que nunca se fecham definitivamente. Essa abordagem teórico-metodológica destaca a heterogeneidade e a multiplicidade, que se evidenciam quando descrevemos com minúcia os laços tênues que conectam os objetos em rede.

Quando representamos e falamos sobre a *rede* agroalimentar adotando a forma característica da *cadeia* produtiva que eleger alguns pontos e os representa em uma linha ou em um círculo, transformamos a densa, instável e heterogênea rede alimentar em uma *caixa-preta* — simples transportador de significados estabilizados. Quando já não nos contentamos com a mera representação objetiva da rede e apostamos que conhecer tal rede é transformar seu projeto, estamos desfazendo a caixa-preta pela qual a representaram. E isso tem consequências políticas, com as quais passamos a lidar ativamente.

“Caixa-preta” é uma expressão que Bruno Latour toma emprestado da cibernética e da teoria dos sistemas, nas quais é empregada sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais: “Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, se não o que nela entra e o que dela sai”, enquanto seu funcionamento interno permanece inacessível para quem não participou de sua construção.⁴ Uma caixa-preta é o resultado final de certo processo de purificação de um dado objeto, que vira

um mero transportador de significados e ações. A purificação faz um objeto emergir como algo pré-definido, dado de uma vez por todas e que atua como mero intermediário, fazendo só aquilo que supostamente poderia fazer.

Quando consideramos as controvérsias em disputa nos processos de constituição dos objetos, reconhecemos que elas nunca cessam de atuar no trabalho contínuo de construção conjunta daquilo que Bruno Latour chamou de

4 Latour, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Trad. I. C. Benedetti. São Paulo, Editora Unesp, 2000, p. 14.

“híbridos” ou “quase-objetos” (*quasi-objects*): entidades coletivas constantemente reconformadas em função dos disputados processos de estabilização necessários para tramar as redes. Nesta pesquisa, investigar os processos instáveis, temporários, negociados, servirá para abrir as caixas-pretas das relações estabelecidas entre coisas e pessoas associadas para que possamos comer. Abrir a caixa-preta é colocar à prova a dureza dos fatos, é conhecer as circunstâncias que permitiram a existência de tais fatos.

Na teoria ator-rede, objetos são tomados como efeito de arranjos mais ou menos estáveis em uma rede de relações nas quais nada é fixo de antemão. São os movimentos associativos que vão possibilitar as existências dos objetos, como as redes agroalimentares sobre as quais nos debruçamos. Os implicados em um arranjo, se satisfeitos com suas funções e relações na rede, atuarão de modo que o arranjo siga existindo. Se há, porém, atores de algum modo atacados ou ameaçados por aquilo que está posto, não lhes interessará que o arranjo permaneça estável. Ao contrário: tais atores costumam ser enfáticos e ostensivos ao reivindicarem-se como interessados nas questões, expondo-as como controvérsias, incertezas, contradições a não mais serem ignoradas. Dessa forma, a teoria ator-rede se apresenta como aquilo que Latour chama de *epistemologia política*, pois constrói conhecimento sobre a existência das redes agroalimentares a partir do mapeamento de tudo que se juntou para a rede existir, tornando visível, sobretudo, as questões não estabilizadas, as disputas.⁵

Quando essas disputas são invisibilizadas, as questões de interesse se transformam em questões de fato (*matter of fact*), isto é, apresentam-se como questões indiscutíveis e sobre elas vigora o acordo geral. Questões de fato se contrapõem às questões de interesse (*matter of concern*), que são vistas como discutíveis pelas partes interessadas ou implicadas nas questões. Tudo aquilo que agora é um fato indiscutível já foi, em algum momento anterior, intensamente discutido.

Voltando ao problema do desperdício de comida: pode-se olhar para isso como uma questão de fato, cujas circunstâncias de origem não estão em questão — o mundo é assim, é a lei do mercado etc. —, ou pode-se, ao contrário, demonstrar franco interesse na questão do desperdício de comida, principalmente quando alguns têm o quê comer e outros não. Famintos são parte interessada na organização das redes que fazem a comida existir, tanto quanto camponeses, deputados, sementes ou plano nacional de aquisição de alimentos. O galpão de polícarbonato onde funciona, patrocinado por grandes empresas do

5 Latour, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. Trad. J. P. Dias. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 26.

setor agroalimentar, o Refettorio Gastromotiva, conecta-se a uma rede sensivelmente diferente da rede à qual se conecta o espaço Terra Crioula, que comercializa alimentos cultivados por agricultores assentados pela reforma agrária. Essa diferença pode ser observada nas estratégias empregadas pelos dois casos para a construção de suas existências e de seus pratos de comida.

Pelo lado das redes que se conectam ao Refettorio Gastromotiva, é visível um empenho em manter a questão do descarte de alimentos como um fato: o desperdício é parte do modo como lidamos com comida e esse modo não será posto em questão. Neste caso, a safra recorde, a superprodução de qualquer gênero alimentício é um problema a ser descartado no acostamento mais próximo, o que nos deixa a impressão que tal modo de produção de comida não lida muito bem com a abundância produtiva de alimentos. Diante de tantas pessoas famintas, o massivo desperdício de comida que alguma superssafra provoca acaba por ser uma parte moralmente constrangedora no arranjo produtivo, sobretudo para aqueles interessados em que o arranjo siga existindo e estabilizado (ou seja, não questionado). A pergunta “por que tantos famintos e tanta comida jogada fora?”, embora pareça inocente, pode levar a evidências um tanto inconvenientes para os implicados, indícios que colocarão em discussão muitas questões de fato sobre as quais repousa a estabilidade desse arranjo. Daí todo o esforço em se apresentarem como combatentes do desperdício de comida.

Do outro lado da rua, onde acontece o espaço de comercialização Terra Crioula, o desperdício — e tudo o que diz respeito ao sistema agroalimentar — é controvérsia. Aos trabalhadores sem-terra não interessa esse arranjo produtivo, e, na disputa por sementes, modos de ocupar a terra, formas de organizar o trabalho, uma certa coletividade híbrida e ordenada, *um movimento social*, se apresenta como corpo político interessado e implicado na questão agroalimentar.

Rastrear conexões, embora pareça simples, não facilitará a vida de nenhum pesquisador que se disponha a fazê-lo. Venturini, ao reconhecer que cartografar controvérsias não demanda protocolos metodológicos específicos, descreve a cartografia como mais uma técnica na caixa de ferramentas do pesquisador que adere à teoria ator-rede.⁶ A observação não se torna mais pura quando despida da proteção dos protocolos; pelo contrário, ela se abre a todo tipo de interferências e impurezas. É a observação “contaminada” que permitirá enxergar a rede implicada na controvérsia observada. Uma

6 Venturini, T. Diving in Magma: How to Explore Controversies With Actor-Network Theory. *Public Understanding of Science*, London, v. 19, n. 3, 2010, p. 265, tradução minha.

controvérsia é uma incerteza compartilhada por atores que descobrem que não podem mais ignorar-se mutuamente. São nelas que as mais heterogêneas relações se estabelecem, revelando a rede em sua mais dinâmica forma.

Embora Latour procure diferenciar seu uso técnico de “rede” do uso leigo que fazemos no dia a dia quando falamos, por exemplo, da rede elétrica, ele também aproveita essa conotação leiga na construção de sua teoria. O exemplo da rede que distribui o gás do subsolo da Sibéria até o fogão de alguém na França é usado para explicar o que uma interrupção no fornecimento de gás pode fazer com a consciência que temos sobre a rede. Se o gás deixa de ser entregue nos fogões, somos levados a percorrer de volta o conjunto de elementos que têm que ser urdidos para que haja a retomada do fornecimento.

O leitor previu esse vínculo entre a Ucrânia e o cozimento do seu risoto? Não. No entanto, acaba de descobrir. Se isso lhe acontecer, provavelmente perceberá com alguma surpresa que era necessário *passar pelos* humores do presidente da Ucrânia para dispor novamente de gás sob sua panela...⁷

As interrupções ou desestabilizações na rede são oportunidades de se conhecer os caminhos que conectam seus diferentes elementos. Seguir controvérsias que se desdobram é um método, um caminho explicativo sobre a realidade em construção. A cartografia de controvérsias foi usada pela arquiteta e professora Albena Yaneva para explicar projetos arquitetônicos.⁸ Em sua pesquisa, é possível flagrar o quão diluídos na rede sociotécnica os pressupostos sujeitos-arquitetos podem se encontrar, chegando ao ponto de não se saber mais a quem atribuir exatamente a autoria dos projetos. Assim também podemos falar dos projetos de produtos, serviços e visualidades comumente atribuídos a sujeitos-designers.

Os projetos arquitetônicos/urbanísticos são descritos como resultado do esforço estabilizador de uma rede. Na descrição do processo projetual que resultou na construção da Opera House em Sydney, Austrália, por exemplo, ela inclui, junto com o arquiteto Jørn Utzon, ganhador do concurso de projetos, o escritório de engenharia, os governantes, os cidadãos pagadores de impostos e seus protestos, o software que possibilitou a construção das formas em arco do teto do edifício e até “o forte ego” do arquiteto premiado entrou no rol de atores responsáveis pela existência do marco arquitetônico.

7 Latour, B. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos Modernos*. Trad. A. A. Fernandez. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 39.

8 Yaneva, A. *Mapping Controversies in Architecture*. Farnham: Ashgate, 2012.

Em uma rede, cada ponto de conexão pode ser uma fonte de conflito ou de harmonia. Uma rede estável, contínua, e assim mantida, é só um caso, um tanto especial. Privilegiar a harmonia em relação ao conflito é esquecer todos os momentos em que a rede se descontinuou, se desestabilizou, se controverteu: momentos necessários para que se chegasse a uma estabilidade provisória. A ênfase nas controvérsias se explica então por serem nesses pontos, onde as conexões não são estabilizadas, que os limites, os atributos, o que é ou não aceitável, as fontes de incerteza são negociados. É pelos pontos conflituosos que é possível enxergar e traçar as linhas de associações. Por isso, as controvérsias merecem especial atenção nos processos de traçar as redes que constroem a realidade observada.

A atividade projetual é um tipo de conector de elementos heterogêneos que, sob certa organização, apontam para a colocação em existência do projetado. Na medida em que a consideramos um movimento de atuação conjunta, nada impede que nelas seja também incluído o sujeito-projetista, o designer, na conotação mais usual do termo. Design é mais do que edifícios, produtos, sistemas, materialidades ou visualidades: através do cuidadoso mapeamento das redes que projetam, pode-se testemunhar o poder que atividades projetuais têm para modificar as redes nas quais elas acontecem.

Esse conceito expandido de design torna possível seguir, rastrear, visualizar e mapear as conexões que colocam em existência algo específico, como um edifício, um produto, uma visualidade ou um prato de comida. A identificação e visualização daquilo que está em jogo na assembleia projetual da existência coletiva é uma tarefa para designers, conforme provocou Latour em sua fala no encontro *Networks of Design*, da *Design History Society*. Ao entender design como a atividade de designar ou de “agrupar através de um desenho”, ele pergunta “como podemos agrupar através do desenho as questões de interesse de modo a oferecer para as disputas políticas uma visão geral” ou ao menos indicar as controvérsias em que estaremos implicados a cada vez que houver partes interessadas em “modificar os detalhes práticos de nossa existência material”.⁹

9 Latour, B. *Um Prometeu cauteloso?: alguns passos rumo a uma filosofia do design* (com especial atenção a Peter Sloterdijk). Trad. D. B. Portugal, I. Fraga. In: Portugal, D. B.; Kussler, L.; Hagge, W. (org.). *Quando fazer é pensar*. Rio de Janeiro: PPEDSI, 2023 [2008].

No caso das redes agroalimentares, estamos diante não apenas de um detalhe prático, mas de um aspecto bastante central da existência que projetamos em conjunto. Veremos como algumas partes declaradamente interessadas nas questões agroalimentares se apresentam, ora num dissimulado

esforço de manutenção de certas estabilizações que fazem questões de interesse parecerem questões de fato, ora numa ruidosa atuação que insiste em discutir pre-
tensas questões de fato transformando-as em disputadas questões de interesse.

BANQUETAÇO: A CONTROVÉRSIA INICIAL

Começamos, então, a traçar o mapa das redes agroalimentares partindo desses dois estabelecimentos situados um defronte ao outro numa mesma rua no centro da cidade do Rio de Janeiro. Iniciamos o mapeamento a partir de uma controvérsia que envolveu as duas instituições, juntamente com diversas redes implicadas no tema agroalimentar, na organização de um ato público nacional no início de 2019 acontecido em mais de quarenta cidades no país: o Banquetaço Nacional pela volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Por serem as controvérsias pontos nos quais as conexões entre atores-rede ainda estão em processo de estabilização, a controvérsia do Banquetaço do Rio de Janeiro permitirá enxergar o que se encontra em jogo na assembleia que reúne interesses e interessados quando a questão é comida. Olhar para o Banquetaço e tudo o que ele juntou no ato político nos permitirá traçar algumas conexões entre certos atores-redes que conformam e sustentam a nossa alimentação.

A disputa em torno da participação ou não participação da Gastromotiva em um ato nacional que reivindicou a volta do órgão assessor do Poder Executivo para questões agroalimentares foi a controvérsia de partida para o mapeamento das duas redes. De um lado, havia o interesse da Gastromotiva em participar do ato doando comida e figurando entre os atores apoiadores do ato. Do outro lado, havia o grupo formado para organizar a ação, que questionou a presença da Gastromotiva entre os diversos apoiadores do ato pela volta do Consea federal.

No dia 02 de janeiro de 2019, o recém-empossado presidente Jair Bolsonaro extingue, “com uma canetada”, o Consea,¹⁰ órgão de assessoramento imediato à Presidência da República. 56 dias após Bolsonaro extinguir o Consea, uma ação acontece em âmbito nacional. No dia 27 de fevereiro de 2019, em mais de quarenta cidades brasileiras, milhares de refeições são servidas gratuitamente em praças públicas como um ato de protesto que ficou conhecido como “Banquetaço Nacional pela volta do Consea”. O Banquetaço foi um projeto de muitos.

10 Mazui, G. Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar. *G1*, Brasília, 3 jan. 2019.

Toda essa variedade de atores que se juntou para reclamar a volta do Consea federal pode ser compreendida como *partes interessadas* na questão da alimentação. Uma das principais estratégias dessa rede de atores é manter a questão agroalimentar como uma questão de evidente interesse, abrindo a caixa-preta de uma rede que conjuga diversos elementos em função da existência de comida em nossos pratos. A essa rede interessa questionar, sobre a comida, coisas como tipos de sementes das quais a comida nasce, formas de cultivá-las, o regime de propriedade das terras onde se planta a comida, o adubo que se deposita na terra para torná-la mais produtiva, as substâncias usadas para controlar insetos ou outros vegetais indesejados na plantação, políticas de aquisição de comida para escolas públicas, comunicação entre a saúde pública e a população sobre o que é ou não recomendável comer.

O ato organizado pelos interessados na questão procurou engajar de forma ampla, incluindo todo ser humano consumidor de comida, o que não deixa praticamente ninguém de fora. Olhar para tudo que se conectou ou não se conectou no ato público pela volta do Consea traz a imagem de uma rede por onde circula comida. Não apenas e unicamente comida, mas o que se encontrou sobre a mesa nas praças de norte a sul em 27 de fevereiro de 2019, pronta para ser escrutinada, das sementes aos dentes, foi a nossa comida.

REFETTORIO GASTROMOTIVA: RELATOS DE VISITAS A CAMPO

É um restaurante que convida pessoas em situação de rua para comerem em suas dependências. Os convidados são servidos por voluntários. Os ingredientes de seus jantares vêm do excedente desperdiçado no mercado de alimentos. O principal fornecedor desses alimentos, já não mais comercializáveis, porém ainda bons para comer, é o Grupo Benassi, que, associado aos grupos Ceagesp e Ceasa (centrais estaduais de abastecimento), comercializa frutas, verduras e legumes nos quatro estados do sudeste brasileiro. A Gastromotiva, como organização marcada pela atuação de voluntários, volta sua atenção para como organizar e administrar esses voluntários. Pode-se dizer que, além de refeições gratuitas para pessoas de rua, o Refettorio oferece, prioritariamente, oportunidade de trabalho gratuito para pessoas que buscam sentido transformador para suas atividades. O salário dos trabalhadores remunerados é pago com o dinheiro dos patrocinadores do projeto: Cargill, Carrefour, Coca-Cola e Swiss Philantropy são os principais. Além dos

jantares, acontecem também no Refettorio cursos gratuitos de empreendedorismo e “gastronomia social”. O Refettorio é parte da Gastromotiva, que por sua vez é parte do Social Gastronomy Movement, ou Movimento de Gastronomia Social.

Combino minha primeira ida ao Refettorio com Renan Uga. No dia combinado, me dirijo à Lapa, paro na frente do Refettorio: é um galpão com telhado em duas águas. A forma triangular do telhado faz o galpão parecer uma casinha, um ícone de lar. Olhando por fora, o que aparece na fachada voltada para a Rua da Lapa é a superfície lisa e branca das chapas de policarbonato usadas como parede: é um material translúcido, que deixa passar claridade de fora pra dentro. À noite, com as luminárias acesas, isso se inverte, e o volume do galpão-lar se acende com uma luz amarela e suave.

O primeiro recinto que se apresenta é o salão de refeições, com seu mobiliário projetado pelos irmãos Humberto e Fernando Campana. Na parede do salão há um tríptico com a reprodução fotográfica de uma obra de Vik Muniz, que é, por sua vez, a reprodução do afresco *L’Ultima Cena*, de Leonardo Da Vinci, desenhada em alto contraste com chocolate. No alto, uma gigantografia impressa em uma faixa de papel branco mostra retratos da primeira turma formada por lá. As fotos são preto e branco contrastadas, e a faixa de papel está colada à maneira lambe-lambe por sobre a parede irregular, em quase toda a extensão do galpão.

Renan me conta que o Refettorio Gastromotiva integra o Movimento de Gastronomia Social, que dá aulas de empreendedorismo e prega contra o desperdício de alimentos. A construção está em um terreno cedido pela prefeitura do Rio conseguido graças ao contato pessoal da jornalista Alexandra Forbes com o então prefeito Eduardo Paes, na época que antecedeu os Jogos Olímpicos de 2016, quando a cidade se encontrava em processo de obras para receber o megaevento. Renan me explica isso fazendo com a mão um gesto familiar, característico de segurar um telefone junto ao rosto: “A Ale ligou para o prefeito — Dudu, é o seguinte... — e conseguiu o terreno.”

Olho a parede de plástico iluminada pelo sol de uma hora da tarde. Reparo nos nomes dos patrocinadores/apoiadores recortados em vinil e aplicados sobre ela. Leio, entre os pequenos apoiadores do projeto, o nome Humaitá Louças e imagino que a louça tenha sido doada por esse bazar. Os três maiores patrocinadores aparecem destacados: Coca-Cola, Carrefour e Cargill. Estes nomes não estão simplesmente escritos numa lista. Eles trazem suas identidades corporativas nas assinaturas, em suas próprias tipografias.

Renan me conta que os convites para jantar no Refettorio são distribuídos em abrigos da prefeitura. Sobre os cursos de empreendedorismo e gastronomia social oferecidos, Renan explica que são gratuitos e que a demanda é maior que a oferta de vagas. Os candidatos se inscrevem pelo site, e são selecionados por critérios que ele não soube me dizer por não trabalhar diretamente com isso. Fico sabendo que ele trabalha há dois meses como coordenador no Refettorio, que é do Rio, mas se formou em relações públicas em São Paulo, que sua avó já foi voluntária servindo jantar e que tem uma filha pequena pra quem já levou doce de jiló para ela experimentar. Ele conta que o projeto se mantém por seus patrocinadores.

No balcão próximo à pia, tem sorvete de goiaba de sobremesa junto com uma pilha de pequenas tigelas de louça branca e colheres. Atrás da cozinha há uma pequena exposição montada sobre painéis de acrílico transparente. Entre imagens e textos impressos em adesivo transparente, vejo o *print* da conversa por e-mail ocorrida entre Massimo Bottura, David Hertz e Alexandra Forbes e que originou o Refettorio da Lapa. Caminhando mais ainda para o interior do prédio, vejo uma arquibancada feita de chapas de madeira compensada com algumas almofadas de tecido preto dispersas pelos assentos. Junto à parede lateral, uma escada, também de madeira, permite acesso aos assentos. Subimos por ela. Atrás da arquibancada, uma parede de vidros revela o fim do terreno em um pequeno jardim. A escada nos leva ao mezanino. Vejo as palavras “cultura”, “dignidade”, “transformação”, “oportunidade” recortadas em adesivo vinílico e aplicadas nos espelhos dos degraus da escada.

Com a atenção pousada sobre o Refettorio e modulada em uma nova janela atencional, eu procurava esclarecer para mim o tipo de associação buscada pela Gastromotiva enquanto encontrava pistas que remetiam a uma ideia geral de bem, de algo absolutamente bom. A fachada branca, despida de elementos, em formato de casinha, reforçou a impressão de algo propositalmente pouco definido em termos visuais e conceituais; há um notável empenho em associar aqueles atores-rede com um padrão de elevada moralidade, pela beleza das formas, pelas palavras salpicadas em vinil nas superfícies disponíveis — dignidade, tolerância, amor, sorrisos. O conjunto dos elementos apontava para uma ideia contra a qual ninguém se coloca, embora pouco definida. Ou talvez por isso mesmo.

Em uma manhã de junho de 2019, volto ao Refettorio. Atravesso o salão rumo ao auditório no fundo do prédio. Subo a escada e vejo que faltam algumas letras nas palavras motivacionais recortadas em vinil e aplicadas nos espelhos dos degraus. Sento na arquibancada. Logo os outros convidados também se acomodam e tem início uma apresentação guiada por uma projeção de slides. Tratava-se de um

evento que durou cerca de quatro horas, com mais de trinta pessoas e “facilitadores”. Houve algumas dinâmicas no salão, nas quais ou estávamos em roda ou circulando pelo espaço e interagindo uns com os outros sob o som de um gongo de meditação. A refeição é servida em um intervalo em que todos conversam e é nesse momento que troco rápidas palavras com o professor Ivan Bursztyn, do curso de gastronomia da UFRJ e que orienta um projeto de extensão junto ao MST. Pergunto se acha possível alguma parceria entre os eventos do MST do outro lado da rua e o Refettorio. Ele balança a cabeça negativamente, evitando falar alto, e aponta para a parede onde os nomes dos patrocinadores estão aplicados.

Ao fim, o “facilitador” pede que formemos um círculo, próximos ao ponto de nossos ombros se tocarmos, e que fechemos os olhos. Com meus olhos abertos, vejo que ele tem nas mãos uma cartolina onde ele lê: “Eu faço parte de uma rede. Esta rede é um sucesso. Ela...” e começa a ler as frases escritas na cartolina. Ao fim da leitura, pede que os olhos se abram e que nós nos olhemos. O facilitador diz com voz baixa e pausada que “esta rede somos nós”. Há alguns segundos de silêncio enquanto os olhares se cruzam. Ele pede que digamos juntos “*Eu sou gastronomia social!*” Todos aplaudem e eu me encaminho para a grande porta de plástico que dá para o exterior. Deixo atrás de mim pessoas rindo e se abraçando no salão, menos os dois fotógrafos, que, em posições diferentes, registram a cena com teleobjetivas capazes de captar de longe os rostos e as expressões faciais dos fotografados.

TERRA CRIOULA: RELATOS DE VISITAS A CAMPO

O espaço de comercialização Terra Crioula nasceu em 2010 como um braço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a comercialização de produtos da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. Entro por uma das três portas abertas ao rés do chão do sobrado, a pequena feira parece bem instalada em bancadas sobre cavaletes, com frutas, verduras, legumes, cereais, produtos de indústrias caseiras, pães, bolos, conservas, bolsas de algodão e camisetas estampadas em serigrafia. Uma grande bandeira vermelha do MST está pendurada em local evidente, assim como um grande quadrado de tecido branco com a marca do Terra Crioula. Mais para o meio do salão, há algumas mesas de plástico cobertas com chita estampada de flores. Sobre as mesas,

cardápios da Culinária da Terra, outro “espaço de comercialização”, só que de comida preparada e servida na forma de refeições. Há um grafite na parede: o perfil da vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018, e uma favela como fundo da composição.

Logo vejo o professor Ivan Bursztyn, do curso de bacharelado em gastronomia da UFRJ e que conheci no café da manhã da Gastromotiva. Ele me conta que há um projeto de extensão universitária no qual os alunos do curso de gastronomia cuidam da elaboração e preparo das refeições ali servidas. Os ingredientes são produtos dos assentamentos e a mão de obra é do grupo que promove o Terra Crioula e algumas alunas e alunos de Ivan. Ele mesmo estava ali na função de garçom.

Peço nhoque de batata-doce com pesto de rúcula. A refeição logo chega em um prato de vidro transparente, junto com talheres de metal com cabos de plástico. Como cheguei cedo, minutos depois das 12h, o restaurante improvisado ainda estava com suas mesas vazias, mas enquanto almoço vejo o movimento crescer, as mesas serem ocupadas e o professor Ivan cada vez mais atarefado em recolher os pedidos e trazer as refeições. Observo o cardápio impresso em uma folha de papel A4 e protegido por um envelope plástico transparente com duas perfurações características na borda esquerda, originalmente para se guardar o envelope em um fichário ou pasta com trilho, mas no cardápio da Culinária da Terra as perfurações receberam um laço decorativo feito com uma estreita faixa da mesma chita estampada que cobre as mesas. Termine de almoçar e logo Ivan vem recolher o prato, me perguntando se a comida estava boa. Ele se afasta para atender mais um cliente e eu me dirijo ao canto onde uma moça atrás de uma mesa recebe os pagamentos em um caixa improvisado.

Volto, pela segunda vez, ao Terra Crioula, em uma tarde de outubro de 2019, com João Sarmento e Bibiana Serpa, colegas da representação discente. As três portas do sobrado estavam abertas e as bancadas montadas. As bandeiras costumemente penduradas nas vigas faziam fundo para os produtos à venda que, àquela hora da tarde, eram doces e conservas de pimentas em potes de vidro, pães, bolos, arroz, café, pois as verduras e frutas mais frescas já haviam sido vendidas e escoadas nas cestas de produtos. Entramos e começamos a olhar o que havia para ser comprado. João conversa com um homem atrás da bancada e logo vejo que adquiriu uma penca de bananas. Não era uma dúzia, ou um cacho: era uma penca, na forma como as bananas nascem na bananeira. Devia haver umas trinta bananas ali, ainda verdes, mas que “com certeza vão amadurecer”, de acordo com o vendedor. Vejo que há produtos embalados à venda e que os la-

ticínios trazem as marcas das cooperativas produtoras e do MST em embalagens Tetra Pack idênticas às encontradas comumente nos supermercados. Compro um bolinho de sobremesa e olho algumas camisetas serigrafadas expostas. Bibiana passa os cabides com camisetas ao meu lado e exclama “olha essa!”, até que paramos em uma camiseta que traz a imagem de mãos semeando a terra e, nas sementes, palavras como paz, liberdade, autonomia. Demoramos mais tempo observando o desenho que parecia uma xilogravura, impresso em tinta preta sobre uma camisa branca. Nossa contemplação é interrompida por João, que me avisa apontando para o outro lado da rua: “olha lá umas pessoas saindo do teu objeto de estudo!”. Nós três chegamos na soleira do sobrado e ficamos assistindo as pessoas que saem pela porta de plástico entreaberta do Refettorio Gastromotiva. É um pequeno grupo de homens de gravata seguido por uma mulher que veste uma camiseta impressa em caracteres bold e sem serifa, ocupando quase todo o espaço da frente com a frase “*food is a tool for social change*”.

Em fevereiro de 2021 visito um acampamento do MST. Na estrada RJ-162, em Córrego do Ouro, a paisagem mostra pastagens e o gado bovino que nelas se cria. As curvas da estrada se sucedem e eventualmente vê-se um curral ou uma placa alertando sobre “boi na pista”. Até que uma curva mostra, ao longe, o acampamento: bandeiras vermelhas fincadas em longos bambus e os indefectíveis barracos de lona. É para lá que vou, levada por Izaura, professora da rede pública de ensino do município de Macaé. Ela freia o Fusca próximo à cerca e desliga o motor. Descemos do carro e nos aproximamos a pé da entrada da Ocupação Edson Nogueira, do Movimento dos Sem Terra. Há algumas pessoas ali na frente: uma jovem grávida, algumas crianças. Falamos “bom dia” e ouvimos “bom dia” do pequeno grupo, sem saber muito ao certo quem nos saudava, já que tínhamos máscaras de tecido cobrindo a parte de baixo de nossas faces. Apresentamo-nos — Izaura como moradora da região, professora de alguns sem-terra, e eu como sua amiga que queria conhecer a ocupação. Logo a porteira está aberta, um homem se aproxima, diz que somos bem-vindas, se oferece para nos mostrar o acampamento, diz a um menino “corre ali na cozinha, pega a chave da escola”.

Uma *escola de agroecologia*: esse era, desde 21 de abril de 2018, o motivo da Ocupação Edson Nogueira. Caminhando pelo acampamento tenho duas impressões contrastantes: uma de caos e outra de ordem. Paredes de *barracos* construídas com materiais heterogêneos formando padrões caóticos com seus retalhos encaixados. Pedacos de banners publicitários, tapumes de obra, lonas pretas e coloridas se juntam para compor as paredes. Os barracos, porém, formam

uma “rua” muito reta e parecem todos ter o mesmo tamanho e formato, mantendo um espaçamento regular entre si. Entre eles, crescem girassóis e touceiras de cana-de-açúcar. Uma armação de bambus sustenta um pé de maracujá e entre as maiores distâncias ainda se vê o onipresente capim braquiária (*brachiaria urochloa*), gramínea forrageira nativa da África, aqui introduzida para fazer da pecuária uma atividade lucrativa e, do Brasil, o maior exportador de carne do mundo.

Djalma, o cicerone, nos conduz em direção ao maior de todos os barracos: a escola. O barracão tem uma porta, o que me provoca novamente a dupla impressão de contraste: no meio de paredes tão improvisadas, uma porta com dobradiças e fechadura transmitia a sensação de que algo ali fora projetado antes de ser construído. Dentro do recinto, vejo que os tapumes de madeira rosada têm tomadas elétricas encaixadas, embora o acampamento não conte com eletricidade em suas instalações. Seria uma previsão otimista? Ou os acampados dispunham de algum gerador para a escola? Além das tomadas, no centro do recinto, pendurado na armação triangular que sustenta as telhas de amianto, vejo um suporte para projetor construído com pequenas tábuas e pregos, na característica improvisação das coisas do lugar. Alguns quadros coloridos pintados pelos acampados decoram as paredes. Em um dos tapumes rosados, um desenho feito com giz branco reproduz vagamente as figuras humanas masculina e feminina presentes na marca do MST. O mobiliário são as tradicionais carteiras escolares — assentos individuais com um pequeno apoio acoplado que serve de mesa. São carteiras escolares desiguais: algumas são de madeira, outras de fibra de vidro. Todas, porém, mostram sinais de desgaste: as lâminas da madeira compensada já bastante descoladas, as muitas camadas de pintura sobre a fibra de vidro moldada que descascam e exibem a superposição das demãos de tinta que receberam ao longo do tempo. Há, em todo o perímetro da sala, um vão entre a borda superior das paredes e o telhado. Como não vi janelas, calculei que o vão promovia a ventilação passiva do local, expulsando ar quente do interior. É por esse vão que também entra alguma luminosidade, atenuada por uma estreita cortina de pano vermelho. A luz do dia, filtrada pelo pano vermelho, torna mais avermelhado o interior do barracão, gravando em minha memória uma característica tantas vezes percebida nas imagens divulgadas pela internet.

Djalma conta que os principais adversários do MST na região Norte Fluminense são os pecuaristas, que reivindicam que no terreno ocupado seja construído um abatedouro municipal para o escoamento da carne bovina, e não uma escola de agroecologia. Ele argumenta que um abatedouro servirá aos criadores de gado

e uma escola servirá à *sociedade*. Nosso interlocutor nos convida para almoçar “com a companheirada” ali no acampamento. Caminhamos em direção à cozinha, quando chegamos mais perto, posso ler em um quadro alguns nomes em uma lista intitulada “segurança”. Havia nomes de homens e de mulheres na escala, o que me fez lembrar que é vedado o porte de qualquer arma de fogo dentro de acampamentos e assentamentos do MST. Imagino que fazer a segurança do lugar é ficar de olho na estrada e na porteira, como estavam a mulher e as crianças que nos saudaram quando chegamos.

Chegamos na varanda da cozinha e pela janela-balcão vejo o fogão à lenha e uma grande mesa. Dentro da cozinha é bem mais escuro e meus olhos demoram um pouco para conseguir enxergar os detalhes do que há dentro do recinto. Vejo que as panelas e vasilhas parecem bastante usadas, consertadas, remendadas. A mulher dentro da cozinha oferece álcool para as pessoas limparem as mãos. Ouço Djalma explicar à mulher que “as visitas vão almoçar aqui hoje”. Reparo que as refeições são servidas em caixas de plástico, reaproveitamento de embalagens de 2 litros de sorvete. Recebemos nossas refeições já montadas na caixinha: arroz, feijão, macarrão e peixe frito. Eu e Izaura avisamos que “é muita comida, a gente não come tanto assim”, e a moça que nos atende então retira parte da comida, recolocando nas panelas sobre a mesa e o fogão à lenha.

Caminhamos com nossas refeições para a área de reuniões, demarcada por três grandes e antigas mangueiras que sombreavam o local, tornando-o fresco mesmo sob o mormaço do meio-dia. Puxo conversa com um homem que me conta que é de Araruama (Região dos Lagos, estado do RJ) e que está no movimento há pouco mais de dois meses. Diz que entrou no MST por conta do desemprego e, mesmo com pouco tempo, já assumira uma das coordenações. Conta que, como coordenador, frequenta muitas reuniões, nas quais aprecia ouvir os outros coordenadores “que sabem falar muito bem”.

Terminamos de almoçar e voltamos ao balcão da cozinha para devolver as caixas e os garfos. Pedimos desculpa por ter deixado ainda alguma comida na vasilha e Janaína, a moça atrás do balcão, logo desfaz nosso constrangimento dizendo que tem muitos cachorrinhos ali que comem os restos. Fazemos nossos agradecimentos pela acolhida, nos despedimos e caminhamos de volta ao Fusca estacionado no acostamento da RJ-162. Izaura lembra do irmão de Edenildo, sem-terra que lhe prestara alguns serviços. Diz que há um brilho nos olhos dele quando fala das marchas do MST. Marchas são movimentações que demandam organização e talvez a experiência extrema de montar e desmontar cozinhas e

abrigos em grupos que, ao mesmo tempo, se deslocam, tenha como efeito uma certa compreensão prática de um projeto comum de realidade.

Os relatos no espaço Terra Crioula e no acampamento Edson Nogueira deixam perceber a rede por janelas atencionais pequenas e próximas. Olhar para a rede através dessas janelas faz compreender que tudo que se parece com um ator pode também ser percebido como uma rede de entidades associadas. O que cria a identificação é a associação das entidades em torno de um específico objetivo comum para certo momento. A circunstancialidade que ordenou a ocupação em Córrego do Ouro de um terreno da prefeitura de Macaé não é a mesma que aglutinou a cooperativa de laticínios do extremo oeste de Santa Catarina, cujos produtos podem ser comprados no espaço Terra Crioula, no Rio de Janeiro. Todavia, tanto a Ocupação Edson Nogueira como a Cooperoeste se encontram sob o mesmo projeto de mundo traçado na bandeira do MST fincada na terra ocupada e impressa nas caixinhas que embalam o leite da cooperativa catarinense.

Como atores-redes mobilizam, sobrepõem e dão coesão às muitas pequenas peças que os compõem? Olhando de perto, o nome Janaína, da mulher que serviu as refeições na ocupação, fez Izaura, professora da rede municipal de Macaé, lembrar que Janaína é um nome comum entre as estudantes da rede municipal de Macaé. Rapidamente relacionamos a maior ocorrência do nome Janaína entre as meninas nascidas na região com a atividade pesqueira, tradicional no Norte Fluminense. Janaína é um dos nomes para lemanjá. Para as religiões de matriz africana, é ela quem decide o destino de todos aqueles que entram no mar. É um motivo para os pescadores batizarem as filhas com um dos nomes da divindade que os agrupa em uma fé. Lembramos que a refeição simples que Janaína nos serviu continha um peixinho frito junto com o feijão e o arroz. O arranjo produtivo que pesca aquilo que se come no almoço diário é um aglutinador de entidades mantidas suficientemente coesas para serem percebidas como um agente. Quando comemos um peixe no acampamento do MST, toda uma rede diversa, conectada às custas de contínuas estabilizações em um projeto de mundo, age junto com quem come.

PRIMEIRAS CONEXÕES CONFORMADORAS DAS REDES AGROALIMENTARES

As conexões das redes agroalimentares em questão se tornaram traçáveis a partir da controvérsia observada no ato político do Banquete Nacional pela volta do Consea. A incerteza sobre o pertencimento ou não da Gastromotiva à rede que se

conformou para realizar o Banquetaço apontou um início de separação entre pelo menos duas formas de fazer existir e circular comida no mundo. É essa ordem que pode ser explicada com a descrição das associações que se constroem e se estabilizam entre as variadas entidades implicadas na existência da comida. Como a ordem emerge? Segundo que princípio ordenador? Por qual processo de alianças?

Começamos seguindo os fios da Gastromotiva, por ter sido esse ator a protagonizar a controvérsia observada no Banquetaço. As associações que apresentam como efeito um modo inteiro de cultivar comida em escala planetária não parecem estar entre as questões de interesse da Gastromotiva, e, no entanto, essa era uma das mais centrais questões de interesse do Banquetaço e suas entidades construtoras. No caso da Gastromotiva, o desperdício de comida — efeito próprio desse modo de ordenamento da rede agroalimentar — é um motivador central de associações conformadoras dessa rede. O desperdício está implicitamente fora de discussão e é apresentado como o grande mal a ser combatido pelos atores-redes que aqui se conectam.

Já no lado ímpar da Rua da Lapa, o espaço Terra Crioula também serve almoços, com a diferença que uma refeição servida nesse espaço conecta quem dela se alimenta a uma rede sensivelmente diversa da rede conectada pelo prato de comida servido no lado par da mesma rua. Essas diferenças já se fazem perceber em uma primeira incursão ao sobrado emprestado, quando pudemos observar as questões de interesse próprias a essa rede estampadas em objetos como bandeiras, grafites, camisetas, rótulos e embalagens. Aquilo que a Gastromotiva mantém como caixa-preta — a composição e o ordenamento do modo de produzir e consumir a comida — é, para o MST, uma explícita questão de interesse evidenciada em materialidades e visualidades que acompanham esses atores-redes. A visita ao acampamento do MST em Macaé/RJ confirmou a percepção das diferenças entre as duas entidades: o trabalhador sem-terra que nos ciceroneou pela ocupação foi rápido em explicar com praticamente uma frase o que se encontra em jogo na assembleia de interessados na questão agroalimentar: na disputa pelo terreno, enquanto os pecuaristas demandam a construção de um abatedouro, os acampados lutam por uma escola de agroecologia.

A sigla que agrupa o Refetorio, os voluntários, os trabalhadores e os empreendedores formados pela Gastromotiva é o SGM — Social Gastronomy Movement, ou Movimento da Gastronomia Social —, que tem, entre suas bandeiras, o combate ao desperdício de comida. Essa é, com efeito, uma causa que dificilmente angaria opositores. Não encontrei vestígio de nenhum grupo, entidade ou pessoa que se

identificasse como favorável ao desperdício de comida. Nem mesmo os desperdiçadores diretos — Grupo Benassi e Carrefour, que comercializam alimentos no atacado e no varejo e patrocinam a Gastromotiva — consideram conveniente desperdiçar comida, ao menos não de modo tão evidente. Talvez por isso mesmo a conexão entre a Gastromotiva e as entidades implicadas em certo ordenamento da rede agroalimentar que provoca, entre seus efeitos, o desperdício de comida, seja possível e até mesmo buscada. O binômio desperdício/fome acaba por estimular a conexão das entidades desperdiçadoras com uma outra entidade que oferece um valor de grande interesse: uma associação conceitual de apoiadores e parceiros com ações de combate à fome, ao desperdício e à exclusão social — ações, nas palavras da própria Gastromotiva, do “bem”, praticadas por “gente boa”. Quem seria contra o bem? Quem não se posicionaria ao lado das pessoas boas?

Do outro lado da rua, o Movimento dos Sem Terra aglutina produtores e consumidores em torno de questões mantidas como centrais na arena de interesses em jogo. Em seus movimentos associativos, a rede que se conforma a partir do Terra Crioula parece ter mais clareza de como ela se move no espaço de controvérsias que lhe é próprio. Se, no lado par da rua, a propriedade e o acesso à terra para cultivar alimentos está fora das discussões e assim será mantida, no lado ímpar da rua as questões discutidas começam justamente por aí. O MST é, numa descrição rápida, um movimento social que reivindica reforma agrária. E a questão da propriedade e do acesso à terra está longe de ser uma unanimidade: há quem seja a favor, há quem seja contra, há quem se interesse em discutir, há quem se interesse em tirar de discussão. Em termos de cosmograma — expressão concreta do projeto de mundo compartilhado — o MST, em suas visualidades e materialidades, é mais claro na definição dos argumentos encadeados e motivadores de sua rede.

CONTROVÉRSIAS DESDOBRADAS: ADENSAMENTO DAS REDES

Os patrocinadores e parceiros participantes da rede que sustenta a existência da Gastromotiva produzem e comercializam alimentos de acordo com um modelo de existência combatido pela rede que sustenta a existência do espaço Terra Crioula. Os movimentos camponeses, no mundo todo, combatem, com suas ações e modos de existência, os modelos de produção identificados com agronegócio, monoculturas, agrotóxicos, sementes transgênicas, latifúndios privados, e grandes empresas transnacionais; e deixam isso muito claro em todo tipo de comunicação que

estabelecem com a rede de consumidores e apoiadores. As palavras “luta”, “lutar”, “reforma agrária”, “resistir”, “popular” são fáceis de encontrar nas peças visuais utilizadas pelos movimentos.

Para a Gastromotiva, o que está em questão é convencer sobre os motivos de sua existência, associando-os a supostos valores comuns e indiscutíveis. Ao anunciar que “combatem o desperdício de alimentos”, a Gastromotiva não se opõe a nada concreto, já que não há uma entidade, um coletivo, uma rede que se posicione “a favor do desperdício de alimentos”. O desperdício, neste lado da Rua da Lapa, é uma questão de fato e parece abater-se, qual praga natural, sobre o sistema agroalimentar, como uma inconveniente geada ou uma estiagem fora da época esperada, algo que é do interesse de todos evitar. A forma de produzir comida não está em questão, o que está em questão é diminuir o desperdício de alimentos e mitigar a fome das pessoas que essa forma de produzir comida não consegue alimentar. É desses problemas que o movimento da gastronomia social nasce como ponto reparador. A estabilização da controvérsia sobre desperdício e escassez é de seu interesse, pois poderá trazer mais solidez e longevidade às redes de implicados na forma hegemônica de produção de alimentos. Lutar contra o desperdício de alimentos provoca alívio existencial e desejo de engajamento em muitas pessoas.

Já no lado ímpar da Rua da Lapa, o que está em questão é o próprio sistema agroalimentar, e não somente suas disfunções. Para as tessituras do MST, o combate ao desperdício por si só não faz sentido. O que se reivindica, neste lado, são modificações em pontos anteriores ao desperdício, como o regime de propriedade fundiária, o controle da genética das sementes, a forma de organização do trabalho ao longo de toda a rede que produz e distribui a comida. Neste lado, a maneira de produzir o alimento se aproxima de uma questão de interesse sobre a qual as disputas ainda são visíveis: as formas de produzir alimentação precisam ser conversadas, revistas, negociadas, modificadas, superadas ou resgatadas, parecem dizer os sem-terra no sobrado emprestado, bem defronte ao galpão de aço e policarbonato dentro do qual se janta o que não serviu para ser vendido.

O Refettorio Gastromotiva recebe do Grupo Benassi doações de comida incomercializável, mas ainda boa para consumo. Se não fosse o Refettorio, os alimentos iriam para o lixo. O Grupo Benassi é um dos associados da maior central estadual de abastecimento do Rio de Janeiro, a Ceasa. Podemos, sem grandes dificuldades, traçar as linhas que conectam este grande distribuidor ao problema de desperdício de alimentos, assim como podemos traçar outras linhas que conectam outros patrocinadores da Gastromotiva, como a Cargill, ou a Coca-Cola,

a questões como privatização de sementes e de reservas hídricas continentais. A rede que apoia a existência do Refettorio não pode vir a conflitar com valores e moralidades que a Gastromotiva faz circular em sua rede. Atores como Ceasa, Cargill, Coca-Cola, Carrefour, não patrocinam reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia, lutas, revoltas populares, ocupações e protestos, coisas que circulam livre e ostensivamente pelas redes do MST. O indispensável trabalhador voluntário, se tiver clareza sobre a rede de coisas, ideias e pessoas que se associam para que o Refettorio, a Gastromotiva e o Social Gastronomy Movement existam, talvez não doe seu tempo tão voluntariosamente, considerando que fome e desperdício de alimentos são os alvos de seus combates.

Do lado do espaço Terra Crioula, transformação social começa com acampamentos em terras “que não cumprem função social”, passa pela organização de cooperativas agroindustriais, circula pelas feiras e mercados de “produtos da reforma agrária” e inclui parcerias com empresas públicas e universidades federais. A transformação social, nesse lado da rua, não abre mão de ideias como nação, estado, Brasil. Do lado do Refettorio, a transformação social diz respeito à possibilidade de uma pessoa que vive nas ruas e não tem o que comer fazer uma refeição “em três tempos”, em pratos de louça, com talheres de metal, em um recinto projetado e decorado por profissionais, sentada em mobiliário igualmente projetado por profissionais e servida por voluntários. A transformação social, na ideia da Gastromotiva, também pode se dar pela inclusão econômica viabilizada pelo empreendedorismo individual. Tanto nos jantares como nos cursos de empreendedorismo, a transformação que acontece ali é a da periferia em centro, sem que os transformados possam escolher ou opinar como querem ser transformados, ajudados, incluídos.

Nos “jantares solidários” oferecidos às pessoas em situação de extrema pobreza que vivem nas ruas da cidade, “dignidade” passa a ser expressa por comer de certa forma, com certos utensílios, em certo ambiente e em porções tão pequenas que nos fazem pensar se tal refeição é realmente adequada àquele comensal presumidamente mal-alimentado, enquanto que nas refeições comercializadas pelo MST o valor da comida é agregado pela rede que a produz, distribui e prepara.

Transformação, na Gastromotiva, também diz respeito a um certo tipo de empreendedorismo construído sobre iniciativas individuais e que é ali ensinado em cursos rápidos e gratuitos para pessoas prioritariamente encaixadas num perfil periférico e/ou socialmente vulnerável. São estas populações, à margem de um modo hegemônico de existência, que serão objetos de transformação por cursos de nome “Empreenda, faça e venda”. No MST, a transformação é uma ideia associada à “luta”, marcadamente reivindicatória de coisas específicas como

acesso a terra, sementes crioulas e agroecologia. Transformar terras griladas em propriedades coletivas e nelas produzir comida a partir de sementes tradicionais e sem usar venenos é transformar a sociedade. A transformação social impetrada pelos movimentos camponeses é, pelo que expressam algumas notícias, algo que a polícia reprime com violência letal. Isso acrescenta uma quarta reivindicação ao trio terra-sementes-agroecologia: que não sejam criminalizadas as lutas por transformações sociais nas quais os sem-terra, pequenos agricultores e trabalhadores do campo, se engajam em forma de movimento.

A transformação social, no caso da Gastromotiva, significa a inclusão de populações periféricas no modo de existência que se entende como adequado, central, único e sobre o qual não se discute. A organização de elementos diversos que torna realidade uma refeição na Gastromotiva é uma *questão de fato* na qual as controvérsias, embora existam, são administradas na direção de suas estabilidades. A inquietadora consciência desperta pelas toneladas de alimentos desperdiçados enquanto tantos ainda passam fome é aliviada pelo serviço voluntário nas cozinhas e jantares solidários. À menor objeção, a resposta costuma ser o “impacto positivo” das noventa refeições servidas de segunda à sexta no Refetório. As organizações que apoiam financeiramente a Gastromotiva são atores importantes na rede agroalimentar em que atuam, produzindo e distribuindo comida em escalas planetárias. Percebemos que a hegemonia desses atores-redes, nessa maneira de existir, encontra-se em jogo quando a rede que produz nossa comida é questionada: quem se atreve é criminalizado e reprimido com força policial.

A inclusão de populações marginais no modo de existência sustentado pelo Movimento Gastronomia Social é feita de uma forma produtiva, resultado de esforço individual, pois a ideia de incluir mediante trabalho formal e acesso a direitos está em declínio no mundo do trabalho.¹¹ É necessário, portanto, adaptar a cultura do trabalho ao desemprego, ao risco e à insegurança. A ideia de empreendedorismo como forma de conseguir resultados sociais imediatos foi uma política pública abertamente estimulada na cidade do Rio de Janeiro, especialmente nos anos que antecederam os megaeventos¹² nela acontecidos. Não por acaso, data dessa

11 Gomes, R. C.; Leite, M. P. Empreendedorismo e “inclusão produtiva” em favelas e periferias. *Ensaíos*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 21-37, 2019.

12 Além dos eventos tradicionais na cidade, como Carnaval, Réveillon de Copacabana e Rock in Rio, o ciclo de megaeventos relacionado ao projeto, que articulou esforços dos governos municipal, estadual e federal para transformar o Rio de Janeiro em uma “cidade global”, envolveu, entre outros: a Conferência Ambiental Rio+20, em 2012; a Jornada Mundial da Juventude, em 2013; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo de 2014; os Jogos Mundiais Militares, em 2015; e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

época a construção do Refetório na Lapa em terreno cedido pela Prefeitura. Hoje as instalações são citadas como legado das Olimpíadas de 2016, assim como os cursos de empreendedorismo e “gastronomia social” que visam a transformação de territórios periféricos em “territórios de negócios” como estratégia de gestão da sobrevivência em meio ao cada vez mais deteriorado e flexibilizado contrato de inclusão por direitos de trabalhadores.

Outro aspecto perceptível desse modo de agenciamento é que ele é feito “de fora para dentro”, semelhante a uma “missão civilizadora” que converte corações e mentes de populações potencialmente criminosas (ou engajadas em movimentos sociais populares). A condição de “vulnerabilidade social” é um eufemismo para falar de grupos em situação de alto grau de incerteza quanto à sua sobrevivência e que, pressionados pela miséria, arriscam entrar para a criminalidade como forma de conseguirem algum recurso.

Toda transformação, enquanto modifica certos elementos, mantém outros sem alterações. O Movimento dos Sem Terra, enquanto reivindica modificações na forma de distribuir propriedade e acesso a terras para cultivar comida, deixa claro que a forma de organização política fundada no Estado-nação está fora de questão. O mapa político do Brasil é um elemento literalmente central no logotipo do MST e é também pelas instâncias estatais que o movimento consegue conquistar suas maiores reivindicações. O Movimento da Gastronomia Social também quer modificar aspectos da realidade: diminuir ou mesmo acabar com o desperdício de alimentos e dar de comer a quem tem fome. Nesse caso, há também aspectos a serem conservados e mantidos fora de questão. A atuação da Gastromotiva inclui, entre as ações de combate ao desperdício de comida, o encobrimento das condições que criam o desperdício de comida que ela combate. Isso é explicado pelos importantes apoios financeiros que a Gastromotiva recebe de empresas apontadas como protagonistas quando o assunto é desperdício, agrotóxico, monoculturas e *commoditização* da comida.

A inclusão de elementos mais distantes dos pontos de partida não leva a qualquer traçado de limites extremos dessa rede. Pelo contrário, reforçam a impressão de que não há limites precisos para as redes que se conectam por motivos agroalimentares. A descrição, porém, ganha densidade com a inclusão de mais atores nas tessituras a serem estabilizadas. O adensamento pode acontecer pela inclusão dos mais heterogêneos atores e vai permitir que a descrição do ordenamento da realidade inclua as múltiplas, complexas, amarradas e sobrepostas estruturas conceituais, simultaneamente.

CONCLUSÃO

Ao pensarmos nas respostas que podemos dar à pergunta sobre o que sustentamos quando nos alimentamos, inevitavelmente, conectamos atores, associamos tudo e todos que agem, que atuam, que praticam o *ato* de se alimentar, evidenciando o quão político é esse ato. Seguir as controvérsias e suas necessárias estabilizações para haver comida em nossos pratos (e não haver em muitos outros), identificar as partes interessadas, bem como os interesses em jogo quando se trata da questão agroalimentar é um trabalho projetual, que distribui, pelos variados agentes associados em rede, as ações que projetam nossa alimentação.

Conhecer a rede de entidades que se juntam sob alguma forma organizada para providenciar comida no prato de quem come é politizar o ato de comer. A investigação desenhou algumas linhas dessas redes, tornadas visíveis pelas desestabilidades entre atores que reconhecem que, no mínimo, não podem mais seguir ignorando-se mutuamente. Quem come está implicado, tanto quanto quem planta, transporta, embala, legisla sobre, germina, cultiva, irriga, aduba, cozinha, vende, doa ou joga fora a comida. Quem come está interessado no processo organizado para garantir que nos alimentemos.

A complexidade da rede é percebida quando as partes interessadas assim se apresentam. É preciso inventar e garantir espaços e modos de apresentação dos interesses de tudo que se implica na rede agroalimentar. O Banqueteação foi um ato político de autodeclarações de interesses e interessados: houve um manifesto que os elencou, houve o interesse em pedir a volta do conselho composto por representantes das partes interessadas, houve até a incerteza sobre se determinada parte estaria ou não incluída como interessada. Associar-se requer definição de posição em relação às outras tantas partes implicadas na associação.

Há, porém, coisas que interessam a tão poucas partes, e, mais ainda, desinteressam a tantas outras que só chegam a se estabilizar porque seus interessados não se apresentam como tal. Coisas como comida com veneno ou jogar comida fora, por exemplo, não interessam a quase ninguém e, no entanto, lidamos com isso no almoço e no jantar. Quem produz comida, quem planta, quem estoca em armazéns, pode até se interessar por substâncias que façam a comida durar mais, que possibilitem uma produção mais barata e garantida, mas o uso de agrotóxicos adoee e mata, principalmente, quem com eles cultiva. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), os agricultores e os trabalhadores das indústrias produtoras de pacotes tecnológicos de agroquímicos são dois grupos prin-

principalmente afetados e sofrem diretamente seus efeitos durante a manipulação e aplicação.¹³ A disputa entre chamá-los de agrodefensivos ou de agrotóxicos indica que há interesses e partes interessadas, indica que há um processo associativo em aberto, indica uma oportunidade para se observar as redes se organizando, é uma chance de se reconhecer e se apresentar como parte interessada na questão de inegável interesse que é o ato de aspergir substâncias cancerígenas na comida que todos comemos.

Jogar comida fora é outra questão de interesse que perturba a estabilização da rede agroalimentar. Desperdício de comida é um implicador de muitas partes nessas redes. Muitas partes questionam que o desperdício siga existindo nos processos de produzir, circular e consumir comida. Desperdício de alimentos, junto com fome e desnutrição massivas, causam mal-estar existencial em quem tem o que comer e podem levar a questionamentos desestabilizadores do arranjo que desperdiça comida. Antes que se chegue à pergunta “por que o modo de produzir a comida gera desperdício de comida?”, as poucas partes interessadas em produzir comida em um modo no qual faz sentido desperdiçá-la podem se valer de uma estratégia de tornar o desperdício um fato indiscutível que só nos resta combater unanimemente. A essas partes juntam-se outras que oferecem possibilidade de combater o desperdício e de publicar esse combate na internet. O mal-estar existencial de quem tem o que comer diante do binômio desperdício/escassez pode ser mitigado pelo trabalho voluntário de reaproveitar o que é desperdiçado, servindo-o a quem não tem o que comer. Assim, a questão do desperdício se veste como questão de fato, sobre a qual não há disputa, só há o consenso unificador dos interesses das partes: todos juntos contra o desperdício. Esse padrão de ordenamento é observável em vários momentos na rede desenhada a partir do Refettorio: nas marcas abstratas, nas imagens comuns a vastos imaginários coletivos, nas grandes paredes brancas que limitam o salão de refeições, nos textos de seus e-mails, tudo afirma pertencimento à norma de um cosmos ordenado que supostamente todos compartilham e almejam. Esse cosmos é blindado aos questionamentos interessados em mudá-lo.

Cartografar a rede agroalimentar a partir do Refettorio nos leva a conhecer uma peculiar estratégia de estabilização: a despolitização da comida. Embora possamos ler, em suas paredes translúcidas, os nomes de um fabricante de agrotóxicos e de um distribuidor de comida que entende a abundância como um problema que se resolve jogando comida fora,

13 Instituto Nacional do Câncer. Agrotóxico. *Gov.br*, Brasília, DF, 20 maio 2022.

não parece ser interessante que isso fique claro. O que aparece nas expressões de simpatia e na vontade de pertencer à essa rede é que as coisas que se associam sob tal processo o fazem em nome de um mundo bom, sustentável, justo, que causa “impacto social positivo”, que se move por solidariedade, que é “direito humano universal”. A compreensão do desperdício como resultante da ação em rede de agentes interessados e organizados pela questão alimentar é deslocada de um plano político para um plano moral. Os atores dessa rede se definem como colaboradores de algo indiscutível, de interesse geral e absoluto, uma causa universal. Lutar contra o desperdício dando de comer a quem tem fome é, com efeito, um motivo irrepreensível demais para alguém se negar a tê-lo. Ou uma oferta de composição que não se recusa nem a atacadistas, varejistas, fabricantes de agroquímicos, ruralistas e lobbys do agronegócio.

Cartografar a rede agroalimentar a partir do espaço Terra Crioula nos leva a conhecer uma estratégia de (re)politização da comida. O que se conecta a partir dali é caracterizado por interesses manifestos em marcas figurativas, em textos e imagens publicados nas redes virtuais, nas produções audiovisuais, em embalagens. Tudo aqui exhibe sua implicação no processo agroalimentar. Os autoidentificados e organizados sem-terra insistem em abrir caixas-pretas que, do outro lado da rua, permanecem intocadas. São coisas heterogêneas que se ordenam para fazer existir comida, de um modo, porém, diferente do ordenamento estabilizado para haver comida do outro lado da rua. A coletividade heterogênea conectada na composição de um corpo que se reconhece como corpo político opina, aconselha, protesta, ocupa, se interessa e luta por se incluir na negociação por um arranjo estabilizado que, não apenas nos alimente, mas também conforme o mundo no qual compartilharemos uma realidade comum.

Em ambas as redes cartografadas, encontram-se exemplos de coisas projetadas, no sentido usual e individual do verbo projetar: marcas, layouts, mobiliários, edifícios, objetos, serviços de entrega, websites, obras de arte. É possível agora, depois de percorridas algumas conexões dessas redes, imaginar a dissolução do sujeito projetista em tudo e todos que agem nas redes. Os irmãos Campana respondem sozinhos pelo projeto do mobiliário da sala de refeições do Refettorio? Ou inclui-se também quem fabricou, quem forneceu o material, quem encomendou, quem ofereceu associar o nome dos designers à Gastromotiva como moeda de troca no projeto dos móveis? O mesmo podemos dizer sobre o belo projeto do galpão que abriga o Refettorio: ele é fruto não apenas da criatividade de um time de arquitetos mas deve-se também ao contato pessoal da jornalista Ale Forbes

com o prefeito Eduardo Paes, cuja política de incentivo ao empreendedorismo foi implementada durante um período em que grandes eventos culturais e esportivos foram trazidos para a cidade com a promessa de deixarem um legado para a população que nela vive. Mobiliário e galpão são projetados também pelos materiais de que são feitos. O policarbonato translúcido, as chapas de madeira compensada, a parede sem reboco do sobrado vizinho projetam a existência do Refettorio tanto quanto os times de design e arquitetura. Máquinas, ferramentas, roupas, clima, organização política, são coisas não humanas que fazem o projeto existir como um efeito de uma certa ordem estabilizada entre elas.

As bandeiras carregadas pelas marchas nacionais do MST são, igualmente, parte de uma rede à qual devem suas existências, como também são parte do projeto que, há quase quarenta anos, mobiliza toda uma diversidade conectada em rede sob a sigla do movimento. Como mais um exemplo de ação projetual compreendida como uma ação praticada por uma coletividade heterogênea e não por um indivíduo que projeta, temos as palavras escolhidas para tema da IV Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, a JURA 2022: reforma agrária popular e *projeto de país*.

Como se projeta um país? Haverá equipe de design, arquitetura, engenharia ou mesmo artistas plásticos, que tenham a habilidade de responder pelo projeto de um país? Haverá algum método de design que possa conduzir a uma solução para aspectos problemáticos da realidade de um país? Haverá algum tipo especial de criatividade, talento ou inspiração que garanta a qualidade de soluções para os problemas de uma nação? Ou será que precisaremos, sem abrir mão da noção tradicional de um *sujeito projetista criativo e solucionador de problemas através de métodos*, expandir a ideia de projeto? Se compreendermos projeto como uma bem tecida rede de motivos e efeitos e formos capazes de expressar — graficamente, textualmente — essa rede, os sujeitos projetistas, tão compositores da rede quanto qualquer outra coisa ou pessoa, poderão agir para estabilizar certas conexões, desestabilizar outras, e, assim, projetar o efeito desejado por certo coletivo agrupado e identificado por um cosmograma comum.

É assim que as próprias redes agroalimentares, objeto desta pesquisa, podem agora ser explicadas como um projeto. Através de uma noção ampliada de projeto, é possível compreender que a conformação da rede se dá pela junção de coisas, pessoas, ideias associadas às custas de estabilizações para que, em uma certa realidade compartilhada, possamos contar com comida em nossos pratos diariamente. E, assim como a comida diária é um projeto, o desperdício, a escassez, a fome e a desnutrição também o são.

A atividade de projetar o mundo, as coisas deste mundo e como essas coisas vão ser ordenadas e arranjadas em uma realidade comum é uma atividade política. Projetar é um ato de muitas implicações, é um processo em que se procura estabilizar conexões para viabilizar uma certa existência em grupo. A ideia de processo, nesse caso, se mostra mais adequada para pensarmos e discutirmos as atividades de design do que a ideia de um produto final. Seja em projetos de edifícios, de serviços, de produtos ou de visualidades, refletir e falar sobre o processo necessário para se obter certo resultado permite acessar a rede múltipla, organizada e indispensável para que nela circule aquilo que se projeta. Projeto é um processo que circula em uma rede de conexões contingentes. Ao investigarmos as conexões estabilizadas, negociadas, renovadas ou desfeitas entre os muitos elementos ordenados na rede que viabiliza a produção, o consumo e até mesmo o desperdício de alimentos, esclarecemos as condições que conduzem o processo de composição dessa rede e compreendemos como somos capazes de modificá-la de forma a contemplar o projeto de mundo no qual nos reconhecemos como partes interessadas. Nesse sentido, a teoria ator-rede e a cartografia de controvérsias mostram-se como abordagem teórica e ferramenta metodológica favoráveis de atividades projetuais cujo foco se deslocou do produto final para o processo projetual que causará como efeito a realidade projetada.

Seguindo a trilha dos soldados do Bope

Projetos e redes na guerra urbana do Rio de Janeiro

Laura Gadelha e Silva

Este texto é resultado de pesquisa de mestrado realizada entre 2023 e 2025 no Programa de Pós-Graduação em Design pela Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI-UERJ), sob orientação de Daniel B. Portugal e Flávia Soares, com dissertação intitulada *Bope como projeto: design, guerra e cidade*. O trabalho recebeu apoio da CAPES na forma de bolsa de mestrado.

1 “Guerra urbana” é o termo que utilizaremos para abordar a trama complexa de conflitos, tráfico de armas, produção e comércio ilegal de drogas, políticas públicas etc. Utilizamos esse termo pois conversa com a definição de “novo urbanismo militar” proposto por Stephen Graham em seu livro *Cidades Sitiadas* (2016).

2 Pierre, E. Médicos mortos na Barra: o que se sabe e o que falta esclarecer. *G1*, Rio de Janeiro, 5 out. 2023.

3 Trigueiro, A; Ávila, E; Alves, R. Recorde de 35 ônibus queimados em 1 dia no Rio afeta passageiros e gera prejuízo de mais de R\$ 35 milhões. *G1*, Rio de Janeiro, 24 out. 2023.

Podemos chamar de guerra urbana a situação caracterizada pelos conflitos recorrentes, pelos altos índices de criminalidade e pela militarização da vida civil, instaurada na cidade do Rio de Janeiro após o período da Ditadura Militar.¹ Trata-se de uma situação que envolve mais atores do que sugerem termos como “narcotráfico”, “milícia” e “crime organizado”. A guerra na cidade é um jogo que a cada momento muda sua composição e atores implicados. Como um exemplo, o ano em que essa pesquisa se iniciou (2023) foi marcado pelo assassinato de três médicos no dia 5 de outubro, supostamente confundidos com milicianos por traficantes,² e também pela queima de 35 ônibus no dia 26 do mesmo mês, como uma ação coordenada da milícia.³ Agora, em 2025, vivemos um momento em que as milícias se tornaram partes interessadas no narcotráfico, rivalizando com outras

facções como o Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando Puro (TCP), mas também da queda do projeto pacificador das Unidades de Polícia de Proximidade (UPPs) e do desenrolar do caso do assassinato da vereadora Marielle Franco.⁴

Uma das instituições envolvidas diretamente nesse cenário de guerra urbana é o Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que ganhou destaque por ser “a cara” dos confrontos no Rio de Janeiro. Sua criação foi um processo longo, envolvendo treinamentos diversos⁵ e passando por diferentes nomes e designações. O Bope como o conhecemos hoje, com tal nome e seu famoso brasão de caveira, só foi oficializado em 1991.⁶ Ele esteve no centro de operações de alta periculosidade desde então. Mas, o que o tornou amplamente reconhecido foi o filme lançado em 2007 pelo diretor José Padilha, *Tropa de Elite*.⁷ Foi criticado na época pelas cenas de corrupção, tortura explícita e violência. Apesar disso, foi premiado e sua sequência, *Tropa de Elite 2* (2010),⁸ alcançou o recorde de maior bilheteria do cinema nacional na época.⁹

O Bope é lembrado como uma unidade de polícia relevante na guerra urbana por fazer parte de algumas operações da PMERJ em carros blindados pretos chamados de “caveirão” e pela caçada aos traficantes dentro das comunidades, como a operação de pacificação do Complexo do Alemão em 2010. Além disso, também é conhecido por operações de resgate e apreensão como o caso “*Sniper da ponte Rio-Niterói*”, em que um homem sequestrou um ônibus neste local e foi executado por um atirador de elite do Bope após 4 horas de negociação.¹⁰

Como os exemplos acima indicam, o Bope é constituído por mais do que agentes policiais humanos. Os policiais que concluem o Curso de Operações Especiais (COEsp), necessário para ingressar no Bope, recebem o nome de “caveiras” em alusão ao brasão do grupo, simbolizado por uma “faca na caveira”. Além dos

4 Marielle era vereadora e ativista no Rio de Janeiro, denunciando vários casos de violência policial e crimes contra a população mais pobre. Foi executada no dia 14 de março de 2018 junto de seu motorista Anderson Gomes. Esse caso comoveu o país e se tornou símbolo da luta contra a guerra no Rio de Janeiro.

5 Por exemplo, o Curso de Comandos e Operações na Selva no Exército e o curso de Comandos Anfíbios na Marinha. Antes de ser chamado por Bope, o grupo já foi

conhecido como Companhia de Operações Especiais (Coe) e Núcleo da Companhia de Operações Especiais (NuCoe). Storani, P. *Vitória sobre a morte: a glória prometida*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal Fluminense, 2008.

6 Oficializado pelo Decreto nº 16.374 de 1 de março de 1991.

7 *Tropa de Elite*. Direção de José Padilha. Brasil: Globo Filmes, 2007.

8 *Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora é Outro*. Direção de José Padilha. Brasil: Zazen Produções, 2010. Globoplay.

9 *Tropa de Elite 2* é a maior bilheteria da história do Brasil. *G1*, São Paulo, 29 dez. 2010.

10 Torres, A. C. Atirador do Bope mata sequestrador de ônibus na Ponte Rio-Niterói após mais de 3h de cerco. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 ago. 2019.

caveiras e do brasão, compõem a instituição atores como: veículos blindados, estratégias de combate e armas potentes, além de aparatos midiáticos, sistemas de identidade corporativa, verbas governamentais, regimentos etc. Esses atores são parte do que fazem um caveira capaz de operar em circunstâncias específicas, do mesmo modo que um “sniper” só ganha esse nome em sua relação com um rifle de precisão. O rifle permite que o Bope atue como nesse caso, fazendo parte de um projeto de ação muito específico. E o mesmo vale para os caveirões e a identidade corporativa que acompanham os policiais em operações. Esses seres não humanos e o projeto de ação que os acompanha são centrais nos estudos em design, seja no campo de design de produto, design gráfico, design de serviço etc. Os designers sabem que quando projetam uma coisa nova, estão também projetando a interação dela com o usuário. Ao reconhecer uma certa “projetualidade” na forma como o Bope age e escolhe seus integrantes, trazemos o grupo como um objeto de pesquisa interessante para a área do design.

No entanto, os modos tradicionais de pensar sobre o design pressupõem um direcionamento unívoco do projeto: do sujeito projetista ao objeto projetado. Para pensar o Bope como projeto, é necessário romper com essa perspectiva linear e reconhecer o design como parte do processo de conformação da realidade — como “design ontológico”, como o nomearam autores como Anne-Marie Willis, Tony Fry e Arturo Escobar. Trata-se de uma forma de pensar o design como uma prática que conecta diferentes lugares e tempos em coisas que também conformam possibilidades de ação e existência. Para sintetizar essa noção, por enquanto, podemos utilizar a seguinte frase de Fry: “designers projetam em um mundo projetado, no qual se chegou através do projeto e que projeta suas ações e objetos”.¹¹

Tony Fry, em especial, é um autor que nos interessa por apontar a relevância do design para o tema da guerra urbana. Ele propõe que a guerra deve ser entendida como “o caso mais extremo de design ontológico”.¹² O que ele chama de

“guerreação” (*warring*) é a forma de mundanização específica da guerra. Para Fry,¹³ a guerra não é apenas um evento histórico violento, ela é um domínio da tecnologia. A tecnologia é aplicada através do design, e assim, pela sua forma e pelo seu uso, a tecnologia também projeta. Para o autor, “A guerra é o agente primário que desfutura [...] ao criar ‘fechamentos’ de potencialidades, incluindo as potencialidades do que o design e a tecnologia poderiam ser”.¹⁴ Ao destruir ambientes, encerrar vidas e projetar para a destruição, a guerra é profun-

11 Fry, T. *Defuturing. A New Design Philosophy*. London: Bloomsbury Visual Arts, 2020, p. 5, tradução minha.

12 Fry, T. *Defuturing*, p. 35, tradução minha.

13 Fry, T. *Defuturing*, p. 20.

14 Fry, T. *Defuturing*, p. 20, tradução minha.

damente inserida no desfazer de mundos.¹⁵ Por esse motivo, é importante levar ao campo do design as discussões sobre conflitos urbanos armados — afinal, nosso trabalho de projetista é se preocupar com o fazer de futuros possíveis, sustentáveis.

O pensamento de Bruno Latour e de autores da teoria ator-rede — como John Law, Annemarie Mol e Tommaso Venturini — dialogam com a visão ontológica de Tony Fry sobre o design. Mas, mais do que apenas se conectar e expandir a visão ontológica, a teoria ator-rede oferece uma postura epistemológica que permite observar (e, inevitavelmente, *participar de*) a ação coletiva como produtora de mundos.

A partir da teoria ator-rede, investigamos como múltiplos atores, humanos e não humanos, atuam em conjunto para manter na existência isso que chamamos de “Bope”. Aqui, essa instituição é considerada como um “projeto”, de modo não muito diferente de quando analisamos o projeto de um produto. Quando projetamos uma cadeira, por exemplo, implicamos múltiplos atores para trazê-la à existência: fornecedores de materiais, logística de transporte, estabelecimentos comerciais, potenciais compradores, tendências da moda etc. Uma compreensão complexa do que é a cadeira requer a consideração das múltiplas dimensões para as quais essas associações apontam: a cadeira não é mais um conjunto de pedaços de madeira do que um objeto transportável, uma peça de decoração, um assento, uma mercadoria, uma obra característica de certo estilo. Ao abordar o Bope em termos semelhantes, buscamos indicar a necessidade de levar em conta essa complexidade ao tentar responder a pergunta-chave aqui colocada: “o que faz do Bope o Bope?”. A seguir, será detalhado de que forma utilizamos a teoria ator-rede para embasar a pesquisa.

TEORIA ATOR-REDE: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLOGIA DE PESQUISA

O Bope já foi objeto de pesquisa de diversos trabalhos nas áreas de ciências sociais, alguns realizados por integrantes do próprio batalhão.¹⁶ Entretanto, não encontramos nenhum trabalho sobre o Bope que o abordasse do ponto de vista do design. Inicialmente, pode parecer estranho pensar tal grupo como um “produto” de design. Contudo, um longo processo criativo, relacionado a interesses diversos e a esforços variados de implementação foram sem dúvida necessários para que o Bope viesse a existir e agir como faz agora.

15 Fry, T. *Defuturing*, p. 19.

16 Storani, P; Novo, L; Pimentel, R. etc.

É evidente que a partir do momento em que o Bope é oficializado, ele já estava imbuído de um projeto de ação, ou, pelo menos, de expectativas de como ele deveria agir. Mas ao ser lançado como um produto planejado para atuar em missões táticas, seu projeto não se encerrou ali. Ao longo dos anos, vimos como o Bope participou de diferentes sequestros, operações em comunidades, crises políticas e polêmicas que vão além do que se esperava inicialmente. Seu projeto de atuação se alterou, sendo conformado pelas próprias relações que teceu ao longo do tempo e se tornando uma das mais temidas e conhecidas unidades da PMERJ. Pensar no Bope como um projeto de design pode nos ajudar a entender como o grupo não apenas mudou a forma como atua, como também transformou a vivência na cidade, criando um modo de viver indissociável de sua existência.

Quando se fala na guerra urbana no Rio de Janeiro, podemos nos antecipar e falar imediatamente que se trata de uma questão “social”, ou que é um problema da “sociedade” carioca, ou que a violência é “socialmente construída”. Mas isso encerraria muito rápido qualquer investigação que pudéssemos fazer sobre o tema. Ao tratar algo como um “problema social”, existe a tendência a se responsabilizar um superagente — como a própria ideia de sociedade, ou outra coisa, como o crime organizado, o governo, a corrupção etc. Um exemplo disso é quando escutamos falas como “o problema do Rio de Janeiro é o narcotráfico”, ou “tudo isso só existe por conta de um mercado de armas”, e até mesmo “as favelas estão corrompidas pela ausência do Estado”. Essas são conclusões genéricas que muitas vezes norteiam o debate sobre a guerra urbana. É necessário evitar atribuir qualquer relação de causa e efeito entre os participantes da guerra se desejamos uma análise precisa. Se concentramos toda a causalidade na ação de um desses atores, a ação de todos os demais será mera consequência.

Ao desenvolver uma metodologia de pesquisa embasada na teoria ator-rede, evitamos a postura totalizante acima e conclusões genéricas. Como já falamos anteriormente,¹⁷ Latour se afasta da “sociologia do social” que trata o social como um domínio à parte, ou quase como um material do qual coisas são feitas. Para a teoria

ator-rede, o social é uma “associação momentânea caracterizada pelo modo como se congregam novas formações”.¹⁸ Assim, a ação e a existência só podem ser compreendidas como proporcionadas por um coletivo de associações entre atores. Isso é muito importante para entender o Bope como algo composto por coisas muito diversas, de modo processual e sujeito a mudanças na sua composição e na sua forma de atuar.

17 Ver: “Prometeu enredado”, p. 16-18.

18 Latour, B. *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 65, tradução minha.

O Bope é um ator-rede, e só existe pela forma como atores se relacionam. É uma postura diferente de assumir que ele é efeito de algo muito maior, mas inalcançável, ou que ele é “socialmente construído” e, portanto, sólido demais para ruir.

As associações que compõem um ator-rede nem sempre são amistosas ou recíprocas, elas também podem ser controversas, pautadas por disputas de poder e resistência. Como um polvo, se move estendendo seus braços, se ligando a múltiplas coisas, nem sempre de forma amigável. Com um braço, se liga ao Exército e aos outros batalhões da Polícia Militar em parceria de trabalho. Com outro braço, irá agir sobre aqueles que considera bandidos, criminosos, alvos. Então, vem o questionamento do que diferencia essas relações, e como elas se mantêm distintas. Quem o Bope considera um perigo? Qual braço será decepado por se associar ao que não deveria? Quem vai tentar puxar um braço do polvo para si em um abraço desesperado por pertencimento? Ao abandonar o preceito de que o Bope é uma estrutura fechada, estabelecida de uma vez por todas e separada de outros atores que compõem a cidade, é possível enxergar as relações minuciosas que o sustentam, as pequenas incongruências, e o risco que sua composição corre todos os dias para se manter íntegra. Para a teoria ator-rede, a existência dos grupos depende de serem feitos e refeitos o tempo todo. Estão em constante movimento e a exceção é, justamente, a estabilização desses grupos, que deve ser explicada.¹⁹ É a estabilização do Bope como um grupo atuante, com certa identidade, que está em questão nesta pesquisa.

Esta é uma pesquisa em design justamente por enxergar o Bope nos mesmos termos de um projeto: processual, produzido, dinâmico e capaz de produzir de volta. Além disso, os atores que participam da rede do Bope não são apenas seres humanos, como já falamos. São todas as coisas que interagem entre si, implicando umas às outras. Por isso, Latour utiliza os termos “humanos” e “não humanos” para enfraquecer a ideia de sujeito e objeto.²⁰ Assim como Willis e Fry, ele defende que é necessário parar de pensar no sujeito como único detentor da agência e no objeto como passivo receptor. Então, nessa questão da agência, sua teoria se aproxima da ideia de design ontológico pois, para eles, a agência está diluída entre objeto e sujeito. Desse modo, todos são responsáveis pela ação em diferentes instâncias. Ao se relacionarem, os atores, independentemente de serem humanos ou não humanos, agem em conjunto.

19 Latour, B. *Reassembling the Social*, p. 35.

20 Latour, B. The Berlin Key or how to do words with things. In: Graves-Brown, P. M. (ed.). *Matter, Materiality and Modern Culture*. London: Routledge, 2000, p. 12; Latour, B. *Reassembling the Social*, p. 72.

Quando, por exemplo, há uma operação do Bope em que se invade uma comunidade, é possível notar que não apenas os soldados participam da ação de invadir, mas também suas armas, fardas e veículos, palavras, ordens de comando etc. Mas usualmente, apesar de notar a presença potente dos fuzis em riste e dos caveirões pesados que esburacam o asfalto, dificilmente damos conta de calcular todas as coisas necessárias para que tal operação seja possível. No máximo, os vemos como “meios” para “fins”, objetos comportados que cumprem uma função. Caso um fuzil não acione, um caveirão quebre no caminho ou uma ordem seja dada de forma equivocada, o caráter complexo, imprevisível e exigente de uma ação e de seus atores implicados é evidenciado.

O Bope como um ator-rede está conectado com outros atores-redes. Pense assim: fuzis são conjuntos de peças montadas e fabricadas de tal jeito que, quando unidas, funcionam de uma maneira específica, assim como órgãos, bactérias da flora intestinal, pensamentos, costumes e cicatrizes, estão todos juntos e acoplados a um ator que se entende como “caveira do Bope”. Essas muitas coisas se relacionam entre si, se encontram em um prédio específico da Polícia Militar e, assim, se acoplam a um conceito geral entendido como “Bope”. O caveira do Bope e o fuzil só conseguem existir e agir desse jeito enquanto estiverem juntos e se relacionando com o prédio, com a palavra, com o conceito, com o treinamento etc. Então, quando dizemos que o Bope é composto por muitas coisas, isso só significa que vários outros atores-redes o estão sustentando em sua existência. Nesse jogo de trocas, tensões e identificações, até mesmo o conceito de Bope e o nome “Batalhão de Operações Especiais” são atores-redes, sempre lutando para existir.

Para o Bope existir como o conhecemos hoje, ele precisou agir já inserido em uma série de relações que o conformam em um formato reconhecível. No entanto, basta um conflito, uma controvérsia, uma dúvida, uma incerteza, para desestabilizar essas relações e mudar o que esperamos sobre o grupo. Como já falamos,²¹ as controvérsias podem ser lidas como rastros de associações e, portanto, o mapeamento das controvérsias pode ser uma forma de investigar quais atores estão implicados em uma rede. Parar para analisar o menor dos conflitos é abrir a caixa-preta da existência dos atores e ponderar o que está acontecendo. Ao procurar controvérsias e conflitos cotidianos, não nos interessam histórias de grandes heróis, casos espetaculares e bem-sucedidos do Bope. Estamos interessados nas pequenas tramas, mesmo que seja para investigar eventos conhecidos. Como exemplo do tipo de processo que foi feito, observe a seguinte notícia do jornal *Extra*:

21 Ver “O que você sustenta quando se alimenta?”, p. 41-70.

Uso de caveira no uniforme infringe regulamento do Bope, dizem especialistas.

O uso de uma caveira de cabra no uniforme de um policial do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) durante ação no Morro de Mangueira na quarta-feira permanece um mistério. Ainda não se sabe se o PM fez uso do objeto pela sua religiosidade ou se se trata de uma forma de amuleto para protegê-lo durante operações. O fato é que a iniciativa infringe o regulamento de uniformes da corporação, segundo especialistas em segurança pública e um ex-policial do batalhão de elite da Polícia Militar. O item “quejando e acessórios” do regulamento não prevê o uso de adereços.²²

Essa reportagem é um exemplo de fácil apreensão do que está em questão, ou seja, a forma em que uma única controvérsia é capaz de trazer à superfície outras relações que compõem a rede do Bope além da mais óbvia, a do caveira e seu fardamento. Quando um agente decide utilizar o crânio de um animal morto em seu uniforme, ele evoca (além do próprio crânio e do animal do qual ele provém): um regulamento de uniformes específico, um perigo iminente de se machucar com sua própria roupa no trabalho, “especialistas” convocados para explicar a situação e até uma religiosidade particular.

Mapear as controvérsias foi, então, o procedimento mais utilizado nessa pesquisa para compreender a ação do Bope. Desse modo, esta pesquisa explorou controvérsias como a da imposição das câmeras corporais aos agentes de segurança pública e a da mudança da cor da farda de preta para camuflada para observar como questões e demandas afetam os atores implicados na rede do Bope. Tanto os acontecimentos que recebem grande publicidade quanto os mais banais podem nos dizer sobre a existência desse grupo. No entanto, esta não é a única forma de se fazer pesquisa aliada à teoria ator-rede. Tal abordagem permite que sejam conectados métodos diversos de pesquisa, desde entrevistas, estudos de caso, visitas à campo, questionários, levantamento bibliográfico etc. O que importa é fazer os atores falarem, até mesmo os não humanos.

Sobre o uso de diferentes métodos e “diagnósticos” sobre um mesmo ator-rede, o trabalho de John Law e Annet Marie Mol explora a multiplicação das realidades através da teoria ator-rede. Mol utilizou a abordagem, por exemplo, para investigar o que é a aterosclerose.²³ Esse questionamento a levou em diferentes respostas, pois toda vez que a paciente que Mol acompanhou ia em uma consulta médica ou em um

22 Goulart, G. Uso de caveira no uniforme infringe regulamento do Bope, dizem especialistas. *Extra*, Rio de Janeiro, 15 ago. 2019.

23 Mol, A. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University, 2002.

exame, sua doença revelava um jeito de agir diferente, por vezes até conflitante entre os diferentes critérios e instrumentos de diagnóstico.²⁴ Para Mol e Law, essa diferença não indica que é possível ver um objeto em diferentes perspectivas, e sim que cada forma de exame produz um objeto diferente, e é por isso que a realidade é múltipla.²⁵ Isso traz uma questão muito importante para a abordagem da teoria ator-rede e para o uso de diferentes métodos: os pesquisadores também criam as realidades que investigam como política ontológica.

Por esses motivos, ao longo da pesquisa não utilizamos apenas o mapeamento de controvérsias como também utilizamos outros métodos que fizeram os atores falarem e revelarem realidades diferentes em que o Bope atuava. Conversamos pessoalmente com um caveira, que nos ajudou a iniciar o mapeamento de controvérsias. Foi feita uma análise iconológica do brasão conhecido como “Faca na Caveira” para compreender uma parte de seu significado. Foi feita também uma análise de conteúdo dos *posts* no Instagram do Bope para observar seu posicionamento on-line. Por fim, também foi realizada uma observação participante do evento Corrida Choque versus Bope, realizada entre ambos os batalhões da polícia. Como um todo, a investigação relatada a seguir foi organizada em três etapas: (a) primeira identificação dos atores do Bope; (b) correlação entre controvérsias e realização das análises; (c) organização, elaboração crítica e comentários.

A primeira etapa foi a identificação inicial de alguns atores que compõem o Bope e a observação do que eles são e como se comportam. Para isso, utilizamos um levantamento de informações e imagens através de estratégias do

“recorte” de reportagens, imagens, depoimentos e publicações sobre a instituição. Latour apresenta a estratégia de recortes de notícias como uma forma empírica de iniciar o trabalho de traçar as relações de uma ou mais redes, o que ele chama de “diário de bordo”.²⁶ Ele sugere de maneira bem simples alimentar um diário com todos os documentos e mídias sobre determinado assunto, atentando-se a enunciados e controvérsias, seguir tentando traçar relações entre esses documentos e então elaborar comentários.²⁷ Essa etapa exigiu que não tentássemos, em um primeiro momento, organizar e categorizar as coisas encontradas. Isso nos permitiu ter uma noção bem ampla do ator-rede antes de nos aprofundarmos nas controvérsias e nas questões que envolvem os atores identificados.

24 Mol, A. *The Body Multiple*; Law, J. *After Method: Mess in Social Science Research*. London: Routledge, 2004, p. 45-68

25 Law, J. *After method*, p. 55.

26 Latour, B. *Cogitamus*: seis cartas sobre as humanidades científicas. Trad. J. P. Dias. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016 [2010].

27 Latour, B. *Cogitamus*, p. 10-16.

A segunda etapa foi a correlação das controvérsias encontradas, mapeando como elas se conectam, os atores que surgiram de forma inesperada e em quais momentos eles se repetem. Nesta etapa, também realizamos as outras formas de análise e observação que multiplicaram os atores e as relações tecidas entre eles. Essa etapa foi fundamental para aprofundar temas e discussões que apareceram na primeira etapa e, também, descobrir novas questões. Por exemplo, o Instagram do Bope era algo que já conhecíamos desde a primeira etapa, e nossa principal teoria era de que a rede servia como “portfólio profissional” exibindo fotografias de qualidade. No entanto, após realizar a análise de conteúdo do perfil e conversar com um caveira sobre isso durante a segunda etapa, ficou evidente que o uso das redes sociais pelos caveiras era bem mais profundo. Eles aproveitam o espaço on-line para responder a denúncias da imprensa, emitir opiniões sobre segurança pública, se posicionar em conflitos e situações de crise nacional, demonstrar excelência técnica e cativar os internautas com imagens de animais e crianças fardadas. Tudo isso atrelado a uma estética e uma moralidade própria do modo de vida conformado pela rede do Bope.

Por último, na terceira etapa os atores e questões que emergiram foram organizados em tópicos mais ou menos temáticos. Esses tópicos foram criados de acordo com a maneira em que os atores deixavam rastros em controvérsias ou se organizavam em coletivos. Por exemplo, o primeiro tópico que apresentamos foram “os primeiros pontos de contato com o ator-rede”, ou seja, aqueles atores que se colocam como porta-vozes. Então, tópicos como as “questões de identidade” e “questões políticas” foram nomeadas a partir de falas que emergiram na segunda etapa, e as controvérsias e atores encontrados se relacionam com elas de uma forma ou de outra. Com a organização em tópicos e a correlação direta entre controvérsias, foi possível elaborar comentários críticos sobre o material coletado, o que dá sentido à pesquisa e aponta as principais questões que foram encontradas sobre a atuação do Bope de forma profunda.

O objetivo de uma pesquisa como a realizada aqui não é apontar soluções e caminhos bem definidos para lidar com atores complexos como o Bope, e sim, “simplesmente” reconhecer a complexidade do problema traçando correlações que são pouco exploradas tanto no cotidiano quanto em outras pesquisas. Isso pode ajudar posteriormente a lidar com um grupo de atores ou outro, ou afetar a atuação do Bope adicionando mais uma camada de complexidade. Mas, sob essa ótica, é quase impossível tratar o Bope ou a guerra urbana como algo “resolúvel” de forma holística. Fazer pesquisa com a teoria ator-rede é

sobretudo participar de forma política apontando as hipocrisias, as dissidências e as controvérsias. A seguir, é detalhado como a pesquisa prosseguiu e quais foram os principais achados.

PRIMEIROS PONTOS DE CONTATO COM O ATOR-REDE

Os primeiros pontos de contato com o ator-rede se deram através da investigação das relações que nós como civis podemos tecer entre caveiras e os outros atores do Bope. Nesse primeiro momento, seguimos os atores que falam sobre o grupo como “representantes”. Os representantes são caveiras e mídias que se posicionam como porta-vozes do grupo, mediando relações com o intuito de conformar uma narrativa específica sobre o que eles são. Por serem a única forma em que muitos se conectam com o Bope, as representações agem justamente na percepção desse grupo como algo estruturado e inquestionável. No entanto, ao olhar com cuidado para esses atores, encontramos as primeiras controvérsias que desafiam essa suposta estabilidade. Ao investigar os primeiros pontos de conexão, colocamos em questão de que forma tais representações estão conformando a ação do grupo, e qual parte da ação elas deixam de representar. Desse modo, o primeiro desafio desta pesquisa foi encontrar variados pontos de conexão com o Bope. Uma tarefa que se mostrou um tanto difícil no primeiro momento, diante de várias recusas e perdas de contato.

O primeiro, não poderia ser outro, se não o filme *Tropa de Elite* (2007). Assistindo ao primeiro filme, é possível perceber pelo modo como os policiais agem nele que existe um tom de crítica tanto ao Bope quanto aos outros agentes da guerra. No entanto, embora seja visto como denunciante muitas vezes, também é visto como ode ao grupo e à violência. Os debates sobre uma suposta interpretação correta do filme, bem como reportagens e falas sobre a produção nos levaram a conhecer caveiras como Rodrigo Pimentel e Paulo Storani, que participaram do treinamento dos atores e da construção do roteiro. Após o filme, eles passaram a utilizar suas redes sociais para dar suas opiniões em tópicos de segurança pública e ressaltar o que valorizam na atuação da polícia. Algo que também emergiu da recepção controversa desses filmes foi o esforço de representar a “realidade” através de escolhas específicas, como a técnica de câmera na mão para as filmagens e da direção de elenco feita por Fátima Toledo. O próprio cartaz do primeiro filme enuncia sua premissa: “A guerra tem muitas versões. Esta

é a verdadeira”.²⁸ Tal posicionamento é um dos elementos que contribui para o caráter ambíguo da obra. O “real” e o “verdadeiro” são atores relevantes para a guerra, pois é através deles que os policiais se apropriam das falas e imagens do filme para reforçar suas atitudes e posicionamentos.

Nosso segundo ponto de contato com o Bope foi um caveira disposto a conversar sobre as questões da pesquisa e nos apontar caminhos importantes. Graças a um intermediador, conseguimos marcar um encontro com o Major Leonardo Novo, autor do livro *Relatos de mais um combatente em uma guerra sem vitória* (2020).²⁹ Ele participa ativamente da academia como pesquisador, e também sabe usar as redes para falar sobre seu trabalho. Desse modo, nos contou muito sobre as práticas de comunicação da PMERJ e do Bope. Novo nos chamou a atenção para os podcasts em que caveiras e outros agentes de segurança são entrevistados, e também sobre os livros escritos por caveiras. Essas mídias — principalmente os podcasts como *Fala Glauber*, *Fala, Guerreiro Cast*, *Diário da Honra*, *Ultima Ratio* e *Pod Greco* — são parte importante do networking policial. E, além disso, esses podcasts ajudam os policiais a mediar seu contato com os civis interessados, que o Major chama de “rezar para não convertido” em nossa conversa.

Ele falou um pouco de sua opinião sobre a cobertura jornalística das operações, dizendo que entendia que era um mercado interessado em gerar renda. Mas que em meio aos profissionais da comunicação, também existiriam o que ele chama de “oportunistas do caos”, aqueles interessados em escrever sobre a ação da polícia de forma degradante, atribuindo essa característica especialmente ao jornalista do *Extra* Rafael Soares. Este, por sua vez, é responsável por diversas matérias de conteúdo denunciante sobre a polícia, e também é autor do livro *Milicianos* (2023),³⁰ em que narra a trajetória do ex-caveira Ronnie Lessa — um dos envolvidos no assassinato da vereadora Marielle Franco. Ronnie Lessa pode ser considerado um “anjo caído”, termo que os policiais utilizam para se referir àqueles que “reverteram sua matriz de valores” dentro da instituição e passam a agir para grupos criminosos. Esse termo é apresentado por José Beltrame na minissérie documental sobre os bicheiros do Rio de Janeiro *Vale o Escrito* (2023),³¹ em que Adriano da Nóbrega — outro ex-caveira que se tornou assassino de aluguel — tem sua trajetória da polícia ao crime narrada.

28 *Cartaz do filme Tropa de Elite*, 2007. Cinemateca Brasileira. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/115923-cartaz-do-filme-tropa-de-elite>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

29 Novo, L. *Relatos de mais um combatente em uma guerra sem vitória*. São Paulo: Ícone, 2020.

30 Soares, R. *Milicianos: Como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2023.

31 *Vale o Escrito*. Direção de Fellipe Awi, Ricardo Calil e Gian Carlo Bellotti. Brasil: Original Globoplay, 2023. 56 min. Episódio 5. Globoplay.

Como forma de nos mostrar quais pontos de vista sobre a guerra urbana ressoavam com a dele, Major Leonardo Novo nos indicou alguns livros, entre eles *Bandidolatria e demócídio* (2017).³² Tal livro assume em seu prefácio o autor Olavo de Carvalho como uma das principais influências para o pensamento exposto na obra. Os “bandidólatras”, termo cunhado como principal mote do livro, são aqueles que são simpáticos demais aos bandidos, segundo eles. Dessa forma, conseguimos entender a partir da conversa com o Major Novo que existem vários atores que tensionam a existência do Bope, como os oportunistas do caos, os anjos caídos e os bandidólatras.

Emergiram como atores também as “questões de identidade” e as “questões de política”, referidas com frequência na fala do Major Novo e de outros policiais dos quais observamos o discurso. Tomamos esses termos como forma de categorizar os atores que exploramos após os primeiros pontos de contato. As questões de identidade são as controvérsias e os atores relacionados a como os caveiras se enxergam, quem pode ser aliado e quem é inimigo, ou sobre quais características os definem. Já as questões de política são as controvérsias relacionadas a como os atores que não são considerados caveira se apropriam, interferem e agem sobre o Bope, termo que emerge nas falas com uma conotação mais negativa. No final, tanto as questões de identidade quanto as questões de política são agenciamentos políticos do que o Bope é ou deixa de ser, mas essa distinção feita na fala deles diz muito sobre como eles classificam os atores implicados. Isso nos ajudou a separá-los para a análise.

FACA NA CAVEIRA: QUESTÕES DE IDENTIDADE

Uma parte importante dos atores que emergiram através das questões de identidade são aqueles que se conectam de forma mais evidente com o trabalho de designers profissionais — como *posts* no Instagram, brasões, produtos de marca, sinalização de eventos etc. Para “fazê-los falar”, e reconhecer as relações de união e de discordância que os envolvem, exploramos diferentes ferramentas metodológicas, escolhidas de acordo com as especificidades dos objetos abordados. Desse modo, mantivemos a abordagem da teoria ator-rede como guia para seguir os atores, atentando para as possíveis disputas e novos atores que emergem. Foi possível, assim, compreender mais sobre como sua cultura corporativa mantém os caveiras unidos e como isso conforma a ação do Bope.

32 Giardi, L.; Pessi, D.
Bandidolatria e demócídio. Santo
André: Armada, 2017.

Alguns dos métodos de análise escolhidos podem parecer inadequados para uma pesquisa derivada da teoria ator-rede devido a certo viés estruturalista ou por uma preocupação em “gerar dados precisos” e de se chegar em “uma verdade generalizável”. Nosso objetivo em utilizá-los, no entanto, é fazer emergir múltiplas realidades da identidade do Bope; ou seja, procuramos observar para onde nos leva certo método, não porque ele indicaria um caminho verdadeiro, mas porque permite acessar aspectos aos quais outros métodos não levariam. Como falamos sobre o trabalho de Annemarie Mol, uma doença pode se tornar visível através de diferentes diagnósticos, mas cada um desses diagnósticos revela um objeto diferente por seguirem critérios diferentes.³³ Assim, a mesma doença pode ser vista como condições diferentes, ser nomeada de um jeito e depois de outro, travar o diagnóstico de outra forma etc. Tratamos, assim, as seguintes análises como conversas em diferentes línguas que nos contam histórias que se conectam, de um jeito ou de outro.

Para compreender mais sobre as possíveis interpretações e símbolos implicados no brasão do Bope, mais conhecido como “Faca na Caveira”, utilizamos a teoria iconológica de Erwin Panofsky.³⁴ Assim, nós mapeamos desde antigas alegorias para a morte até insígnias militares modernas, o que inclui o cruzamento de tradições opostas, como a *Totenkopf* nazista e o punhal das Forças Especiais britânicas, bem como rastros de diferentes períodos históricos, como as garruchas da polícia militar, que é originalmente americana, e o brasão de armas do Brasil Império, de onde vem a PMERJ. Esses símbolos não se agregaram somente por um processo intencional de criação de significado, já que descobrimos que a Faca na Caveira foi concebida de forma quase espontânea durante os primeiros cursos de Comandos do Exército,³⁵ base formadora do COEsp. Mas é importante a compreensão de que tudo isso — mesmo o contraditório — foi empacotado em uma narrativa posterior à criação do brasão, que se resume no lema “vitória sobre a morte”, o que demonstra como esse símbolo para os caveiras representa a conclusão do COEsp, um curso árduo, e o seu trabalho rotineiro letal. No entanto, é claro que essa não é a única forma de se relacionar com o brasão,

33 Mol, A. *The Body Multiple*.

34 Panofsky, E. *Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença*. In: ___. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

35 Montenegro, F. *FACA NA CAVEIRA! A História do símbolo da tropa de Comandos do Brasil*. *Blog Tecnologia e Defesa*, [S. l.], 2020.

já que ele impõe medo, e é valorizado por isso, sobretudo em um cenário onde os grupos de extermínio da polícia já utilizaram o símbolo da caveira com os ossos cruzados, como é o caso da Scuderie Le Cocq.

Em seguida, utilizamos o método de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin³⁶ para explorar os *posts* feitos no perfil do Bope no Instagram. Esta investigação nos mostrou muito sobre como os caveiras tentam ativamente agenciar sua imagem pública, utilizando fotos de qualidade escolhidas cuidadosamente, retratando sua rotina de trabalho de um jeito específico, além de frases motivacionais e até *posts* com ilustrações geradas por inteligência artificial. Observamos através do engajamento do público quais *posts* recebem mais atenção, como notícias de falecimento de policiais militares e *posts* descrevendo os resultados de operações. E também, aqueles que recebem menos, como anúncios da PMERJ. Houve também um interesse por temas inusitados, como o uso de fotos de crianças fardadas e a reprodução de ideais cristãos tanto nos comentários quanto nos *posts*. Vimos como os seguidores tecem relações de afeto e admiração, sempre comentando orações, emojis de caveira, mas também, exigindo que seus *posts* sejam sérios ou atendam aos seus valores.

Por fim, realizamos uma observação participante do evento Corrida Bope versus Choque organizado pela empresa De Elite — chefiada pelo caveira Rafael Sodré. Tal evento é organizado com regularidade, envolvendo o Bope e outros batalhões da polícia. Essa edição em específico se iniciava no Batalhão de Choque e se encerrava na base do Bope. Utilizamos a metodologia de Jorgensen³⁷ e a

ideia de “descrição densa” desenvolvida por Clifford Geertz.³⁸ Participar deste evento foi a única maneira que encontramos de adentrar o espaço físico do Bope depois de tentativas frustradas de marcar uma visita. Ao utilizar o corpo como ferramenta de pesquisa, conhecemos outras relações que policiais, caveiras e civis tecem entre si, e suas controvérsias. Os organizadores produzem peças publicitárias, objetos e parcerias comerciais para engajar com um público através da marca do Bope, recebendo cerca de 1.500 corredores que variam entre policiais, familiares e atletas de todos os níveis. Eles se reconhecem e se diferenciam através de um intrincado código de meias, tatuagens, roupas e tênis. Foi possível experimentar o “clima” de desafio, entusiasmo e comemora-

36 Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

37 Jorgensen, D. L. *Principles, Approaches and Issues in Participant Observation*. Londres: Routledge, 2020.

38 Geertz, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

ção entre os corredores. Descobrimos também um batalhão diferente daquele retratado no filme e nas notícias: um lugar preparado para receber os corredores, cheios de pontos instagramáveis com até uma lojinha de souvenirs em seu interior, que vendia de canecas a suplementos alimentares.

ARMAS DE MUITAS GUERRAS: QUESTÕES DE POLÍTICA

Ao entrar em contato com os atores das questões de identidade, ficou evidente que o passo seguinte era explorar mais a fundo as controvérsias que já havíamos investigado e conectá-las com outras ainda não exploradas. Demos ênfase principalmente às disputas políticas sobre os produtos, uniformes, armamentos, equipamentos e veículos do Bope. Para muitos, talvez as armas sejam as verdadeiras protagonistas de toda a ação do grupo, o “design de produto” perfeito: eficazes, funcionais, ergonômicas, intuitivas, modulares e tecnológicas. A polícia militar não poderia agir sem seus magníficos fuzis, garruchas, rifles e bacamartes, que estavam lá desde a fundação da PMERJ. Como observamos até então, as armas carregam consigo ficções de poder, de conquista, de caçada e vitória. Além de serem letais, suas imagens sintetizam a ação dos grupos policiais e militares.

Começamos com os filmes e as histórias sobre soldados valentes, e encerramos a pesquisa com os atores que são a palavra final na ação do Bope, seus verbos: mirar, atacar, executar, atirar. Mas isso só é possibilitado pela longa cadeia de atores que aprovam, viabilizam, aplaudem ou criticam sua ação. Retomamos aqui, então, o processo de mapear as controvérsias e identificar correlações. A principal diferença entre as “questões políticas” e as outras controvérsias elencadas até agora é a profundidade, pois controvérsias já exploradas voltam para o jogo para se relacionar com novas controvérsias e atores, que vão desde o registro de uma marca a discussões sobre o tráfico internacional de armas, guerras no exterior, o período da Ditadura Militar e a nova tentativa de golpe realizada no 8 de janeiro de 2023.

Iniciamos a investigação das questões de política pelas disputas pelo uso da marca do Bope levantadas anteriormente. A corrida nos levou a conhecer seus parceiros comerciais, como a empresa De Elite e a marca americana de suplementos Black Skull, bem como outras marcas criadas por caveiras. No entanto, nem sempre esse uso da marca do Bope por outros é bem-vindo. Por exemplo, descobrimos que o político Marcos do Val — conhecido por

alegar ser um instrutor da SWAT — havia tentado registrar a marca do Bope no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o que não funcionou pois somente a Secretaria de Segurança do Estado poderia fazer isso. O registro oficial só ocorreu oficialmente em 2024.

A forte identidade do Bope e a sua presença na guerra foi apropriada e reproduzida por diferentes grupos antes dela ser registrada. É o caso de réplicas feitas em ambientes 3D dos jogos de tiro, como o mapa *cs_rio* criado para o jogo *Counter-Strike 1.6* por jogadores brasileiros, que colocam traficantes de facções rivais e policiais para se enfrentarem.³⁹ O jogo *Rainbow Six Siege*, seguindo o espírito desses jogos modificados, lançou em 2016 uma atualização com os personagens brasileiros Capitão e Caveira. Eles representam respectivamente um homem negro e uma mulher, mas paradoxalmente, esses grupos enfrentam dificuldades ao se posicionarem como pertencentes ao Bope, ou como interessados em ser caveira. Primeiro, os homens negros são as principais vítimas da ação policial, e a presença deles na polícia só reforça a vulnerabilidade e a lógica da guerra que é empurrada para esses grupos como perspectiva de vida. Segundo, as mulheres não têm as mesmas oportunidades de participar do COEsp e não são vistas como aptas para participar das operações, sendo alocadas para o batalhão em funções mais administrativas.

Diante da dicotomia que as questões de identidade e pertencimento ao grupo criam, é possível apontar que até mesmo a cor de equipamentos é questionada quando se desalinha do imaginário conformado por “heróis anônimos” des-

temidos. É o caso das fardas que passaram de pretas a camufladas em decorrência de uma pesquisa liderada pelo Major Fábio Almeida de Souza.⁴⁰ Foi provado através desse estudo que as fardas pretas eram pouco eficientes e atrapalhavam a atuação dos soldados, principalmente pelo conforto térmico e pela visibilidade. Assim, as fardas camufladas foram apresentadas como uma opção melhor. No entanto, na hora da implementação das novas fardas produzidas de acordo com seu estudo, houve resistência por parte dos caveiras pelo medo de alterar suas identidades, o que fez com que demorasse cinco anos para efetivamente trocarem as fardas. Agora, vemos o Bope tão camuflado quanto outras unidades do Exército, o que agrava a percepção de uma guerra urbana tão extrema quanto em países do Oriente Médio.

39 Munoz, N. Counter-Strike 1.6: curiosidades e referências do polêmico mapa Rio. *Techtudo*, [S. l.], 31 ago. 2020.

40 Souza, F. A. *Desempenho Operacional do Uniforme de Combate Digitalizado nas Áreas de Risco do Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Polícia Integrado) — Escola Superior de Polícia Militar, 2009.

As mudanças nas cores de fardas e de caveirões foram o ponto em particular que nos ajudou a conectar as controvérsias das questões de identidade com as dos armamentos. Isso nos levou a explorar um mar de polêmicas sobre as escolhas relacionadas ao uso dos equipamentos, que não dizem somente sobre como os caveiras se enxergam, mas também sobre como eles agem e como eles definem as regras da guerra. Um exemplo de controvérsia foram reportagens sobre quando passaram a usar o lenço palestino em 2015 para proteger o rosto, que chamou a atenção dos jornais na época por ser um símbolo cultural.⁴¹ Ao mesmo tempo, o Bope também compra armas e recebe treinamentos de Israel, justamente pela forma como esse Estado guerreia contra outras nações, especialmente a Palestina. Foi possível observar que a importação desses equipamentos e retóricas relacionadas ao contexto das guerras no Oriente Médio também ressoam com o desenvolvimento da guerra urbana no Rio de Janeiro de outras maneiras. Por exemplo, o TCP passou a controlar uma região em que batizaram de “Complexo de Israel”, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Os traficantes, muitos deles evangélicos, passaram a utilizar uma linguagem de “guerra santa”, e agora se referem a territórios a serem conquistados como “terra prometida”.⁴² Essa associação entre uma crescente religiosidade neopentecostal e as referências a Israel como terra prometida é algo que só é possível por conta de uma hermenêutica evangélica da Bíblia chamada de dispensacionalismo, em que se acredita que o Estado de Israel moderno é de alguma forma relacionado à Jerusalém bíblica.⁴³

O medo da violência, agravada pelas imagens de policiais que parecem estar em uma guerra tão avassaladora quanto a que acontece entre Israel e a Palestina, pode servir de munição para políticos que prometem acabar com a criminalidade. Uma controvérsia leva a outra. O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, por exemplo, alavancou sua campanha eleitoral com pautas pelo fim da “banditagem”. Durante o seu governo, flexibilizou o porte de armas por civis, apoiado mesmo por policiais sob o pretexto do direito à autodefesa. A consequência não foi a diminuição da violência e nem mesmo o fim dos conflitos urbanos, e sim uma alteração na forma em que o tráfico das armas utilizadas por criminosos ocorre, que passaram a comprar armas diretamente de colecionadores autorizados e policiais.⁴⁴

41 Paula, D. Lenço ‘palestino’ usado por PMs em operações no Rio vira polêmica. *Extra*, Rio de Janeiro, 6 maio 2017.

42 Costa, V. *Traficantes evangélicos: quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus*. Rio de Janeiro: GodBooks, 2023.

43 Martins, I; Rocha, A. R. M. “Haja paz sobre Israel”: religiosidade evangélica e sionismo. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 20, n. 42, p. 343-362, 2024.

44 Castro, I. C. S. Os impactos da flexibilização do acesso a armas no tráfico transfronteiriço entre Brasil e Paraguai. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 67-97, 2024.

Relacionados ao governo de Bolsonaro e à transição para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é possível falar sobre como o amor pelo Bope e pelo policiamento ostensivo, já reminiscentes da Ditadura Militar, legitimou a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Afinal, as investigações apontam que soldados das Forças Especiais do Exército — similar ao Bope da PMERJ — foram atores importantes para a invasão do Palácio do Planalto.⁴⁵ Dessa forma, vimos como as visualidades das políticas bolsonaristas, nacionalistas se misturam de forma ambígua às dos caveiras, dos policiais e dos grupos de extermínio. Assim como no caso em que Wilson Witzel, Daniel Silveira e Rodrigo Amorim — apoiadores do ex-presidente Bolsonaro na campanha de 2018 — quebraram a placa feita em homenagem à vereadora assassinada Marielle,⁴⁶ e participaram, dessa forma, no surgimento de novas visualidades, como os estênceis do rosto de Marielle espalhados pela cidade.

Por fim, a última controvérsia que analisamos foi a do uso das câmeras corporais, que também se associam à questões políticas internacionais, como o movimento Black Lives Matters. Tal movimento foi responsável por trazer o debate sobre a necessidade de se monitorar a atividade policial, principalmente quando há racismo implicado na execução de uma vítima abordada por policiais. No Brasil, as câmeras corporais tornaram-se atores que poderiam auxiliar da mesma

forma, visto que o racismo também age na guerra urbana e na forma como ocorrem as abordagens policiais. No entanto, sua implementação ainda está em estado incerto, pois encontra resistência de governadores como Cláudio Castro e Tarcísio Freitas, que negociam desde quais unidades, quantos e quais equipamentos devem ser utilizados; o que é capcioso quando as funcionalidades das câmeras são institucionalmente desviadas de registros da ação individual de policiais para servirem como uma espécie de walkie talkies com vídeo.⁴⁷ Depois de tanto debate sobre seu uso, sua implementação e suas tecnicidades, furou até mesmo a esfera da segurança pública e chegou na esfera da educação, quando foi proposto na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) um projeto de lei para monitorar com câmeras corporais as aulas de professores em escolas e universidades estaduais.⁴⁸ Um equipamento que policia a polícia, portanto, se torna um equipamento indesejado entre os amados fuzis, o que leva ao debate exaustivo do que é possível implementar ou não.

45 Aguiar, V. Plano para matar Lula, Alckmin e Moraes: o que se sabe sobre a operação da PF. *CNN Brasil*, São Paulo, 19 nov. 2024;

Bastos, F; Bomfim, C. O que são 'kids pretos'? Integrantes das Forças Especiais são presos suspeitos de planejar matar Lula, Alckmin e Moraes em 2022. *G1*. 19 nov. 2024.

46 Thuswohl, M. A 'maldição' da placa quebrada. *CartaCapital*, Rio de Janeiro, 23 abr. 2022.

47 Leite, I; Dauer, L. Câmeras: Tarcísio defende que o acionamento remoto vai garantir mais controle sobre as gravações das ocorrências policiais. *G1*, São Paulo, 23 mai. 2024.

48 Projeto na Alerj propõe monitorar por vídeo e áudio professores e alunos de escolas e universidades estaduais do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 ago. 2024.

Pode parecer que a seção das “questões políticas” seja abrangente demais, ou que as correlações feitas entre pequenas escolhas sobre armamentos do Bope e decisões políticas nacionais sejam forçadas. Pelo contrário, a teoria ator-rede nos leva a percorrer esses caminhos descritivos sem a barreira da escala. Pouco importa o que é macro ou micro, e sim, como cada coisa se conecta. Por esse motivo, um soldado que por acaso resolveu aparecer usando um lenço para se proteger do sol em uma reportagem é um ponto que se conecta, de uma forma ou de outra, ao tráfico de armas internacional. Esse último, por sua vez, não é lá “grandes coisas”, e sim, várias pequenas coisas — como projetos de leis, frases ditas em comícios, policiais que querem ganhar um extra vendendo armas, documentos arquivados — que se relacionam de forma tão imbricada que parecem uma unidade sólida. Esse é o tipo de observação que a teoria ator-rede permite.

AFINAL, QUAIS FUTUROS SÃO PROJETADOS PELO BOPE?

Ao longo dessa pesquisa, nos questionamos “o que faz do Bope o Bope”, ou seja, qual o seu projeto de ação, considerando sua existência como relacional e processual. Seguimos atores muito diversos entre si, dando relevância a pequenas tramas que acabam somando em polêmicas complexas. Vimos desde os representantes dispostos a narrar histórias grandiosas sobre os “heróis anônimos” aos pequenos lenços que contradizem suas parcerias comerciais. Acompanhamos equipamentos, visualidades e discursos que no mínimo desvio se tornam debates extensos sobre as “questões de identidade” ou as “questões de política”. Assistimos aos atores alterarem suas dinâmicas enquanto escrevíamos sobre eles. Podemos, enfim, olhar de que forma esses elementos nos dizem muito sobre projeto e, portanto, sobre design.

Se tentarmos resumir o projeto do Bope “original”, podemos dizer que ele é uma força de polícia que surge em 1991 envolto de crises como aumento de sequestros e assaltos, e também da ascensão do narcotráfico. Esse também era um momento de recuperação do país após a Ditadura Militar, em que os órgãos de segurança pública se relacionaram com políticas punitivistas e torturadores. Quando o Bope foi instituído, ele já havia passado por um longo processo de formação e treinamento, e lhe foi atribuído o brasão da “Faca na Caveira”. O brasão é responsável por dar unidade a muitos atores e é, ao mesmo tempo, resultado da composição de símbolos diversos. Além disso, ele conecta o brasão ao emble-

ma da Scuderie Le Cocq. Tal grupo da polícia se inspirava no detetive Le Cocq, um policial da época da Ditadura Militar, para assassinar aqueles que julgavam ser bandidos. Ao se tornarem conhecidos pela caça aos narcotraficantes, pela execução de criminosos, e pelo uso do símbolo da caveira, o Bope ocupa um lugar muito próximo desse grupo. O que é contraditório, pois o mesmo também se relaciona com as milícias, que é categorizado como “crime organizado” pelos próprios policiais.

No final da década de 1990 e no começo dos anos 2000, sua força foi empregada em missões que foram registradas em mídias diversas como o livro *Elite da Tropa* (2006)⁴⁹ e o documentário *Notícias de uma guerra particular* (1999),⁵⁰ dando publicidade a caveiras como André Batista e Rodrigo Pimentel, que se tornaram representantes do grupo. Um exemplo dessa participação do Bope é a operação feita em 1997 para pacificar o Morro do Turano antes da visita do Papa João Paulo II. À época, os conflitos da polícia com os narcotraficantes já eram reconhecidos como guerra urbana, particular, irregular, assimétrica etc. Em, 2007, foi lançado o filme *Tropa de Elite*, ator central em controvérsias ao se prestar o papel de “ser a história verdadeira” da guerra. Supostamente denunciata, o filme conquistou mesmo assim o coração dos apoiadores da ação policial. Isso é contraditório com a recepção de outras denúncias, que são tratadas como posturas “bandidólatras”.

O filme e o grupo se projetam mutuamente. Os caveiras viram no filme a oportunidade de “conquistar corações e mentes”, seja na participação ativa deles na produção do roteiro e na manutenção da imagem do Bope, ou seja no aproveitamento das características visuais marcantes para promover eventos e produtos, assim como as operações midiáticas também conformam a ação do Bope. Em 2010, com a ocupação do Complexo do Alemão, e com a implementação dos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs) e das UPPs, havia um grande sentimento de que o policiamento ostensivo salvaria a cidade do crime organizado. Ao hastear a bandeira do Brasil no Complexo do Alemão, o Bope fez parte de um anúncio ao país de que

aquele território havia “sido perdido” e foi “retomado”. Essa bandeira também ressoa com os políticos de direita que exigem o policiamento como estratégia de governo. Eles se relacionam com o Bope e com outras forças militares para alimentar o desejo por justiça, e também o nacionalismo e a nostalgia de seus eleitores. Desse modo, possibilitam que seu punhal, representativo de seu poderio bélico e técnico, seja pintado de verde e amarelo, dilacerando a temporalidade entre o golpe militar de 1964 e a tentativa de golpe de 2023.

49 Batista, A; Pimentel, R; Soares, L. E. *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

50 *Notícias de uma guerra particular*. Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Brasil, 1999.

A guerra urbana caiu nas mãos da polícia militar, que é vista como único ator capaz de lidar com o problema do narcotráfico. Em meio a bandeiras hasteadas, negociações bem sucedidas e sequestradores executados, também vemos atitudes “afobadas” como a invasão do policial Ivan Blatz a um prédio atrás de um suposto traficante. Poucas são as propostas de lidar com o narcotráfico que não sejam através do policiamento ostensivo, que é caracterizado por operações pontuais de contenção dos crimes, assim como não oferecem a manutenção da vida civil. O projeto de implementação das UPPs, imaginada como uma ação policial para facilitar a “presença” do governo, trouxe melhorias de infraestrutura para algumas comunidades, mas também auxiliou o controle das milícias sobre elas. Guerrear por mais de trinta anos pela paz, imposta através de caveirões pretos e mantida por caveirões brancos, não encerrou o conflito. Pelo contrário, o capilarizou ainda mais pelo país. Agora em 2025, sob o medo de ações coordenadas das facções em escala nacional e internacional, somos testemunhas de novos projetos de policiamento para lidar com o temido “crime organizado”.

O Ministério Público Federal aprovou em fevereiro de 2025 a criação do Grupo Nacional de Apoio ao Enfrentamento ao Crime Organizado do Ministério Público Federal (Gaeco Nacional), quando anteriormente só existiam unidades de Gaeco que atuavam localmente. O Gaeco Nacional terá como principal função auxiliar os procuradores de todo o país na investigação e combate a crimes como o narcotráfico, violação de direitos humanos e atentados contra o Estado Democrático de Direito.⁵¹ Quase ao mesmo tempo, o então prefeito Eduardo Paes apresentou para Câmara de Vereadores o projeto de criação da Força de Segurança Nacional, um grupo paralelo à Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio). Segundo o prefeito, o objetivo dela será aumentar a sensação de segurança da população em áreas públicas, reduzir os crimes cotidianos e auxiliar a PMERJ no patrulhamento ostensivo, mas não será seu papel enfrentar traficantes ou milicianos.⁵² Já a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro está negociando com o governo dos Estados Unidos para que o CV seja reconhecido como facção criminosa internacional, em uma troca mútua de informações sobre a rota da cocaína e sobre a aquisição de armas americanas pela facção.⁵³ A atuação do Bope e da PMERJ na guerra projetou novas polícias, novos grupos militares e novas parcerias, mas não projetou outras formas de existir fora dela.

51 Bernardino, J; Grasso, M. MPF cria Gaeco Nacional para combater crime organizado. *CNN Brasil*, São Paulo 17 fev. 2025.

52 Costa, A. C; Alves, R. Rio prevê gastar R\$ 462 milhões por ano a partir de 2027 com Força de Segurança Municipal. *G1*, Rio de Janeiro 18 fev. 2025.

53 Coelho, H; Martins, M. A. RJ negocia com governo dos EUA para reconhecer Comando Vermelho como organização criminosa internacional. *G1*, Rio de Janeiro 24 fev. 2025.

A permanência da guerra e os novos atores que entraram no jogo não impediram os caveiras de se orgulharem de suas fardas pretas e de seus fuzis israelenses. Pelo contrário, eles promovem cada vez mais livros, palestras, parcerias comerciais, podcasts e corridas. O fenômeno da *coachificação* do Bope não emerge agora como uma novidade, ou como uma “nova função”, mas como uma mudança de composição em relação à guerra. Afinal, o Bope continua realizando suas operações como parte da PMERJ, assim como o grupo já contava com uma “mística” e uma identidade corporativa marcante desde sua oficialização. No entanto, a onipresença das redes sociais passaram a conformar as possibilidades de atuação dos caveiras, oferecendo-lhes plataformas para promover seus interesses. Com a PMERJ dividindo o protagonismo no teatro da guerra com outras forças policiais, com a queda das políticas de pacificação, com os debates sobre racismo na atuação policial e com os diversos crimes que emergiram associados a policiais e ex-caveiras, a posição que o Bope ocupa como ator-rede se revela líquida. Sua existência agora é sustentada também pela sua capacidade de propagar visualidades e narrativas sobre a guerra. Esse é seu projeto de ação atual.

Ao importar retóricas de outras guerras, publicar frases motivacionais, apontar inimigos, evocar a religiosidade cristã, organizar experiências imersivas, vender suplementos e camisetas, lançar políticos e especialistas sobre segurança pública, o Bope age como emissário moralizante da polícia militar. E ele só é capaz de fazer isso pelo seu histórico de participação em operações, pelos heróis anônimos que celebram, pela aprovação dos “cidadãos de bem” e pela fama de polícia incorruptível, missionária, rígida, voluntariosa etc. Por mais que sua ação contrarie tais adjetivos, eles são sustentados pelo esforço coletivo dos caveiras e de seus apoiadores de suprimir as denúncias e valorizar seus feitos.

Psilocybe projectus

Projetando cogumelos mágicos

Miguel Sarzeda Reis Couto

Este texto é resultado de trabalho de conclusão de curso realizado entre 2022 e 2023, na ESDI-UERJ, sob orientação de Daniel B. Portugal e Barbara Szaniecki.

À primeira vista, nada é tão natural para nosso olhar moderno quanto assumir a natureza em sua inerente naturalidade. Isolada de nossa realidade de técnicas e tecnologias, de artefatos e artificios, máquinas, sistemas, políticas etc., a natureza parece habitar seu próprio e idílico domínio. Nesta lógica, seria absolutamente incoerente imaginar, mesmo que por um segundo, que o que tomamos como natural — um cogumelo, por exemplo — seja de alguma maneira construído. Entretanto, considerando os fundamentos da teoria ator-rede, podemos rapidamente virar tal lógica de ponta cabeça.

No lugar de uma repartição do mundo em duas metades — a de tudo que é “em si”, o fato, o natural, o cogumelo; e a de tudo que é produzido pelo humano, o fetiche (feito), o cultural, o psíquico —, aqui podemos propor uma forma mais complexa de montar o mundo, que leva em conta de forma igualmente fundamental o fato e o feito (fetiche), num *fatiche*.

A palavra 'fetiche' e a palavra 'fato' possuem a mesma etimologia ambígua [...]. A palavra 'fato' parece remeter à realidade exterior; a palavra 'fetiche', às crenças absurdas do sujeito. Ambas dissimulam, nas profundezas de suas raízes latinas, o trabalho intenso de construção que permite tanto a verdade dos fatos como a do espírito. [...] Juntando as duas fontes etimológicas, chamaremos de fatiche a robusta certeza que permite à prática passar à ação, sem jamais acreditar na diferença entre construção e compilação, imanência e transcendência.¹

Agora, nosso cogumelo passa a ser uma tessitura coletiva de elementos, artefatos, práticas, técnicas, tecnologias, formas de cultivo, de consumo ou de nomenclatura, esporos e moléculas etc.: um cogumelo-fatiche. Esses atores-rede o localizam no mundo e na história do mundo, ao mesmo tempo em que podem se situar no mundo justamente a partir desta vinculação, num sistema de *nós* ambivalentes. Sua forma, portanto, *são* os vínculos que se formam do encontro de todos esses coautores simbiotes e não no mero alistamento dos mesmos. Por exemplo: o que é a *associação* entre um sistema de correios, a revista *Life*, neurônios, uma pediatra russa apaixonada por fungos, Jesus Cristo, a retórica do ex-presidente estadunidense Richard Nixon, micélio, a transcendência em pacientes com câncer terminal submetidos à psilocibina, uma máquina de fazer cápsulas de plástico e o esterco de vacas? A resposta é o novelo que pouco a pouco se apresenta, de forma bastante ambígua, como o cogumelo alucinógeno que estudo.

Ainda, aprofundando a complexidade desta malha, numa rápida investigação terminológica sobre o cogumelo-fatiche — mágico, psicodélico, *Ndi-xi-tjo*, recreativo, droga, *Psilocybe cubensis*, fungo, planta, sagrado, cura, fármaco etc. —, nota-se que nem mesmo esta identidade-trama é estável. Seus vínculos estão sempre se movimentando e colidindo com novos atores, cada qual pautado por suas próprias relações particulares. É de se esperar que nessa infinitude, tais movimentos nem sempre se dirijam homogeneamente.

Com isso, não pretendo indicar essas *controvérsias* como um empecilho à pesquisa, mas sim como uma oportunidade de enxergar mais claramente um panorama, agregar irrepetíveis vozes dissonantes e projetar, em coletivo, alternativas de formas mais sustentáveis e suportáveis de viver-com, que aliem todas elas.

Como rapidamente notei ao me entranhar no *Psilocybe projectus*, pesquisar tendo a teoria ator-rede como norte conceitual implica em uma série de sessões de quebra-cabeças, já que a cartografia de *controvérsias* e das redes de fatiches é

1 Latour, B. *Sobre o culto moderno dos deuses fatiches*: seguido de Iconoclash. Trad. S. Moreira, R. Meneguello. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 45.

fundamentalmente não categórica. É sobre não aderir a suposições conceituais, nem a fórmulas, roteiros, metodologias prévias ou quaisquer atalhos no intuito de que algum deles possa, sozinho — ou mesmo com alguns poucos parceiros —, dar conta de explicar todo um mundo de encontros que floresce infinitamente e de formas tão particulares a partir das observações feitas.²

Percebi que esse pensamento cartográfico deveria começar num anteprojecto próprio, ou melhor, num antiprojecto, para compreender as próprias formas de pesquisa que eu deveria elaborar e tomar. Com antiprojecto, jogo com as suposições metodológicas em torno do objetivo de um projecto, que, para fins de conveniência e praticidade, pretende, no geral, simplificar e universalizar um problema e as formas de atuação sobre ele, que é o oposto do que queremos com este trabalho. O desafio inicial, então, se apresentava: como sintonizar um reconhecimento das evidências que não se sustenta em vícios de suposição a uma maneira de organizar um conteúdo tão pulverizado de forma compreensível — estável o suficiente para estudá-lo e instável o suficiente para editá-lo e expandi-lo?

Para ambos os trabalhos, tanto de *reconhecimento* quanto de *esquematisação*, tratou-se, principalmente, de um esforço conceitual de alinhamento com minha base teórica e de alinhamento entre essas duas fases de pesquisa sobrepostas. Isto foi, e posso dizer que ainda é, um exercício prático constante e em crescente refinamento, no qual pouco a pouco, apenas conforme a pesquisa tomava corpo, fui materializando os conceitos, antes abstratos, da teoria ator-rede. Aqui, de forma interessante, podemos observar que essa prática de pesquisa segue o fundamento da reflexividade. A própria forma que a pesquisa toma, em suas frases, setas, imagens, letras e mapas, influencia diretamente os conceitos desenvolvidos e vice-versa, borrando a linha imaginária entre o conceito e a matéria em sua estrutura investigativa.

De forma sintética, me condicionei a partir sempre do elemento mais superficial em direção ao mais profundo, sem fazer um recorte prévio e arbitrário em relação ao que eu poderia, num pré-juízo, ter suposto como um ponto zero do cogumelo. Do mesmo modo, parei de supor significados que não tivessem partido imediatamente de sua relação com todas as outras evidências encontradas. Foi um trabalho de trás para a frente, atento em levar todos os caminhos em consideração da melhor e menos prática forma possível.

2 Venturini, T. Diving in Magma: How to Explore Controversies With Actor-Network Theory. *Public Understanding of Science*, London, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

RASTROS E ENCONTROS: CARTOGRAFANDO COGUMELOS

O cogumelo existe no mundo, e não foi preciso muito esforço para que certos acasos, ou fatalidades, nos levassem — a mim e ao cogumelo — ao encontro um do outro, o que posteriormente me informaria as coordenadas de seu habitat artificial. Em 2021, foi num certo dia de praia que conheci o ex-namorado, então grande amigo, de uma colega minha que, calorosa e generosamente, nos ofereceu cogumelos alucinógenos. Estava evitando bebida alcoólica. Despretensiosamente, comi o cogumelo pela primeira vez. Não quis ficar de fora dessa interface de socialização, já que me sentia desarticulado e introvertido após mais de um ano em quarentena. Sóbrias e frustrantes horas mais tarde, o que ativou finalmente a psicodelia foi a longa volta para casa: a vibração do carro parado num trânsito interminável e uma incontornável conversa infinita no cenário de céu laranja e anil. A partir daí, desenvolvi uma paixão aguda pela tal mágica do cogu, o que não passou despercebido pelo invasivo e pouco discreto algoritmo do Instagram. *Voilà!* Fez-se a rede. Alguns perfis/lojas de cogumelos mágicos e afins começaram a seguir meu perfil no aplicativo.

Nos sites dessas lojas — que, numa estratégia de marketing, por si só já trazem um relevante agregamento de imaginários cogumélicos-alucinógenos cheio de intenção e propósito —, encontrei um ponto de referência próximo a mim, que me permitiu navegar e traçar inúmeros trajetos dos cogumelos. De certa forma, encontrei ali um nó embaraçado com tantos vínculos e contradições. Identifiquei, por exemplo, pistas sobre sua relação legal com o Estado brasileiro (e com internacionais), sobre seu(s) status químico(s)/farmacêutico(s) mediante a comunidade científica e política, sobre seus laços práticos atuais e passados, sobre a moral que passeia por entre todas as relações, por aí em diante. A partir desses sites, portos aos quais retornar quando me perdia em alto mar, pude oportunamente contornar uma abstração tendenciosa e recorrente que inevitavelmente começava a se formar à medida que me distanciava do contato primário com o cogumelo. Isso era também algo a ser evitado, já que a abstração levava a uma conceitualização imaterial, distante e, portanto, contraditória nos termos da teoria ator-rede e do cogumelo-fatigue que me propus contar.

Foi nesse lento movimento de idas e vindas que o mapeamento em questão — ou diário de bordo — começava a ganhar corpo e a enriquecer-se, complexificando os cogumelos e tecendo-os como uma rede de encontros.³ Neste ponto, já com a introdução do processo de escrita para maior aprofunda-

3 Latour, B. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 2005.

mento das relações pré-mapeadas, o cogumelo podia ser visto numa crescente (in)totalidade a partir da sobreposição de subseqüentes interações. Decidi seguir com uma estruturação mais tradicional para a primeira etapa do projeto.

Fragmentei o mapeamento da rede em algumas grandes linhas narrativas a partir das mais pregnantes e enoveladas interações e associações. Nessas linhas narrativas, se evidenciariam os principais pontos de encontro que surgiram com a gradual descoberta de evidências. A estratégia foi organizar primeiro uma estrutura sólida e mais imediatamente reconhecível, a partir da qual poderia traçar conclusões de maneira mais organizada, para, então, na subseqüente etapa projetual, tentar reelaborá-la de forma mais maleável para um aprofundamento conceitual e temático a partir do desenvolvimento de um curta-metragem.

Iniciei neste ponto um lento desenlace das linhas de histórias embaraçadas que são os sites/lojas que vendem cogumelo, nosso referencial principal. Partindo do que se escancara ao meu olhar de usuário de uma dessas plataformas, sou capturado por um agrupamento de símbolos visuais e terminológicos que, em conjunto, contam uma história.

Voltando-nos ao conjunto de produtos à venda nos sites, perceberemos que mesmo ele é um campo repleto de indefinição. O cogumelo é sempre o carro-chefe do marketing, mesmo que a experiência psicodélica se distribua entre outros fatiches (palo santo, *Argyria Nervosa*, cactos sagrados, jurema etc.). O próprio cogumelo mágico sequer é uma única espécie de cogumelo. Os mais comuns nestas lojas brasileiras são os *Psilocybe cubensis* e os *Amanita muscaria*, mas quase sempre que se fala em cogumelo mágico, invoca-se o *Psilocybe*, por si só um gênero psicodélico com ao menos 116 espécies.⁴

Seguindo adiante e esmiuçando outras linhas narrativas, como a das representações terminológicas, percebo que todos os sites ligam o cogumelo a uma série de qualidades que se repetem de novo e de novo, em loja após loja: sagrado, espiritual, tradicional, milenar, transcendental, natural, tratamento, cura, psicodélico, mágico. Muitos destes termos relacionam-se entre si e notamos que alguns deles associam os cogumelos a um tom mais científico e moderno (como a Psilocultura e O Cogumeleiro) e outros a um tom mais etéreo e tradicional (como a Natureza Divina e o Cogumelos Divinos). A diferenciação dessas duas identidades não se limita às palavras, desdobrando-se visualmente. De um lado, identida-

4 Guzmán, G.; Allen, J. W.; Gartz, J. A Worldwide Geographical Distribution of the Neurotropic Fungi, an Analysis and Discussion. *Annali del Museo Civico di Rovereto*, Rovereto, v. 14, 1998, p. 189-280.

des visuais ligadas ao artesanato, ao natural, ao fantasioso e ao druídico. Do outro, identidades visuais mais rígidas, modernistas, estéreis, “neutras” e laboratoriais, mas deixando espaço para alguma indicação visual da dita magia, como mandalas.

Quando aliamos a visualidade e os qualificadores aos textos, notícias, *disclaimers* e outros elementos dos sites, tudo indica um esforço para validar algum tipo de espaço para o cogumelo na realidade. Seja evocando o cogumelo do retorno ao orgânico, saudável e místico, ou o cogumelo terapêutico e psiquiátrico (seja os dois ao mesmo tempo), o tom das notícias é unanimemente de esclarecimento.

Aqui, então, localiza-se uma primeira lacuna a ser reconstituída: que relação de tensão é esta que ainda delinea os cogumelos mágicos? Que forças operam esta tensão? Como a difamação do cogumelo entrelaça todas essas questões? A partir destas perguntas um tanto abstratas, podemos materializar um território para a performance destas relações.⁵

LOS HONGOS VIAJAN: DO RITO MAZATECA À TRIP HIPPIE

Se projetarmos uma trilha investigativa a partir do mencionado protagonismo do *Psilocybe* no nosso cenário, podemos partir de sua distribuição demográfica para rastrear seu paradeiro através do tempo. Das mencionadas mais de 110 espécies, uma notável parte delas, cerca de 50, concentra-se num único território: o atual México.⁶

Embora o relacionamento histórico entre cogumelos psicoativos e humanos não seja uma exclusividade mesoamericana, é na América Central e arredores onde, convenientemente, encontramos uma das mais complexas coletâneas de registros desse relacionamento. A grande disponibilidade e variedade de espécies concentrada numa extensão geográfica relativamente pequena pode ter sido um multiplicador de probabilidade para o encontro de diversos povos originários mesoamericanos com o que viriam a ser os hongos sagrados. A clareza dessa relação é reforçada por meio de muitos tipos de fonte, tanto de povos originários desse território (os próprios nomes conferidos aos cogumelos, poemas, histórias, murais, artesanato e esculturas) quanto de invasores espanhóis (códices coloniais).

5 A partir daqui é importante ressaltar os inevitáveis recortes e pulos associativos que deverão ser, infelizmente, feitos devido ao curto espaço para o desdobramento de uma malha tão extensa.

6 Ramírez-Cruz, V; Guzmán, G; Ramírez-Guillén, F. Las especies del género *Psilocybe* conocidas del Estado de Oaxaca, su distribución y relaciones étnicas. *Revista Mexicana de Micología*, Veracruz, v. 3, n. 23, p. 27-36, 2006.

O cruzamento de diversas dessas fontes textuais, orais e arqueológicas como o Códice Florentino do frade Bernardino de Sahagún, que relata um rito coletivo de consumo de cogumelos alucinógenos,⁷ e a estátua de Xochipilli no Museu Nacional de Antropologia do México, um retrato desta divindade, associada à ebridade sagrada, envolvida por cogumelos, nos indicam alguns detalhes que caracterizam a relação humano-cogumelo como uma série de desdobramentos sacramentais em torno da ativação psíquica da mente a partir do consumo desses fungos.

Associando o *Teonanácatl* (nome náuatle do cogumelo) a uma prática coletiva e aparentemente divina, percebemos que este é um elemento-interface importante para a movimentação de diversos outros aspectos de grupos mexicas (ou astecas, para os espanhóis), desde cultos, até visões que norteariam o futuro da comunidade, afetando ainda a relação deles com outros atores, como o mel e o cacau (ingeridos com o cogumelo, segundo Sahagún), e, por consequência, técnicas e tecnologias de coleta e cultivo. É um agente tão influente que, coerentemente, é tornado divindade.

Entretanto, a estabilidade desses vínculos-processos foi comprometida a partir do choque intercontinental com uma outra malha de vínculos-processos invasora: o cristianismo. A partir da invasão colonial espanhola, as práticas ligadas aos cogumelos — “idolatria” de ícones-fetiches inimiga dos modernos⁸ — foram sendo perseguidas e transformadas num curto espaço de tempo, sendo marginalizadas a formas de existência mais reclusas, numa retração da complexidade das redes-cogumelo a partir do surgimento do cogumelo pagão.⁹ Ainda assim, isso não pode ser traduzido num desaparecimento das relações. Atualmente alguns povos como os zapotecas, os náuatles, os mixtecos, os mixes, os mazatecas, entre outros, seguem se relacionando com os hongos.¹⁰

Uma das chaves para a sobrevivência destas práticas é um curioso sincretismo.¹¹ No caso dos mazatecas, por exemplo, os cultos dos *Teonanácatl*, sem espaço num mundo colonizado moderno, se transformam a partir do contato com o catolicismo, que os permeia com novos elementos ao significado religioso anterior conferido ao *Teonanácatl* — como Deus, imagens da Virgem Maria, altares de Cristo, canções, orações cristãs em línguas mesoamericanas, vocábulos, o imaginário de

7 Sahagún, B. *Florentine Codex: General History of Things in New Spain*. Santa Fe: The School of American Research; Salt Lake City: The University of Utah, 1959, p. 38-39. (Book 9 – The Merchants).

8 Latour, B. *Sobre o culto moderno dos deuses fáticos*, p. 22.

9 Varella, A. C. *Substâncias da idolatria: as medicinas que embriagam os índios do México e Peru em histórias dos séculos XVI e XVII*. 389 f. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008, p. 47-50.

10 Ramírez-Cruz, V.; Guzmán, G.; Ramírez-Guillén, F. *Las especies del género *Psilocybe* conocidas del Estado de Oaxaca, su distribución y relaciones étnicas*, p. 30.

11 Stamets, P. *Psilocybin mushrooms of the world*. Berkeley: Ten Speed Press, 1996, p. 13.

santidade cristã, com véus e genuflexões etc.¹² —, produzindo um acordo de uma nova forma de existência, dessa vez mútua (com cessões e concessões de ambos os lados), transformando-o num novo fatiche, os *hongos sagrados*.

Esse é um caso emblemático de instabilidade vs. estabilidade nas controvérsias, afinal, controvérsias “se iniciam quando os atores descobrem que não podem ignorar um ao outro e controvérsias terminam quando os atores arranjam uma maneira de desenvolver um compromisso sólido de viver juntos”.¹³ Uma controvérsia, portanto, vai sempre em direção a uma resolução, à estabilização dos conflitos, que são instáveis por conta da indefinição do significado dos atores envolvidos (nesse caso, o cogumelo).

No século XX, essa nova relação foi muito bem documentada, na década de 1950, pelo casal de micólogos amadores Robert Gordon Wasson (vice-presidente de banco) e Valentina Pavlovna (pediatra). Após décadas na trilha do então mítico cogumelo alucinógeno mesoamericano (pelo menos para o ocidente esquecido de seu próprio passado colonial), foi no povoado de Huautla de Jiménez, no México, que eles o encontraram. Lá, a curandeira María Sabina concedeu uma receptiva abertura que culminou na documentação e exportação dos conhecimentos de sua comunidade, encontro que viria a escancarar a porta gentilmente aberta e deixar derramar o cogumelo mágico sobre o mundo todo e o mundo todo sobre o hongo sagrado.

Dois anos após a experiência de Wasson com Sabina, ele a publica na revista *Life* como o terceiro capítulo — Searching for the Magic Mushroom — da série de reportagens *Great Adventures*.¹⁴ O tom romântico e pop do depoimento do etnógrafo foi fundamental para a sensacionalização de sua “descoberta heróica”. Logo, a história dessa “peculiaridade primitiva”, os hongos sagrados — agora *cogumelos mágicos* —, difunde-se em outros veículos de informação como outras revistas norte-americanas de circulação em massa (*This Week* e a *True: The Man's Magazine*), programas televisivos (*Person to Person* da CBS) e exposições em museus (*Museu Americano de História Natural em Nova Iorque*).¹⁵

Com a grande abrangência e diversidade dos públicos combinados dessas plataformas, a experiência alucinógena rapidamente caiu nas graças especulativas do senso comum ocidental e também nas dos laboratórios. Como consequên-

12 *María Sabina, Mujer Espíritu*.
Direção: Nicolás Echevarría.

Produção: Bosco Arochi; Jaime Kuri; Luis López Antunez.
México: Centro de Producción de Cortometraje, 1978. 81 min. son., color.

13 Venturini, T. Diving in magma, p. 261, tradução minha.

14 Wasson, G. Seeking the magic mushroom. *Life*, New York, v. 49, n. 19, p. 100-102, maio 1957.

15 Pollan, M. *How to Change Your Mind: What the New Science of Psychedelics Teaches Us about Consciousness, Dying, Addiction, Depression, and Transcendence*. New York: Penguin Press, 2018.

cia, após essa onda midiática, Wasson, Pavlovna e posteriormente um crescente volume de pesquisadores dos EUA e do Norte foram postos na figura de pioneiros quando o assunto é cogumelo mágico, apagando em grande parte o papel ativo de comunidades indígenas na construção do que era e viria a ser o cogumelo. Ora, o vínculo entre povos indígenas e o cogumelo é equívocado, preso a um passado desde sempre extinto, completamente diferente do vínculo entre o mesmo e a ciência moderna. Era como se o cogumelo mágico fosse uma lenda destinada ao homem branco, secreta, esperando para ser encontrada e trazida à luz das promessas científicas, apenas aí validando-se em seu local de verdadeira utilidade.

A difusão dessa promessa a partir dos relatos de Wasson levou muitos olhos vanguardistas de influentes pesquisadores do início dos anos 1960 à Huautla de Jiménez. Em seguida, foi a vez de celebridades e posteriormente da classe-média romântica estadunidense e mesmo da mexicana,¹⁶ interessados no potencial revelador da experiência alucinógena, que agiria como uma espécie de interface para a libertação moral da consciência.¹⁷

Muita gente veio em busca de Deus; [...] Os jovens foram os mais desrespeitosos; sabe, eles comem a qualquer hora os meninos [hongos sagrados] e em qualquer lugar. Não fazem isso durante a noite, nem segundo as indicações dos sábios, e tampouco utilizam-nos para curar doenças. Mas, desde o momento em que os estrangeiros chegam para procurar Deus, os meninos santos perderam a pureza. Perderam a força, se estragaram.¹⁸

A indicação da curandeira é precisa. O hongo sagrado perde sua força, sua identidade dependia de uma série de relações cerimoniais muito específicas que agora competia por espaço num ambiente de recontextualização e vulgarização do cogumelo alucinógeno, que passa, simultaneamente, a intermediar práticas nunca antes vistas pelos mazatecas. Como nos informa Sabina, antes, ele era utilizado como uma ferramenta para resolução de questões específicas e cura de doenças. O hongo sagrado em si não efetua nada e, da mesma forma, o curandeiro ou o enfermo. É preciso uma mediação entre os três, ou melhor, entre os quatro, incluindo também a enfermidade ou problema a ser resolvido, para que este último possa ser solucionado. Agora, por outro lado, o cogumelo era consumido por uma experiência subjetiva (*trip*

16 Lattin, D. *The Harvard Psychedelic Club: How Timothy Leary, Ram Dass, Huston Smith, and Andrew Weil Killed the Fifties and Ushered in a New Age for America*. New York: HarperOne, 2010.

17 Dallos, R. E. Dr. Leary Starts New 'Religion' With 'Sacramental' Use of LSD. *New York Times*, New York, 20 set. 1966, p. 33.

18 Estrada, A. *A vida de María Sabina, a sábia dos cogumelos*. Trad. B. P. Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1984, p. 110. Autobiografia de María Sabina traduzida por Álvaro Estrada a partir de série de entrevistas.

ou o encontro com Deus), tornando-se parte de um ato de afirmação antimaterialista hippie (num momento em que ele era, ironicamente, comodificado), numa narrativa de nascimento da contracultura nos EUA.¹⁹

Conforme o cogumelo mágico ganhava espaço nas ruas de uma Huautla cada vez mais internacionalizada, mais o cogumelo-fatíche em progressiva complexificação se tencionava numa escalada de instabilidade e disputa entre os mais variados atores. Entre os mazatecas, por exemplo, o clima era de ruptura e ruína iminente. Cercados por novas realidades, seus costumes e redes de relações dissolviam-se diante de seus olhos. María Sabina, por exemplo, foi responsabilizada pelos próprios membros de sua comunidade pela dissolução de sua cultura, teve sua casa incendiada, foi acusada de tráfico e terminou sua vida ostracizada e em pobreza,²⁰ embora, ironicamente, o cogumelo do qual é ainda hoje indissociável tenha gerado um grande volume de capital, seja por pesquisas, venda de artigos cosméticos com a própria imagem da curandeira, ou pelo que pouco a pouco vinha sendo definido como tráfico.

A PSICODELIA NO OCIDENTE: DOS LABORATÓRIOS AO ATIVISMO

Com os caminhos de Huautla fechados à expansão do cogumelo-fatíche, aqui voltei alguns passos a fim de seguir uma outra trilha que eventualmente me levasse ao cogumelo no Brasil contemporâneo. Se retornarmos ao rico nóculo da primeira midialização dos cogumelos mágicos, localizaremos um grande interesse agenciador por parte da ciência, que leva o cogumelo alucinógeno — ou melhor, o *Psilocybe* — aos laboratórios devido ao seu potencial agregador à farmacopeia ocidental. Rapidamente, lá foi esterilizado e dissociado de suas relações anteriores.²¹ O hongo sagrado foi sintetizado na molécula de *psilocibina* (Indocybin®),²² produzida na Sandoz pelo engenheiro químico Albert Hofmann (criador do LSD) através de todo um aparato técnico-tecnológico, empacotada em pequenas pílulas armazenadas em ambientes de temperatura e umidade muito bem controlados.²³ Para a ciência, os rituais, os cânticos, o cacau, o mel, a comunhão, a congregação, as imagens católicas, nada disso

19 Delmanto, J. *História social do LSD no Brasil: os primeiros usos medicinais e o começo da repressão*. 295 f. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2018, p. 23.

20 Estrada, A; Sabina, M. *María Sabina: Selected Works*. Berkeley: University of California Press, 2003.

21 *Como mudar sua mente* [minissérie audiovisual]. Produção: Alison Ellwood, Lucy Walker. Roteiro: Alex Gibney. Estados Unidos: Netflix, 2022. Temporada 1, episódio 2.

22 Hofmann, A. et al. *Psilocybin und Psilocin, zwei psychotrope Wirkstoffe aus mexikanischen Rauschpilzen*. *Helvetica Chimica Acta*, Zurich, v. 42, 1959, p. 1557-1572.

23 Pollan, M. *How to Change Your Mind*, p. 83.

era mais necessário para a agência do êxtase psicodélico; nem mesmo a forma biótica do cogumelo era mais necessária, e este passou se relacionar às pesquisas apenas em uma abstração cada vez menos material.

Aqui vale ressaltar que a presença de substâncias alteradoras da consciência nos laboratórios psiquiátricos internacionais remonta ao menos à década anterior à psilocibina, os anos 1950, configurando um preparo de terreno fundamental para sua rápida absorção pela ciência moderna. Nesta cena científica, um dos mais relevantes centros de pesquisa nos quais a psicodelia adentra é o da influente Universidade de Harvard. Entretanto, é importante notar que, mesmo em sua reconfiguração moderna, o cogumelo continuou articulando disrupções nas noções e nos fazeres científicos. Na década de 1960, por exemplo, o *Harvard Psilocybin Project* de Timothy Leary, então renomado psicólogo clínico e professor universitário, tinha a rigidez das metodologias modernas e da avaliação dos dados gerados por pesquisas frequentemente substituída por sessões de experimentos muito descontraídos — com música, conversas coloquiais, e os próprios pesquisadores sob efeito da psilocibina. Desde antes de seu início, esse projeto esteve marcado pelo discurso e pelo tom místico da própria experiência pessoal de Leary com os hongos sagrados, que alinhava suas noções modernas sobre a consciência

humana à uma espécie de metafísica, num atravessamento fundamentalmente contraditório e potencializante de um novo tipo de consciência porvir.

Conforme esta relação se intensificava a cada experimento e Leary se submergia mais e mais na dimensão místico-coletiva da interação humano-cogumelo, não tardou para que seu projeto fosse encerrado, e ele mesmo fosse ostracizado da comunidade científica e deslizesse para uma comunidade ativista.²⁴ Se em algum momento a psilocibina se viu em cima de um muro entre a esterilidade moderna ou a disrupção desta esterilidade, o grupo vanguardista em torno do finado projeto indicou para que lado a substância penderia, suprimindo, através de sua crescente vocalidade e alcance, outras psilocibinas ou cogumelos possíveis. “Escutem! Acordem! Vocês são Deus! Vocês têm o plano Divino gravado em seus roteiros celulares.”²⁵ O cogumelo mágico deixaria os laboratórios junto ao LSD — só ressurgindo no início do séc. XXI, num renascimento psicodélico — e se

24 Para um debate mais aprofundado sobre a controvérsia ciência-política, ver a “Primeira conferência: sobre a instabilidade da (noção de) natureza”, em: Latour, B. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Trad. M. Meyer. São Paulo: Ubu; Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020, p. 23-73.
25 Leary, T. *apud* Pollan, M. *How to Change Your Mind*, p. 158, tradução minha.

tornaria, aliado também à maconha, o combustível de uma missão político-profética pela libertação e renovação social do ser, esclarecendo-o dos grilhões institucionais que o aprisionam (a moral, a razão, o governo etc.).

Este objetivo deveria ser atingido através da democratização da “elevação” existencial possível apenas por intermédio dos psicodélicos. Neste sentido, o LSD assumiu a principal face dessa democratização por sua facilidade reprodutiva através das tecnologias que agenciavam uma rápida produção e distribuição. O ativismo e o uso dessas drogas se tornavam indissociáveis para os profetas de ego inflado desse movimento, como Leary, Allen Ginsberg e Herbert Marcuse,²⁶ que buscavam atingir uma reforma social que, para “além da tática da resistência, mas moldando-a sempre”, deve fomentar “uma atitude de vida que procure não simplesmente mobilizar forças contra os desatinos da sociedade, mas transformar o próprio sentido que os homens têm da realidade.”²⁷

A partir da protagonização do indivíduo de forma disruptiva — em detrimento de sua abstração num povo, os *proletários* da esquerda tradicional —, passamos a compreender quais personagens específicos estavam/estão intimamente ligados à cena contracultural psicodélica nos EUA, movimentando-a. A partir do abandono da instituição *american way of life* num sentido antimaterialista de força motriz individual, surge o hippie, figura errante que se constrói a partir de um abraço à marginalização, pautando-se numa inversão de valores tradicionais e expressando-se fortemente através da música, das artes plásticas, da filosofia, de relacionamentos, de protestos etc.

Num mundo pautado em relações metrópole-colônia intensificadas pelo enovelamento de agentes cada vez mais distantes e estratificantes, as andanças hippies e a extensão de sua influência não se conformaram ao seu território nacional.²⁸ A contracultura e os psicodélicos escorrem em direção ao Brasil por entre as feridas geradas em sua juventude nacional pelo advento da direita reacionária, surgida no país com intuito de conter um suposto avanço socialista no contexto da guerra entre EUA e União Soviética. Ali, da mesma forma que as Forças Armadas foram influenciadas pelo projeto estadunidense para implementar uma ditadura militar no Brasil,²⁹ a oposição libertária que surgia em resposta a

26 Escototado, A. *Historia General de las Drogas*. 7. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

27 Roszak, T. *Para uma contracultura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971, p. 302.

28 Neste parágrafo, ênfase os enormes e importantes recortes que não puderam ser aprofundados em virtude do foco deste trabalho, assumindo, assim, um postura momentaneamente convencional, porém consciente da complexidade profunda desta situação.

29 Carvalho, J. A América Latina e a criminalização das drogas entre 1960-1970: prenúncios de outra guerra por outra América. *Revista UNIFESO – Humanas e Sociais*, Teresópolis, v. 2, n. 2, 2015, p. 82.

esse engessamento de liberdades civis e morais era alimentada pelo movimento disruptivo de revolução individual-coletiva que se dava entre os hippies daquela mesma nação norte-americana.

A entrada e circulação dos psicotrópicos nos hábitos da contracultura brasileira são frutos de uma interpolação de diversos agentes que se encontram no deslumbramento com a transcendência psicodélica, passando pela introdução do LSD entre a elite cultural hippie paulista por Antonio Peticov por intermédio de Osmar Ludovico, ou pelas “pregações” de Fauzi Arap, ou por artistas se voluntariando em experimentos médicos como os de Murilo Pereira Gomes, no Rio de Janeiro.³⁰ Em todo caso, percebemos, através da observação de produções artísticas subsequentes aos anos 1960 — por exemplo, da música de Raul Seixas *Sociedade Alternativa* (1974), de *Avôhai* de Zé Ramalho (1976), de *Ando Jururu* de Rita Lee (1974), de *Hippie on The Groove* de Júpiter Maçã (1997) e de poemas como os de Roberto Piva (2008) —, que o uso de psicodélicos começou a se diluir nas práticas contraculturais, refletindo-se na tendência da imersão no indivíduo e do afastamento do institucional.

Até o momento de conclusão desta pesquisa, entretanto, não pude encontrar fontes acadêmicas ou registros que indicassem de forma aprofundada a movimentação específica deste cogumelo alucinógeno que veio do México, deu a volta ao mundo e chegou ao Brasil de forma a conformar o relacionamento que certos grupos têm com ele hoje, sem mencionar que até mesmo pesquisas que indiquem o paradeiro nativo do cogumelo no Brasil são raras. O cogumelo foi se desespecificando e sendo diluído num conjunto de experiências que chamariam de psicodélicas.

Ainda assim, é possível analisar os elos do cogumelo com a atualidade justamente através dessa generalização. O imaginário visual, por exemplo, presente nos sites como *Natureza Divina* e *Psicodelix*, não é exclusivo da identidade do cogumelo mágico, sendo aplicável a toda a variedade de substâncias vendidas. Os apelos dessas substâncias são diferentes entre si, embora todas se liguem ao comportamento contracultural, que mesmo hoje perdura, diluído, no mínimo, nessa dimensão estética e, aferível a nível de experiência pessoal e de trocas com alguns usuários, no sentido do interesse no mergulho na exploração da consciência e das sensações.

30 Delmanto, J. *História social do LSD no Brasil*, p. 144-150.

DE JURE/DE FACTO: A CRIMINALIZAÇÃO DOS PSICOTRÓPICOS

Se não podemos definir com muita especificidade tal trajetória até hoje, podemos seguir o gancho contemporâneo e verificar que sua contínua dispersão e ampliação no Brasil está intimamente ligada aos sites de venda. O cogumelo-fatíche só nasce, ou melhor, só se produz numa série de encontros de valência espelhada com agentes como a internet, mídias sociais, design, marketing, imaginário hippie, a psiquiatria, os mazatecas, mídias de circulação de massa, laboratórios químicos etc.

Essa complexa rede parece sólida o bastante para sustentar ao menos uma expressiva e evidenciável diversidade de lojas, atividades terapêuticas, de pesquisa, religiosas e recreativas, diversidade contraditoriamente discreta. Talvez essas redes não sejam tão sólidas quanto a princípio pareçam ser. Se sairmos numa sexta à noite pelo polo cultural de uma cidade como o Rio de Janeiro, por exemplo, dificilmente encontraremos usuários abertamente consumindo o cogumelo mágico de forma recreativa (e muito menos para fins de pesquisa), como ocorre com o álcool e o tabaco (permitidos pela Anvisa).

Sob outra perspectiva dessa relação, as empresas por trás da venda desses cogumelos no geral recusam-se a associar-se com qualquer prática que não a científica, muito embora uma parte de sua atividade comercial seja movimentada pelo interesse num uso recreativo do cogumelo — sem mencionar que uma fração relevante da própria atividade de marketing destas empresas dialoga diretamente com esse público alvo através de, no mínimo, o design de suas identidades visuais.

Nossos produtos PSICODELIX são vendidos apenas para fins de pesquisa, coleção botânica ou uso particular para busca espiritual e crescimento pessoal, [...] sendo da inteira responsabilidade do comprador qualquer outro fim que der às Amostras Etnobotânicas. [...] A psilocibina e a psilocina, substâncias de caráter alucinógeno presentes nos tipos mais comuns de cogumelos mágicos, como o *Psilocybe Cubensis*, são substâncias proscritas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) desde 1998. Portanto, essas substâncias, *quando isoladas, são consideradas ilegais* [...].³¹

Mesmo que este tipo de declaração (presente em todos os sites, inclusive por vezes de forma idêntica) busque eximir as empresas de responsabilidade legal, é evidente que este mercado do cogumelo paira sobre um limite nebuloso

31 Aviso Legal. *Psicodelix*, [S. l.], 2025, grifos meus.

do proibicionismo, no qual, aos olhos da atividade regulamentadora de tóxicos nacional, distingue-se de um tráfico ilegal, embora ainda pareça se equilibrar numa sensível corda bamba. Quais, portanto, são as noções que definem o que é considerado uma substância ilícita?

Na Portaria n. 344 de 1998 da Secretaria de Vigilância em Saúde, referida pelo Psilocodex, definem-se substâncias psicoativas e entorpecentes como uma questão de saúde pública e propõe-se um sistema qualitativo de níveis de risco que regule suas circulações. Desde o início do documento, separa-se o joio do trigo e forma-se uma oposição categórica entre substâncias: as que possuem fins “médicos e científicos” (permitidas) e as que não possuem (proibidas), ambas podendo gerar ou não dependência física ou psíquica. O que e quem define esses fins, entretanto, é o que está em disputa.

De forma arbitrária, o documento terceiriza os porquês de seus critérios para a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, pacto antitóxicos elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1971. Neste aparente marco legislativo, reforçaram-se as *Schedules* (Agendas) — i.e. categorias, rols —, os status públicos das drogas, embora, mesmo nesse documento e nas outras convenções sobre estupefacientes da ONU (1961 e 1988), suas definições também sejam tratadas de forma pouco clara e fundamentada.

Ainda assim, na tentativa de apreender algum critério, podemos observar um outro caso de aplicação destas convenções. Segundo a Administração de Repressão a Drogas (DEA) dos EUA, as Agendas dividem as drogas, precursores, medicamentos, entorpecentes e psicotrópicos em cinco níveis que relacionam seu *grau de dano à saúde* com seu *grau de utilidade médica e sanitária*, relacionando esses dois fatores num sentido progressivamente menos restritivo, a lista 1 sendo a mais restrita e regulada e a 5 a mais flexível. Entretanto, aqui, mesmo que as discriminações tornem-se mais claras, vale notar que este panorama de definições continua a suscitar questionamentos e paradoxos.

A Agenda 1, por exemplo, a mais restritiva e na qual encontramos a psilocibina — e a maconha, a heroína, o ecstasy e a ritalina —, contém “*drogas atualmente sem uso médico aceito e um alto potencial para abuso*”.³² Entretanto, mesmo antes das definições instituídas nas convenções, notou-se na psilocibina um potencial promissor para psicoterapia, tratamento de vícios e aumento da criatividade, a partir de pesquisas em instituições prestigiadas como a Universidade de Harvard, a John Hopkins

32 Drug Scheduling, *United States Drug Enforcement Administration*, Washington, D.C., 2018.

e o Hospital Estadual Spring Grove. Atualmente, numa nova onda de pesquisas e interesse, diversos estudos químico-biológico-comportamentais sobre a interação do cogumelo com o humano reforçaram algumas suposições antigas, como a de que o cogumelo não produz dependência,³³ e indicaram novas possibilidades seguras de atuação, como em tratamentos psiquiátricos em caso de desmoralização em pacientes homens com síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA)³⁴ e pacientes com câncer terminal ou transtorno obsessivo-compulsivo (TOC),³⁵ ou mesmo apontando uma utilidade no tratamento de dependências químicas.³⁶

A fragilidade categórica das Agendas pode ser observada, ainda, de outros ângulos. Na Holanda, por exemplo, um estudo sobre os efeitos negativos do uso de drogas foi conduzido por um comitê multidisciplinar comparando dezenove substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, consumidas no país.³⁷ Como indicativos para a medição do dano, foram determinadas toxicidade crônica e aguda, potência do vício, prevalência de uso e dano social. Como resultado do cruzamento de dados coletados e debates do comitê, o cogumelo mágico aparece como a substância menos danosa, numa colocação muito menor que, por exemplo, o álcool, lícito, ocupa.

Já no III Levantamento Anual Sobre o Uso de Drogas no Brasil da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (2017), a psilocibina ou o cogumelo mágico não são sequer mencionados, não sendo associados nem à generalização dos alucinógenos, que contém apenas o LSD e o chá de ayahuasca. Neste caso, a ausência de dados por si só já é um indicativo da permeabilidade do cogumelo no país e, por consequência, de seu grau de prejuízo (inexpressivo) à vida pública.

Com essas e outras tantas observações que contrariam a estigmatização dos tóxicos pela ONU, fica evidente que o que define as *Schedules* não é algo tão estático e definitivo como a princípio se supõe. O discurso das Nações Unidas soa arbitrário, com diversas alegações que não fazem questão de comprovar-se em sua própria lógica moderna — como denota-se pela complexidade, por vezes impossibilidade, de encontrar material científico que valide tais alegações. Ao invés disso, o discurso sustenta-se num entendimento geral

33 Passie, T. *et al.* The Pharmacology of Psilocybin. *Addiction Biology*, [S. l.], v. 7, p. 357-364, 2002.

34 Anderson, B. T. *et al.* Psilocybin-Assisted Group Therapy for Demoralized Older Long-Term AIDS Survivor Men: An Open-Label Safety and Feasibility Pilot Study. *eClinicalMedicine*, [S. l.], v. 27, out. 2020.

35 *Como mudar sua mente*, 2022.

36 Machado, L. Brasileiros estudam drogas psicodélicas para tratar depressão e dependência química. *BBC News Brasil*, São Paulo, 11 set. 2020.

37 Amsterdam, J. van. *et al.* Ranking the Harm of Alcohol, Tobacco and Illicit Drugs for the Individual and the Population. *European Addiction Research*, Basel, v. 16, n. 4, p. 202-207, jul. 2010.

pressuposto do etos moral da ciência mediante o pacto civilizatório com o Estado. Percebemos que há, portanto, outros fatores que determinam com mais força as articulações dessa campanha internacional antidrogas.

Definir o que produz esta “noção universal” consagrada, entretanto, é idealmente uma tarefa sem fim ou início. Mesmo assim, podemos ao menos, num rascunho básico, delinear uma trajetória recente da valorização negativa da *droga* a partir de algumas campanhas nacionais e internacionais do país que articulou de forma central esta atual Guerra às Drogas: os Estados Unidos.

A começar por uma retrospectiva do histórico da conferência de 1971, notamos um padrão. Desde o início do século XX, orientado por seus próprios interesses de intervencionismo econômico-diplomático global, os Estados Unidos vêm esboçando um combate sem fronteiras aos tóxicos, mas contrariando as expectativas do senso comum contemporâneo, suas primeiras tentativas não foram capazes de gerar uma convenção universal entre as demais nações imperialistas. Na Comissão Internacional do Ópio (1909) e na Primeira Convenção do Ópio (1912), por exemplo, os EUA falharam em articular, com sua *comitiva diplomática missionária*, os demais *Estados laicos* profundamente implicados no projeto econômico de populações coloniais adictas na China e em outros territórios.³⁸ O impacto

da pressão norte-americana não foi mais potente que os interesses concorrentes internos dos demais países. Cabe indagar o que, no futuro, pôde inverter essa dinâmica de influência.

Em primeiro lugar, vale destacar o próprio desenvolvimento da droga como um articulador da percepção pública com uma situação político-econômica. Como registro desta movimentação moral, temos por exemplo campanhas publicitárias sensacionalistas nas quais ligava-se a difusão do ópio aos imigrantes chineses e estes ao desemprego de brancos, à criminalidade e à deturpação da cristandade moral estadunidense; ou a maconha aos imigrantes mexicanos e a mazelas similares.³⁹ Ao longo de décadas de exposição, de outras convenções e da criação da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1948, essas associações cristalizaram-se num discurso médico-sanitário-ético-jurídico que permitiu delegar o problema-droga à autoridade do Estado.⁴⁰ A droga deixava de ser uma questão *moral* e tornava-se uma questão de *fato*.

38 Escohotado, A. *Historia General de las Drogas*, p. 469.

39 Sobre o ópio, ver: The Dreamy Drug. *St. Louis Globe-Democrat*, St. Louis, Missouri, 8 abr. 1880; ou Chen, S. Reconstructing the Chinese American Experience in Lowell, Massachusetts, 1870s–1970s. *Institute for Asian American Studies Publications*, Boston, jan. 2003. Sobre a maconha: Marihuana: Topics in Chronicling America. *Library of Congress*, Washington, D.C., 2020.

40 Del Olmo, R. *A face oculta da droga*. Trad. T. Ottoni. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

Novamente e entretanto, agora num plano nacional, a controvérsia ainda não estava estabilizada. Numa América invadida por psicotrópicos disruptivos, fosse nos laboratórios, nas comunidades ou nas mentes, uma embrionária nação de revolucionários inconvenientes punha em xeque o apoio incondicional que alimentava políticas públicas nacionais e internacionais do Estado. É aí que, num articulado movimento publicitário, o governo Nixon do início dos anos 1970 defini-ria contundentemente a verdade sobre as drogas, o “inimigo número um”.

A campanha de Nixon em 1968 e a Casa Branca de Nixon depois disso tinha dois inimigos: a esquerda antiguerra e pessoas negras. [...] Nós sabíamos que não podíamos fazer ser ilegal ser contra a guerra [do Vietnã] ou ser negro, mas ao fazer o público associar os hippies com a maconha e os negros com a heroína, e então criminalizando ambos pesadamente, nós podíamos romper essas comunidades. Nós podíamos prender seus líderes, invadir suas casas, acabar com suas reuniões e vilanizá-los noite após noite no jornal das 20h. Sabíamos que estávamos mentindo sobre as drogas? É claro que sabíamos.⁴¹

É após um discurso público de Nixon em 17 de junho de 1971,⁴² no qual declara guerra às drogas, que a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas do mesmo ano é convocada pela ONU e o alinhamento global desejado pelos EUA finalmente toma sua forma mais concreta, embora o proibicionismo já viesse caminhando em cada país desde a Convenção de 1961. Nesse momento, reforça-se o ranqueamento das drogas nas *Schedules* criadas na década anterior, fundamentadas principalmente no discurso da OMS, que se alinhava com a percepção e expectativa pública já há décadas produzida e exportada pelos EUA para todo o mundo sob sua crescente esfera de influência no mundo pós-guerras — um segundo fator que explica a subversão da dinâmica internacional citada acima.

É interessante notar aqui que mesmo que o cogume-
lo mágico tenha sido um precursor na revisão do relaciona-
mento entre o ocidente contemporâneo e as drogas
(Wasson, psilocibina, Leary, hippies, Nixon), ele próprio
raramente está no cerne do debate antidrogas. Na Agenda 1
e, como vimos anteriormente, na própria agenda con-
tracultural ele passa a ser definido por seu parentesco com

41 Ehrlichman, J. *Legalize It All: How to Win the War on Drugs*. [Entrevista cedida a] Dan Baum. *Harper's Magazine*, New York, abr. 2016.

42 O discurso está disponível na íntegra no perfil da Richard Nixon Foundation em <<https://www.youtube.com/watch?v=y8TGLLQID9M>>.

outras substâncias que ocupam um espaço mais fundamental no imaginário da Guerra às Drogas. Neste momento nos distanciamos do ponto, a princípio, central da pesquisa, fragmentando a identidade do cogumelo cada vez mais. O cogumelo, portanto, não é definível apenas por elementos tomados por uma pressuposta qualidade *cogumelesca*, mas também por uma série de elementos mais distantes e inusitados.

“UM PÉ DE MACONHA NO SEU QUINTAL”: CONSIDERAÇÕES LEGAIS SOBRE O COGUMELO NO BRASIL

Voltando-nos finalmente para o Brasil — cujo representante na Convenção de 1971 era, inclusive, um dos vice-presidentes do evento —, nos deparamos com os primeiros processos judiciais em torno dos recém-chegados psicodélicos no país, como o icônico primeiro caso envolvendo LSD,⁴³ que nos dão pistas sobre algumas linhas

percorridas pelos psicotrópicos para chegar em território nacional, embora haja uma carência de evidências análogas em relação ao *Psilocybe*. Mesmo estendendo a busca em décadas, é uma tarefa árdua encontrar casos históricos que envolvam o cogumelo mágico. Até hoje, o cenário permanece ambíguo e discreto em certa medida, como reforça uma parte da própria comunidade jurídica em alguns fóruns online.

Esses debates geralmente se formam a partir da indagação sobre o controverso status de legalidade das lojas de cogumelos. No geral, a discussão se monta em dois grupos opostos que competem pela definição da identidade do cogumelo como droga ou não. De um lado: *sine lege nullum crimen*. Como os *princípios ativos*, psilocibina e psilocina, é que estão listados pela Portaria 344/98 da Anvisa e não as *espécies* de cogumelos alucinógenos, as últimas não são ilegais, numa literalidade jurídica, comparável opostamente ao caso da *Cannabis sativum*.⁴⁴ Partindo do reconhecimento deste limbo legal, há também quem ressalte como a falta de isonomia jurídica produz justamente uma percepção de legalidade por parte da população, que retroativamente fortalece esta própria situação ambígua somando aos próprios circuitos de venda-consumo

43 Delmanto, J. *História social do LSD no Brasil*, p. 198.

44 Ver: [Prismatta]. *Legalidade da venda de P. Cubensis?* [Brasil], 14 jan. 2022. Reddit: r/direito. Disponível em: https://www.reddit.com/r/direito/comments/s2b58t/legalidade_da_venda_de_p_cubensis/. Acesso em: 26 maio 2025; [eaimankkk]. *Venda online de cogumelos alucinógenos em grandes quantidades é crime?* [Brasil], 2 ago. 2020. Reddit: r/ConselhosLegais. Disponível em: https://www.reddit.com/r/ConselhosLegais/comments/i2dh53/venda_online_de_cogumelos_alucin%C3%B3genos_em_grandes/?utm_medium=android_app&utm_source=share. Acesso em: 26 maio 2025; e a resposta de [Rialz] no mesmo fórum.

que tornam este caso tão atípico.⁴⁵ Do outro lado, a partir desta mesma comparação oportuna com a maconha: justiça interpretativa. Aqui, o caso deste outro psicodélico aponta justamente para o enquadramento do cogumelo como droga, já que, mesmo que não esteja explicitado pela Anvisa, deve ser interpretada a partir de sua relação com seus princípios ativos indissociáveis. Este último parece ser, inclusive, o posicionamento da própria Anvisa.⁴⁶

Ainda assim, os partidários deste último grupo não deixam de admitir a controvérsia em questão, notando, porém, que a permanência da ambiguidade legal em torno do cogumelo mágico se sustenta, não na carência de especificidade jurídica, mas nos diversos elementos que configuram os interesses e tendências do proibicionismo. No fórum “Venda de cogumelos”, no Reddit, um advogado defensor de sua criminalização interpretativa pergunta: já que o cogumelo é considerado um precursor, por que o dono de um pasto de cogumelos não é preso? Em resposta, um professor e juiz indica que “não há vontade” e o advogado comentarista concorda, reforçando que a configuração de crime depende da interpretação do juiz; “agora se um pé de maconha nasce no seu quintal, fica mais difícil dizer que não há vontade, rs”.⁴⁷

Com o valor moral-penal da droga aberto à (in)definição, podemos denotar a partir de nossas reflexões anteriores, o governo Nixon por exemplo, que um dos principais elementos que valoram uma substância como fator penal (ou não) é seu atrelamento a certos consumidores-circuladores, que podem (ou não) ser compreendidos como inimigos públicos, que devem ser neutralizados através do encarceramento ou assassinato (legal) no intuito de conservar a configuração do Estado. Retomando o contraste entre maconha e cogumelo, no Brasil atual o “inimigo público número um” é a população negra e pobre do país⁴⁸ — basta cruzar a pregnância de vinculações midiáticas negro-violência-drogas (maconha e cocaína, principalmente) com o perfil da população carcerária brasileira (majoritariamente negra) ou do índice de vítimas de homicídio no país (idem) —, enquanto fazendeiros, pesquisadores e usuários pós-hippies do cogumelo nem ao menos entram no levantamento de consumo de drogas pela população brasileira.⁴⁹

45 Minuano, C. Em decisão inédita, cultivador de cogumelos é absolvido em segunda instância. *CartaCapital*, [São Paulo], 24 abr. 2025.

46 Em resposta a uma pergunta endereçada a sua Central de Atendimento em 2006 e repostada pelo usuário Texugo do site *Teonanacatl*: micologia amadora e enteogenia em 2019 a Anvisa declara que “[...] como a psilocibina e psilocina [...] são extraídas do *Psilocibe cubensis*, este também é proibido no Brasil, nos termos da Lei nº 11.343/2006”. Vale ressaltar que tais moléculas não são extraídas dos fungos, mas sim sintetizadas quimicamente. Disponível em: <https://teonanacatl.org/threads/resposta-da-anvisa-sobre-a-legalidade-do-psilocybe.17763/>. Acesso em: 26 mai. 2025.

47 *Venda de cogumelos*. [Brasil, 2021]. Reddit: r/direito. Disponível em: https://www.reddit.com/r/direito/comments/nlg6ws/venda_de_cogumelos/. Acesso em: 26 maio 2022.

48 Ferrugem, D. Guerra às drogas? *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 44-54, 2020.

49 Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, 3., 2017. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em: 26 maio 2025.

Não obstante, esse cenário de desinteresse versus predominância não significa uma ausência absoluta dos cogumelos nos tribunais. Até o momento do desenvolvimento da pesquisa, em 2022, o cogumelo, quando muito, costumava aparecer em casos como a Ação Penal nº 0024.19.121.939-3, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2020),⁵⁰ nos quais assumia papéis coadjuvantes, fosse como agravante da dosimetria ou como argumento de defesa do réu. O cerne da acusação era papel das tradicionais “drogas mais pesadas”, os elementos centrais do imaginário antidrogas.⁵¹

Nestes casos, o que justificaria a circulação discreta dos cogumelos sob o radar fiscalizador do tráfico? Podemos supor que um fator determinante seja a rede institucionalmente mercadológica que o movimenta — com compras no crédito, negociações online, CNPJ, o não encontro direto entre o fornecedor e o comprador, campanhas de marketing, os Correios, *disclaimers* legais etc. —, rede esta quase inversa à reconhecida como tráfico pela justiça — com a presença de LSD, MDMA e maconha; um ambiente de negociação público com encontro direto entre fornecedor e usuário, e ainda, a intermediação de um segundo fornecedor, anterior ao primeiro; todo o aparato que sustenta o negócio, como um endereço-depósito, máquinas de empacotamento, transações em dinheiro vivo; um imaginário racista-classista que invoca uma certa figura traficante etc.

A identidade do cogumelo é, portanto, traçada com base na medida de seu emaranhamento com outros fatiches psicotrópicos. Assim, embora a prática fiscalizadora fosse uma em relação a figuras associadas com o tráfico, a mesma em relação às lojas se mantinha curiosamente não punitiva, permitindo essa circulação tão inusitada e específica do singular cogumelo. Entretanto, nos anos subsequentes à conclusão deste trabalho, essa rede de acontecimentos-características começou a se tornar menos eficaz na sustentação dessa situação e passou a se desestabilizar com o surgimento de alguns casos inéditos que visavam justamente a discrição contrária de sua ambiguidade: se os cogumelos encontravam-se nos bastidores dessa tragédia das drogas, hoje, apontam-se holofotes justamente à sua condição de peculiares exceções.

50 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/937920815/inteiro-teor-937921075>. Acesso em: 21 maio 2025.

51 Novamente suscitando a arbitrariedade política desse imaginário, rever citação de Ehrlichman na nota 41. Para um discurso mais completo, ver os documentos originais da ONU como a *Convención Única de 1961 sobre Estupefacientes*. Nova Iorque: 1961. Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/convention_1961_es.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

Inicialmente, casos como a condenação de um homem associado ao tráfico (venda de cogumelos online) no Distrito Federal (2023)⁵² tornaram-se precedentes para o indeferimento da premissa da ambiguidade como estratégia de defesa. Se “[...] a psilocibina [proscrita] é uma substância naturalmente produzida pelo cogumelo mágico, e nele contida, como dissociar sua difusão da difusão da própria substância proibida em si?”⁵³ A acusação vai além e destaca como a circulação de substâncias proscritas é sempre indissociável de elementos não proscritos (como o THC das substâncias inusitadas dos prensados e até dos *brownies*; a cocaína dos anestésicos e até da farinha etc.). Na prática, não há tráfego de substâncias psicoativas ditas puras, isoladas, por si. Foi por equivalência a outras substâncias já estabilizadas como drogas, portanto, que destaca-se a impossibilidade de excetuar o cogumelo do entendimento do tráfico.

Mais tarde, em 2025, estimulado pelo burburinho judicial de nossa microcontrovérsia no DF,⁵⁴ o delegado Waldek Cavalcanti (Polícia Civil do Distrito Federal) extrapola o debate a um nível inédito de exposição. Mapeando um sistema de vendas conectado nacionalmente, a *Operação Psicose* (2025) ultrapassa as fronteiras da localidade de um *caso-a-caso* rumo a uma rede interestadual e a uma crescente estabilização do cogumelo-droga no imaginário público.⁵⁵

Embora a situação a princípio pareça se encaminhar para um crescente consenso criminal e um cerceamento da circulação dos cogumelos, é crucial destacar que este mesmo crescimento da vocalidade dos casos em proliferação é também, em parte, responsável por ampliar o alcance e pregnância do imaginário cogumélico oposto. Também ineditamente em 2025, um outro indivíduo, agora no Mato Grosso do Sul, acusado de tráfico de drogas por sua atuação na cena dos cogume-

52 Brasil. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 4ª Vara de Entorpecentes do DF. Inquérito Policial nº 0717767-35.2023.8.07.0001. Tráfico de Drogas e Condutas Afins. Brasília, DF, 26 abr. 2023.

53 Brasil. Superior Tribunal de Justiça (5. Turma). Agravo em Recurso Especial nº 2933426-DF (2025/0170301-2). Relator: Min. Carlos Cini Marchionatti, julgado

em 11 jun. 2025. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/4071060894/inteiro-teor-4071060914>. Acesso em: 6 dez. 2025.

54 Tavares, V. A ofensiva policial contra os ‘cogumelos mágicos’ que pode levar tema ao STF. *BBC News Brasil*, São Paulo, 6 set. 2025.

55 Como observamos facilmente na leitura de alguns artigos sensacionalistas: Carone, C.

Império dos cogumelos: PCDF destrói esquema milionário de drogas psicodélicas. *Metrópoles*, Distrito Federal, 4 set. 2025. Ou também em Okumura, R. ‘Cogumelo mágico’: como quadrilha alvo de operação produzia e enviava psicodélico para todo o Brasil. *Estadão*, São Paulo, 4 set. 2025.

los, foi inocentado justamente com base no argumento da ambiguidade, desta vez, entretanto, ressaltado em relação às suas capciosas consequências ao comportamento público em relação à venda-uso dos cogumelos mágicos, e também associado à relação entre indicadores de prejuízos/danos público-sanitários e de benefícios potenciais dos cogumelos, bem como ao seu uso em rituais contemporâneos e históricos, e até à dimensão das transformações pessoais iniciadas por seu consumo.⁵⁶ Com isso, então, abre-se oficialmente um novo precedente jurídico que rompe com a lógica punitivista e estratificante da Guerra às Drogas, “um precedente valente, técnico e humano”,⁵⁷ que indica a abertura de outras estabilizações possíveis,⁵⁸ e a persistência de uma controvérsia que permanecerá em articulação.

RELATO DE UM EXPERIMENTO PSICODÉLICO

Aqui chego ao último segmento da pesquisa, no qual finalmente me (re)conectei com o cogumelo físico na tentativa de renovar o cogumelo-fatigue após o lento desenovelamento, num enlaçamento visceral além de textos, relatos e imagens. O cogumelo existe, primeiramente, no mundo e aqui narro como este mais imediato dos encontros é justamente o que põe em movimento-gênese a malha tão profunda das subseqüentes relações que dissecamos até aqui.

O primeiro e último passo foi novamente voltar ao início (ou ao fim). Numa revisita às lojas de cogumelo, dessa vez o faço como um consumidor e me diluo mais profundamente nas redes que estudava até então com uma certa distância “desimplicada”. Após a compra e envio de cogumelos mágicos, numa noite, consumi-os com dois colegas convidados para o experimento. No início do experimento, me preocupei em tomar notas e a ficar atento em relação a tudo que se passava na nossa descontraída sessão. Entretanto, foi só mais ao final do experimento, com o abandono das notas e do método é que os elementos antes confusos da experiência começaram a se alinhar.

Vividamente, o cogumelo-fatigue não deixou de se complexificar, se estender e se transformar mesmo no momento em que nos consumimos um ao outro. Os diversos elementos-chave da — e anteriores (ou posteriores) à — minha

56 Minuano, C. Em decisão inédita, cultivador de cogumelos é absolvido em segunda instância.

57 Minuano, C. Em decisão inédita, cultivador de cogumelos é absolvido em segunda instância.

58 Ver, por exemplo: Andrade, J. J. A atipicidade dos Cogumelos Mágicos e a defesa de seu uso Ritualístico e Religioso: Paralelos com a Ayahuasca no Ordenamento Jurídico Brasileiro. *Jusbrasil*, Brasil, 12 set. 2025.

própria sessão psicodélica se tornaram, comigo e com o cogumelo, uma interface retroalimentativa e plural. Ficou claro, da forma mais complexamente simples, que o cogumelo sozinho não provoca nada ao mundo. Psicodelicamente, o cogumelo precisa de consciências para influenciar, e por sua vez, as consciências necessitam de infinitos elementos para ancorar e costurar tal experiência e mesmo justificar o relacionamento desta consciência com o cogumelo. Entretanto, para “pedir aos cogumelos que me contassem sua verdade” na minha sessão particular, diferentemente, por exemplo, do ritual de María Sabina, me situei com outros elementos: meus colegas, minha própria pesquisa, músicas, conversas, um medidor de dosagem, risos, vídeos, um marcador de página encantador, tabaco, chiclete Trident, um banho, meus olhos com um então descoberto poder de microscopia, fones de ouvido, meus gatos, meu gravador de áudio, as notas que tomava, o prisma cromático de uma lágrima, pão seco, minha casa e daí em diante.

Através destes elementos combinados ao longo de momentos que se confundiam entre as extremidades opostas de um funil, entre o pontual e o contínuo, a minha subjetividade (mais um elemento em construção da rede) costurava tudo numa experiência inteira que posso, grosseiramente, resumir no próprio ato de sentir a costura dessa trajetória através do pensamento. Em mim, o cogumelo ganhou esse novo tipo de materialidade etérea, o corpo sensível de uma quimera.

É interessante que, a despeito dessa abrangente totalidade, macrossensação que nunca saía de vista, o cogumelo ainda tomava formas pontuais a partir do entrosamento com cada elemento específico, em microssensações. O tempo, o tato, a visão, a propriocepção, o pensamento, a emoção e a fala eram muito distintos, por exemplo, entre quando eu estava concentrado, sozinho e no silêncio, e quando estava com os outros, numa conversa descontraída; diferentes entre uma experiência num dia e uma num outro. Diferentes interfaces alinham diferentes identidades para o cogumelo, todas, entretanto, girando em torno do movimento de respiração: inspirar o fora e expirar o que, a partir de quaisquer encontros particulares mediados pelo cogumelo, gerava um significado coautoral, numa repetição infinita do trânsito entre o sonhar e o despertar.

CONTAR COGUMELOS: PROJETO NARRATIVO

Até aqui, o trabalho se deu em torno de evidenciar o cogumelo alucinógeno como uma relação de cruzamentos de influência reflexiva entre humanos e não humanos, muitas vezes não convencidos em atribuir uma identidade homo-

gênea a esta rede de vínculos. O interesse deste trabalho não está na busca por uma definição fechada do cogumelo, mas sim por sua indefinição. Concluímos que há uma riqueza fluida muito potente nesse exercício de deslocar e realocar os referenciais de um fatiche, de evidenciá-lo em eternas agências ambivalentes. Em sua simultaneidade, dinamicidade e infinidade, este olhar pluralizante nos permite redimensionar estratificações unilaterais que limitam nossa flexibilidade de compor realidades desse exercício que reside o ponto central deste trabalho, conclusão para a qual nos encaminharemos sem mais delongas.

Oportunidade. Conforme seguia a indefinição do cogumelo e a prática da teoria ator-rede ganhava, para além do papel de uma técnica de pesquisa distante, um protagonismo cada vez maior, uma lacuna conceitual surgiu. A maneira como estruturei o cogumelo-fatichinho num texto me parecia cada vez mais distante de uma expressão da ator-rede. Isto porque a linearidade de um texto — de cima para baixo, da esquerda para a direita e do passado para o futuro — não dialoga com tanta sintonia com a flexibilidade estrutural que a teoria ator-rede propõe. O próprio sentido das orações, atribuindo um sujeito por vez a um predicado por vez e a ordem da ação em apenas uma via, deste sujeito em direção ao predicado, limita a simultaneidade dos encontros e o sentido duplo da agência entre sujeito e objeto.

Além disso, a esterilidade do modelo de expressão acadêmica ofuscou a participação ativa de um articulador crucial desta pesquisa: a subjetividade das experiências alucinógenas. Como há pouco concluímos, essa subjetividade permeia e costura toda a trajetória percorrida pelo cogumelo e confere uma profundidade não categórica muito particular à teoria ator-rede, na qual o véu entre o científico e o emocional deixa de existir.

Passei então a questionar se o modelo textual desenvolvido até então não trazia por si só, antes mesmo do tema trabalhado, uma oportunidade de atuação, num metaprojeto. A própria materialidade da pesquisa desenvolvida com a teoria ator-rede é um frutífero campo de inovação e reflexão sobre o fazer científico. A oportunidade de projeto estaria, portanto, na própria representação/comunicação da pesquisa realizada.

Objetivo. A partir daqui, buscaria desenrijecer tais limitações e diluir o cogumelo-fatichinho num experimento de linguagem e comunicação, propondo reflexões sobre suas possibilidades narrativas. Esse empuxo às confusões, por sua vez, nos levaria ao desdobramento de um segundo e mais geral objetivo: que este trabalho atue como um dispositivo de debate sobre os estigmas que operam a “guerra às drogas”, este fatal conjunto de violências sobre determinadas comunidades para

a manutenção do Estado e de certos fundamentos morais. Um embaralhamento imersivo e eficiente dessa discussão ultramoralizada e rígida, poderia contribuir, portanto, para o surgimento de um ambiente de novos projetos de reconfigurações possíveis da relação droga-crime-moralidade.

Solução. Para materializar esses objetivos, um veículo que permitisse uma maleabilidade comunicativa, i.e., uma liberdade estrutural maior que a de um texto acadêmico, era necessário: um média-metragem. O audiovisual é uma ferramenta extremamente versátil para contar histórias. Em suas infinitas possibilidades expressivas, essa linguagem permite que se jogue com a estrutura de uma história de forma menos cronológica ou tradicionalmente expositiva de uma sequência de ideias. Além disso, com essa linguagem, eu seria capaz de aprofundar a dimensão subjetiva da pesquisa de forma mais sensória, sensível e lírica.

Projeto. Mesmo no tópico das desorientações, um nível de direcionamento foi essencial para que minhas decisões e estratégias pudessem ser tomadas com clareza visto um tema tão difuso — realidade que, a cada avanço, trazia uma certa dose agriçoce de desafio e inconveniência; apesar de sua promessa criativa caótica inicialmente convidativa, na prática, foi uma constante experimentação entre conformar e liberar intuições. O projeto pode ser dividido em quatro etapas, mais ou menos concomitantes, todas centradas no exercício de dar forma simbólica ao conceito principal: 1) *referências projetuais*, na qual elaborei sobre os fundamentos conceituais e narrativos do curta a partir da análise de uma série de filmes; 2) *roteiro*, na qual o embaralhamento do cogumelo-fatíche foi desenvolvido a partir de um exercício modular de reestruturação; 3) *acervo audiovisual*, em que registrei as escolhas das vozes visuais e sonoras e de suas respectivas falas que contariam a história proposta; e 4) *montagem*, momento crucial de costura entre todas as etapas anteriores.

Desde o início, procurei observar o audiovisual como um recurso não categórico, ou seja, não ligado a tal ou tal expectativa narrativa, mas sim a um exercício além da forma. Como norte conceitual, tomei como base obras que justamente brincassem com um costurar histórias com mais foco na costura do que em seus retalhos; histórias que se montassem no terreno baldio da desestrutura prévia de um não gênero — como a ator-rede se monta a partir do vazio das não suposições —, como uma narrativa elucubradora que sugere, mais do que define, uma história. Numa imersão cinematográfica, cruzei com a autobiografia fantasiosa de Agnès Varda,⁵⁹ as elucubrações sobre memória de Chris

59 *Les plages d'Agnès*. Direção: Agnès Varda. Produção: Ciné-Tamaris; ARTE France cinéma. França: Les Films du Losange; Roissy Films; The Cinema Guild, 2008. 110 min. son., cor.

Marker,⁶⁰ a construção de uma memória racial brasileira a partir de uma casa-flor num documentário de Eduardo Coutinho,⁶¹ e as meditações azuis do limbo atemporal de Derek Jarman.⁶² Que texturas, sons, dramas, vídeos, objetos etc. poderiam contar o cogumelo? Que pequenas histórias contam as grandes como uma colagem de acasos lógicos?

Para cristalizar essas provocações em algum tipo de resposta, desenvolvi um roteiro-acervo. Indo e voltando em escritas e reescritas a partir de módulos temáticos, pude idealizar os visuais, ritmos e sons, minhas convenções de linguagem, que poderiam se articular, num movimento de acumulação de associações, com uma linha narrativa mais sólida em construção a partir de uma coleta de vozes, um acervo audiovisual. O roteiro e a pesquisa de acervo (*footage*) foram, portanto, simultâneos e simbióticos.

Em suma, os depoimentos e evidências, as vozes, seriam minha matéria-prima narrativa mais enxuta e essencial. Ora, só foi possível montar um roteiro, primeiramente, por conta de uma imersão na vasta trilha de vestígios deixada pelos cogumelos, na qual encontrei ou produzi as falas e imagens que comporiam o filme. Em contrapartida, só foi possível fazer uma pesquisa de acervo a partir de uma definição preliminar da narrativa e dos temas que seriam trabalhados. Estabeleci este proceder reflexivo pois era crítico que um projeto sobre uma ator-rede desse mais voz para esse (a)sujeito-objeto, do que falasse com sua própria. No

entanto, em meio a uma potencial cacofonia de vozes, decidi que um fio condutor sintonizante perpassaria todas elas: um agente do cogumelo-fatigue que, entre suas controvérsias, entra em contato com os outros agentes de forma diferenciada: *eu mesmo*, um pesquisador implicado.

A produção audiovisual referente a esse íntimo fio condutor se deu antes mesmo do início do projeto. Numa viagem com um grupo de amigos para a capital fluminense dos cogumelos mágicos — e também dos OVNI e dos gnomos —, *Arraial do Sana*, dez pessoas embarcariam juntas numa viagem lisérgica noturna numa espécie de centro histórico dos alucinógenos. Em todo canto da cidadezinha, motivos mágicos e cenas caricatas se espalhavam. Pinturas de mandalas, duendes e anões; jovens místicos vendendo arte e lendo palmas; um forró com cenografia *fractal neo*; uma carrocinha de bagels que “secretamente” vendia maconhas raras em

60 *Sans Soleil*. Direção: Chris Marker. França: Argos Films, 1983. 110 min. son., cor.

61 *O Fio da Memória*. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Lauro Escorel; Eduardo Escorel. Brasil: Sagres Cinema Televisão e Vídeo; CineFilmes; Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ), 1991. 120 min. son., cor.
62 *Blue*. Direção: Derek Jarman. Produção: James Mackay, Takashi Asai. Reino Unido: Artificial Eye; Zeitgeist Films (Estados Unidos; Canadá), 1993. 79 min. son., cor.

frente à Igreja etc. As próprias florestas, cachoeiras e estrelas participavam do estado encantado da cidade. Se este projeto viesse a requerer gravações, Sana era a locação-personagem perfeita.

Sem uma narrativa específica em mente e com a bagagem anterior de tentativas de gravações psicodélicas, optei por um processo intuitivo de captura das imagens e áudio. Como notei no experimento anterior e incorporei ao processo em Sana, notas e planos perderam a importância diante da espontaneidade do que me soava intrigante registrar: os trajetos, ou melhor, o trajetar, o fogo, as luzes, o escuro, um formigueiro, a garrafa d'água Tetê (fiel escudeira do grupo) e todo o resto. Além de instigantes a olho nu, também era instigante como a câmera traduzia o que eu via, como distorcia a profundidade dos planos e diluía as formas, confundindo-as. As gravações foram o resultado de um abraço à alucinação, o que gerou um registro profundamente coautorial, entre eu mesmo, o cogumelo e tudo que lá nos circunstanciou.⁶³ "A ação não é feita sob o controle absoluto da consciência; antes, a ação deve ser percebida como um nó, uma junta [...]".⁶⁴

Neste ponto, vale destacar de forma sintética que todas as demais escolhas e processos do projeto se baseiam neste mesmo sistema de avaliação conceitual em relação ao método de execução e às formas. As escolhas das trilhas sonoras, da tipografia e dos narradores, por exemplo, se baseiam todas no jogo de dúvida sobre os limites da artificialidade e da (in)conveniência da dicotomia que pressupõe um limite como este. "Esse som é de um órgão ou de um sintetizador? Essa voz é de um humano? Essas letras são várias ou um corpo só?"

A fase de montagem do curta, por sua vez, foi o último ato de uma decupagem multietapas, o devir essencial do filme, na qual foi possível trazer a um plano comum narrativo-audiovisual as ideias do roteiro e a produção do acervo, que já se permeavam retroalimentativamente.

[T]rata-se exatamente da feitura mais íntima da obra acabada. [É] a convergência de uma planificação no espaço [...] realizada no momento da filmagem, e de uma planificação no tempo, prevista em parte no roteiro e na filmagem e culminada na montagem.⁶⁵

63 Adicionalmente e de forma também coautorial, produzi uma série de animações com técnicas e visualidades que dialogassem com a provocação conceitual inicial da fase projetual do TCC. Como destaque, temos o uso pontual de inteligência artificial para produzir vídeos e vozes que gerassem um estranhamento e dúvida em relação à procedência do conteúdo: natural ou artificial? verdadeiro ou falso?

64 Latour, B. *Reassembling the Social*, p. 44, tradução minha.

65 Burch, N. *Práxis do cinema*. Trad. M. Pithon, R. Machado. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 54.

Aqui tornaram-se mais claras as relações entre os trechos propostos através da materialização dos princípios narrativos de oposição e harmonia (controvérsias) que no roteiro-acervo eram teóricos. A reunião de imagens e sons permitiu uma avaliação dessas relações a partir do sensível e do sensório e, a partir daí, a criação de um léxico expressivo particular. Estes princípios linguísticos permitiram criar um sistema de diálogo entre os materiais com diversas linguagens, cores, tons etc. que eram bem-vindos até certo ponto, o da forma de expressão particular de cada evidência. Com isso, apesar deste abraço ao inevitável aspecto de colagem, foi possível ter um nível de controle sobre os ruídos desejáveis e indesejáveis — como contrastes entre razões de quadro, resolução, disparidades sonoras, formatos narrativos, mídias de distribuição etc.

A decupagem foi, em síntese, uma ferramenta única de visualização e de tomada de decisões no projeto. Não a chamo de a mais crucial, pois não haveria um processo sem o outro e, portanto, não há sentido em hierarquizá-las, ou dividi-las dessa forma. Ainda assim, bem como cada processo e ferramenta contribuiu de maneira única para o todo, a montagem me permitiu um enlaçamento de todas as outras etapas num resultado singular: o média-metragem *Psicodélico Fatiche*.⁶⁶

66 Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/189869587/Psicodlico-Fatiche-Short-Film>.
Uma causalidade importante que influenciou o resultado do média-metragem foi que, após mais de um mês de pós-produção, com muitas idas e vindas e calmas reflexões sobre o desenrolar do filme, perdi o arquivo de edição e muito do *footage*. Como estava a uma semana do prazo de entrega, tive que, numa janela de cinco dias, não só reconstruir o média ao ponto em que se encontrava antes da perda, mas finalizá-lo e realizar uma quantidade significativa de refinamentos. Nisso, fui obrigado a tomar uma postura muito mais objetiva e criteriosa em relação às decisões que estavam ainda em aberto, o que se refletiu numa estrutura narrativa menos difusa, por exemplo. No fim dos cinco dias, fui capaz de contar com minha memória, que por sorte não havia sido deletada junto dos arquivos, e concluir esta missão impossível a tempo.

PSICODÉLICO FATICHE

Como resultado desta longa imersão no intrincado e fascinante cogumelo-fatiche, pude finalmente experimentar uma navegação menos rígida pelos elementos que o compõem, representando suas relações de forma aberta. Isso foi possível através de idas e vindas narrativas, nas quais a primeira instância desta investigação, o contato direto com o cogumelo, é cruzada por peculiaridades de diversos atores-redes, cada vez mais marginais ao centro da rede e que ora encontram-se em harmonia e ora em contraste e desacordo entre si. Todos esses encontros únicos geram, através dos minutos, uma acumulação de camadas sobre camadas de

associações, que são responsáveis por nos apresentar a identidade múltipla e simultânea dos cogumelos alucinógenos (os hongos sagrados, a psilocibina, o cogumelo mágico, a droga e outros).

É apenas no contraste ou confluência desses elementos que podemos compreender o cabo de guerra que define o que distingue uma identidade da outra, aproximando-as ou afastando-as. O média-metragem trabalha a elasticidade destas relações, representando-as no contraste entre seus múltiplos ritmos e tons. Ele é o registro dessas associações, que ao longo dos eventos apresentados e dos conflitos evidenciados, vai se adaptando em fragmentações cada vez mais perceptíveis até culminar numa cena final de fragmentação absoluta, que simultaneamente conclui a mesma fragmentação como um conjunto relacional retroativo.

O resultado do média, tal qual do mapeamento dos próprios cogumelos, portanto, é imediatamente fruto do coral das vozes dos atores-rede em sua atuação conjunta e embaralhada. Nesse sentido, foi crítico assumir um papel mais coautorial neste cenário e agir como um condutor sutil, afinal, como bem evidenciado, o cogumelo-fatice não é unicamente fruto da minha relação pessoal com ele. Ora, o filme faz questão de dar uma proporção de espaço muito maior a essas demais vozes em seu “estado original”, dado que a minha própria voz já tem sua prevalência inerente à minha posição de engajador da reunião desses atores e realizador do filme.

Ao fim, o *Psicodélico Fatiche* evidencia o cogumelo em sua indefinição categórica, ou melhor, não categórica. Evidencia-o como um fruto imediato e eternamente mutante de sua relação com outros atores, como algo em si e simultaneamente construído. Ao contrário do que um olhar breve e insuspeito poderia sugerir, o cogumelo é dinâmico e não estático. Esta fragmentação do cogumelo redimensiona muito significativamente seu lugar no mundo. Uma das maiores contribuições da teoria ator-rede é a possibilidade de revisitar de maneira inovadora situações-agentes há muito cristalizadas em identidades tidas como fixas. Os cogumelos, neste caso, puderam ser de uma série de estigmas e suposições que o impediram por décadas de se integrar mais profundamente a diversas outras redes. A introdução dos cogumelos em cenários como a psiquiatria, por exemplo, pode trazer grandes benefícios para a qualidade de vida de grandes grupos. Não obstante, a reimaginação dos cogumelos, bem como de outras substâncias-alvo de estigmas semelhantes, significa também uma reimaginação de diversos paradigmas da violência no mundo hoje.

Por fim, espero que a breve análise proposta por este *Psilocybe Projectus* e que seu desdobramento no dispositivo de diálogo *Psicodélico Fatiche* possa contribuir como mais uma voz no coro de virada que vem tomando forma desde o renascimento psicodélico. Afinal, mesmo se falarmos do ponto de vista de alguns anos após o início deste projeto, a situação permanece definitivamente em aberto e em fertilidade expansiva.

Belfagor e a incubadora da ESDI

Um mapeamento ficcional

Iara Brandão

Marcella Layola Porto

Laura Braga Müller

Este texto é resultado de pesquisa de iniciação científica realizada entre 2023 e 2024, sob orientação de Daniel B. Portugal e Wandyr Hagge. O trabalho contou com o apoio da UERJ e da Faperj em forma de bolsas de iniciação científica. Como parte da pesquisa que deu origem a este trabalho, Laura Müller recebeu menção honrosa na premiação da 33ª Semana de Iniciação Científica da UERJ em 2024.

Nesta pesquisa exploramos as complexidades do processo projetual pela lente da teoria ator-rede de Bruno Latour. Examinamos como atores humanos e não humanos atuam em rede na produção da realidade. O conceito de design discutido aqui vai além da ideia de projeto como algo totalmente controlado por um sujeito ou solucionável por regras preestabelecidas. Envolve a criação de redes complexas onde os atores (humanos e não humanos) negociam constantemente significados e práticas, moldando o mundo de maneiras imprevisíveis.

O programa de iniciação científica incluiu uma pesquisa empírica, para a qual o objeto escolhido foi a incubadora da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI). Ao estudar sua atuação, constatamos a impossibilidade de estabelecer

uma narrativa única sobre ela, uma vez que as compreensões do que ela é variam dependendo dos interlocutores. Para entender o modo de funcionamento atual da incubadora como parte de um projeto, a pesquisa precisou lidar com múltiplos atores que participam dele e com as disputas em torno de seus significados.

Isso traz desafios para a narrativa de apresentação de resultados da pesquisa, por dois motivos principais: (1) é preciso apresentar múltiplas compreensões e perspectivas relacionadas aos diversos atores; (2) essa multiplicidade leva a um afastamento da ideia de que o texto poderia espelhar uma realidade fixa previamente dada. Para lidar com esses desafios, e aproveitando a vocação do laboratório de design-ficção, optamos por trabalhar com um texto ficcional. O uso do texto ficcional permite explorar as complexidades e nuances das diferentes perspectivas sem a limitação de uma apresentação linear e factual. Propusemos como forma de apresentação de nossa pesquisa (composta de entrevistas, documentos, observações etc.) uma narrativa imaginativa ilustrando as interações entre os diversos atores na incubadora. Trabalhamos com personagens fictícios, desde demônios incumbidos de ajustar o ambiente aos padrões infernais, até estudantes, estagiários e gestores humanos envolvidos no cotidiano da instituição.

Usamos como referência principal para esta proposta de escrita o livro *Aramis*, de Bruno Latour,¹ que narra o projeto de um transporte público na França. Trata-se de um experimento social e tecnológico que falhou. Não por falta de tecnologia, mas por desafios de associações. O mesmo se dá com todo tipo de projeto, incluindo a incubadora da ESDI. Ela enfrenta não apenas problemas nos quais a dimensão técnica está misturada a questões de gestão, cultura, organização e relações de poder. Outra referência importante foi o conto *Belfagor*, de Maquiavel,² de onde veio o nome do protagonista. No texto de Maquiavel, Belfagor é um demônio enviado à Terra para entender os desafios do casamento e das interações humanas. Ele assume a forma humana e rapidamente se vê envolvido em problemas relacionados a complexas redes sociais, financeiras e emocionais. Sua missão fracassa, não por falta de competência, mas porque os laços sociais e as interações humanas são tão intrincados que ele não consegue controlá-los. Aqui ele ganhará uma nova missão.

1 Latour, B. *Aramis: Or the Love of Technology*. Trad. C. Porter. Cambridge, United States: Harvard University Press, 1996.

2 Machiavelli, N. *The Devil Takes a Wife, or The Tale of Belfagor*. In: ___. *The Literary Works of Machiavelli: With Selections from the Private Correspondence*. Trad. J. R. Hale. London: Oxford University Press, 1961.

BELFAGOR E A INCUBADORA DA ESDI

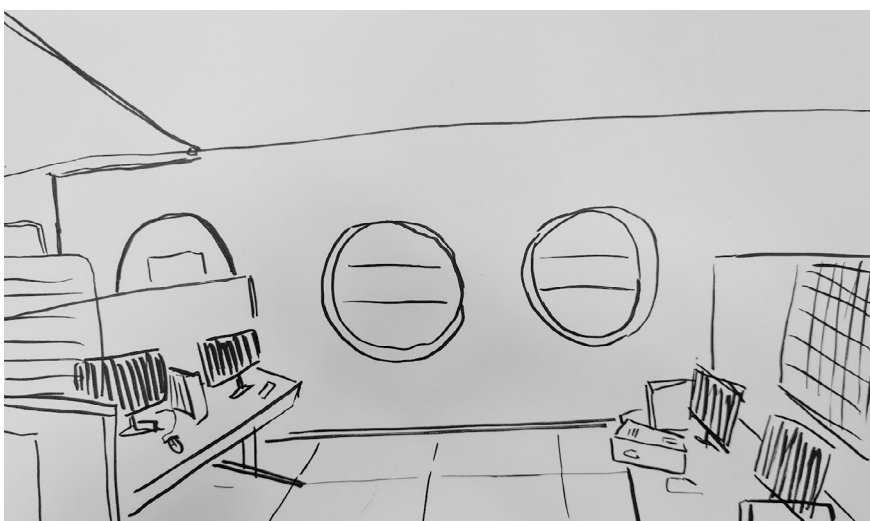
Todo mundo sabe que a especulação imobiliária é coisa do inferno. Com efeito, neste exato momento, vários demônios estão sendo expulsos de suas casas — entre eles, Belfagor, um diabo corpulento, obstinado e um pouco covarde. Com objetivo de garantir sua antiga casa na Alameda das Chamas Perpétuas, Belfagor foi realizar uma missão para os capitalistas especuladores do inferno. Foi mandado, junto com muitos outros demônios, para o mundo dos humanos. Alguns foram enviados para o norte, outros para o sul, mas Belfagor teve como destino a Escola Superior de Desenho Industrial, mais conhecida como ESDI — tida como a primeira instituição de ensino de design da América Latina, localizada no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.

Por que Belfagor foi parar lá? Tudo se deve a uma pequena incubadora que, dedicada ao crescimento e desenvolvimento de empresas, tinha ligação direta com as engrenagens do capitalismo e, assim, com os especuladores do inferno. Apesar de sua vocação infernal, a tal incubadora não estava funcionando a contento, desvirtuando poucas almas com a palavra do empreendedorismo. Os especuladores do inferno não estavam satisfeitos e enviaram Belfagor para mudar esse quadro.

Logo após receber sua missão, Belfagor se viu jogado no mundo dos humanos, em frente ao que, em breve, descobriria ser os arcos da Lapa. Olhando em volta, ficou surpreso ao descobrir que o lugar não lhe parecia assim tão diferente do inferno: não faltava gente jogada na rua, e sua condição talvez fosse ainda pior do que as de alguns danados... Sentido-se em casa, Belfagor seguiu seu caminho tranquilamente na direção de alguns muros pichados e um odor muito forte, que lembrava um pouco os cantos do inferno onde alguns demônios quadrúpedes e peludos faziam suas necessidades. Havia ali um portão que dava acesso à ESDI. Belfagor entrou e, curioso, começou a descer o boulevard que havia ali.

[Belfagor, lembrando] *Me deparei com uma construção que parecia uma grande caixa vermelha, com janelas redondas e uma escada acoplada. Uma intuição (dessas que os demônios têm) me avisou que era a incubadora. Devo admitir que, ao me aproximar dela, fiquei com certo receio do que ia encontrar lá — ou pior, de quem eu ia encontrar lá. Sei que minha aparência pode assustar, então fui adentrando silenciosamente, tomando o máximo de cuidado para não fazer barulho. Abri a porta e olhei para dentro, mas não tinha ninguém. Percebi a presença humana apenas pelas xícaras de café vazias e cadeiras de rodinha afastadas de suas mesas.*

O ambiente em que Belfagor se encontrava devia ter uns 30 metros quadrados, preenchidos por uma luz de cor fria e um ar mais frio ainda. Havia guichês, mesas, computadores, equipamentos, muitas coisas aparentemente largadas. As paredes eram brancas e o piso tinha um aspecto de novo e limpo. Belfagor pegou uma pena que tinha guardada e, molhando-a com sua saliva preta, desenhou em seu caderno.



Para entender a situação dessa incubadora que precisava ser adaptada aos padrões infernais, Belfagor decidiu voltar ao boulevard para procurar pessoas que pudessem lhe dar informações. Para isso, assumiu a forma de um aluno, esses seres típicos de ambientes universitários. Mudar de forma não era nada agradável, além de repuxar o corpo inteiro, dava um enjoo... mas Belfagor se recuperou bem desta vez e foi buscar alguém para conversar.

[Belfagor, lembrando] *Encontrei cinco pessoas no boulevard, mas ninguém me disse nada muito relevante: alguns disseram que a incubadora era o caminho para a biblioteca, que depois descobri estar logo em cima dela. Outros, que seu teto era um espaço para pegar sol, e uns, ainda, que atrás dela havia movimentações do tipo que gostamos lá no inferno.*

Depois de tantas conversas que o confundiram mais do que o ajudaram, Belfagor estava meio desnorteado. Uma garota se aproximou e lhe perguntou se era calouro. Belfagor era um novato, logo, dizer que era calouro não poderia ser considerado propriamente uma inverdade. A conversa foi fluído, com perguntas relacionadas aos motivos da sua suposta escolha de curso e universidade. Belfagor logo demonstrou seu interesse pela incubadora e percebeu que sua interlocutora se entusiasmou:

Belfagor: *E essa tal incubadora, você sabe algo sobre isso?*

Carol: *Sim, é a InESDI, sou estagiária de lá! Inclusive, em uma hora começa meu turno.*

Belfagor: *Ah, legal. E o que exatamente você faz?*

Carol: *Sou bolsista de iniciação tecnológica. Mas, para falar a verdade, nem eu mesma sei direito o que faço lá. Meu trabalho era para ser com os incubados, mas eles nem mesmo vêm aqui.*

Belfagor: *Incubados? Conheço íncubos, mas incubados...*

Carol: *Hahaha. Vou resumir porque não tenho muito tempo: os incubados são empresas que ainda estão na etapa de desenvolvimento e recebem mentoria, cursos, infraestrutura e networking da InESDI. Há algumas modalidades: os pré-incubados, que são empreendimentos que estão no nível de maturação inicial da ideia; incubados, que são empreendimentos que já têm um protótipo de uma solução, tendo testado e avaliado hipóteses, e os associados, que já têm um produto mínimo viável (MVP), ou seja, empresas que já têm um protótipo final, mas simplificado de seu produto. Elas vão à incubadora em busca de ajuda com um processo específico do empreendimento.*

Belfagor: *Entendi. Existem outras como essa?*

Carol: *Existem incubadoras por todo o mundo. No Brasil, elas costumam estar ligadas às universidades, sem fins lucrativos. São entidades que oferecem aos empreendedores orientação, formação e recursos que concretizam o projeto de uma startup, já que grande parte dessas costumam ter uma morte prematura. Além de fomentar o mercado nacional, ajudando a alavancagem de pequenas empresas, as incubadoras buscam sempre projetos ligados à tecnologia e inovação. A InESDI foi a primeira incubadora de desenho industrial surgida no Rio de Janeiro, sendo uma UDT (Unidade de Desenvolvimento Tecnológico) com projetos voltados ao design. Ela é uma das várias incubadoras da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e fica aqui na ESDI.*

Belfagor: *Mas como as empresas entram na incubadora?*

Carol: *Há sempre concursos onde algumas startups podem ganhar bolsa para serem mentoradas. Elas pagam um valor mensal, que costuma ser simbólico, exatamente pelas incubadoras não terem fins lucrativos. Os concursos são eventos onde as startups inscritas fazem seu pitch e passam por um processo seletivo, podendo entrar para uma das três categorias: pré-incubados, incubados e associados. As vagas também podem ser on-line, presenciais ou híbridas.*

Belfagor: *Ah, muito interessante. E como exatamente funcionam essas mentorias? Quem trabalha na incubadora?*

Carol: *A equipe principal é formada por um coordenador, a gestora, eu e mais outras 2 bolsistas. Cada empresa tem seu plano personalizado e é acompanhada por diversos mentores. Agora tenho que ir almoçar pra trabalhar depois — foi ótimo conversar com você. Qualquer coisa dá uma passadinha lá!*

Belfagor: *Claro, foi um prazer! Obrigado pela conversa, me esclareceu muitas coisas.*

Carol: *Só uma pergunta, porque tanta curiosidade sobre a incubadora? É muito raro me perguntarem sobre ela. Acho que inclusive a maior parte dos alunos nem sabe o que ela é.*

Belfagor: *Ah, nada não... Só curiosidade mesmo... Esse prédio vermelho me chamou logo a atenção quando cheguei aqui. Enfim... bom almoço! Foi um prazer te conhecer, Carol.*

A conversa foi esclarecedora, mas não evidenciou quais problemas Belfagor teria que resolver. As falas de Carol lhe soaram como respostas prontas para qualquer um que viesse perguntar sobre a incubadora. Ele teria que pesquisar mais a fundo. Afinal, para completar seu trabalho, ele precisaria entender esse bicho de sete cabeças — que missão do diabo!

Então, Belfagor lembrou que não é somente no inferno que se usam celulares. Sim, celulares, ou melhor, smartphones. Vocês podem não saber, mas essa ferramenta foi inventada no inferno, com o intuito de abalar a humanidade com bombas de informações, nudes e fake news. Aliviado, achando que isso resolveria em grande parte seu problema, Belfagor pesquisou “incubadora ESDI”. Seu ânimo logo desmoronou. Não havia quase nenhum resultado para a busca, apenas uma página no Instagram, no Facebook e um site com uma breve descrição. Mas, pesquisando um pouco mais, ele se deparou com um vídeo no Youtube, em que uma moça e um homem — aparentemente a gerente e o coordenador — falavam um pouco sobre a incubadora. Porém, essas falas, assim como as de Carol, soavam como uma propaganda para a incubadora, o que não o ajudaria a completar a missão.

[Belfagor, pensando] *É, vou ter que me organizar muito bem para cumprir minha missão com sucesso. Não deveria ter subestimado essa tal incubadora. Vai ser bem difícil. Pensando bem, acho que vou aceitar a proposta da Carol e dar uma passadinha lá para ver se acho mais alguém para me ajudar. Espero não a encontrar às moscas novamente.*

“Você tem interesse mesmo pela incubadora, né? Estou começando a achar que você é um infiltrado do coordenador para ver como está o funcionamento.” Foi assim que Carol recebeu risonhamente Belfagor em seu gabinete, sentada à frente do computador mexendo em planilhas e tomando uma xícara de café. Realmente, quando ele esteve ali mais cedo, esse gabinete era o único que possuía vestígios de atividade humana. Belfagor respondeu apenas que era um entusiasta do empreendedorismo e ficou feliz de saber que havia um espaço com essa finalidade dentro da instituição. Ela então lhe sugeriu procurar o professor Vandenberg, que era não somente professor de economia na faculdade, mas também coordenador da incubadora. Belfagor se espantou quando ela falou para procurá-lo no “DEMO”!

Belfagor: *DEMO?? O que é isso?*

Carol: *Hahaha, não é nada do demônio não, relaxa. O DEMO é um laboratório de pesquisa da faculdade. A salinha fica logo ali, seguindo em frente e virando à direita.*

Esperando encontrar alguma criatura que lhe lembrasse sua terra, Belfagor foi em direção ao tal DEMO. Quando chegou lá, se deparou com um homem de camisa social branca de botões, mais conhecido como Vandenberg. Descobriu então que Vandenberg é adepto a uma filosofia conhecida como “Inferno na Terra”, sendo um contratado das forças infernais, aplicando comandos demoníacos através da incubadora. Ele estuda as veias demoníacas na economia e no design e as aplica em seus projetos.

Vandenberg, como todo economista, tinha um lugar especial guardado no inferno. A ironia não escapa a Belfagor, que pensa que os economistas são frequentemente responsabilizados por problemas como a especulação imobiliária (mas Belfagor sabia que a culpa era dos demônios).

Vandenberg: *Já sabia que você viria, Belfagor. Fui eu que solicitei sua ajuda pelo SAC INFERNAL.*

Belfagor: *Oh, meu Deus! E eu todo nervoso! diz gargalhando.*

Vandenberg: *Deus?! Você está pegando rápido demais essas manias humanas... Enfim, te convoquei aqui porque temos muitos problemas a resolver. A incubadora está caindo aos pedaços. A quantidade de incubados é menor a cada ano que passa. Assustador, não é?*

Belfagor: *Muito. Mas ainda estou confuso, preciso entender melhor a história desse espaço e o que aconteceu para a InESDI estar onde está hoje...*

Vandenberg: *Sim, sim. Belfagor, me diga uma coisa: você conhece o Latour?*

Belfagor: *Não faço ideia... É algum santo?*

Vandenberg: *Algo parecido. Ele tem uma teoria conhecida como teoria ator-rede. Ela examina como atores humanos e não humanos interagem em redes dinâmicas para produzir efeitos. A teoria trata esses elementos sem privilegiar apenas um, destacando a importância das interações e negociações para formar redes estáveis. Atores influenciam uns aos outros dentro dessas redes, e pontos de passagem obrigatórios são críticos para manter a coesão. A realidade é continuamente produzida através dessas interações. Para te ajudar, sugiro que você tente examinar a incubadora por meio dessa teoria. Agora preciso ir, tenho uma prova maliciosa para aplicar aos meus queridos alunos e fazê-los todos chorar. Até mais e bom trabalho.*

Sorridente com a conversa, Belfagor se sentiu um pouco mais confortado e voltou à incubadora para continuar sua investigação. Olhando os pequenos detalhes, ele se depara com um porta-papel pendurado na parede e retira um documento de dentro, que não parecia ter sido tocado por muito tempo. Era uma portaria — nome que os burocratas dão a um ato administrativo que institui alguma coisa, neste caso, a InESDI. Belfagor começa a ler em voz alta um item que prometia aos incubados pacotes Office, Adobe, rede telefônica e outros serviços para todos os incubados. Belfagor ouve uma risada ao longe e uma menina comenta:

Nada que está nesta portaria nos é garantido.

Curioso, Belfagor se aproxima e eles começam a conversar. A menina se apresenta como Alice e explica:

Alice: *Não temos pacotes Adobe ou Office. Existem muitos problemas nas mentorias e na gestão.*

Belfagor [interrompendo]: *Desculpe, mas o que é Adobe?*

Alice: *Nossa, mas você é calouro? São programas de computador, como os de edição de imagens. Enfim, não temos aqui. Acho que é um problema de gestão. Apesar disso, Valerius, o gestor anterior, era muito bom. Ele fez várias coisas para melhorar a incubadora. Saudades, inclusive.*

Belfagor: *Valerius?*

Alice: *Sim, ele saiu durante a pandemia, me disseram que ganhou um emprego muito bom em São Paulo. Desde então, esse lugar ficou meio largado, embora tenhamos uma nova gestão. Enquanto o Valerius estava aqui, sempre recebíamos visitas de pessoas que ajudavam bastante nos nossos projetos e nos impulsionavam a sermos melhores empreendedores.*

Belfagor: *E onde consigo encontrar esse humano? Gostaria muito de conversar com ele.*

Alice: *Tenho o contato dele! Posso te enviar. Você tem interesse pela incubadora, né? A Carol chegou a comentar sobre você na hora do almoço. Eu sou incubada, se tiver qualquer dúvida, pode falar comigo.*

Neste momento, Alice trabalhava em um projeto para promover educação socioemocional infantil de forma lúdica. Impressionante como algumas pessoas conseguem desvirtuar um projeto maligno para fazer bondades.

Alice passou a Belfagor o contato de Valerius. Ele logo o contactou, explicando que estava fazendo uma pesquisa sobre a incubadora. Não foi difícil marcar uma videoconferência. Belfagor se dirigiu para uma área externa, atrás da incubadora, onde não havia ninguém. Enquanto caminhava para lá, Valerius respondeu, mencionando que, por acaso, havia terminado todas as suas tarefas de trabalho mais cedo e que, se Belfagor quisesse, estaria disponível para uma entrevista on-line naquele exato momento. Foi um baita golpe de sorte. Belfagor respondeu prontamente, confirmando o interesse, e então se encontraram por videoconferência.

Belfagor: *Oi, Valerius, como vai? Prazer em conhecê-lo.*

Valerius: *O prazer é todo meu, tenho muito carinho pela incubadora e todos que trabalharam lá comigo, foi um trabalho difícil, mas do qual tenho orgulho.*

Belfagor: *Ah, que legal. Bom, como eu te mandei por mensagem, estou fazendo uma pesquisa sobre a incubadora e entrevistando algumas pessoas. Seu nome foi mencionado, destacando sua importância para a gestão dela por um bom período de tempo. Você poderia falar um pouco de como você entrou na incubadora e como foi sua experiência?*

Valerius: *Claro! Eu me formei em administração e meu mestrado foi sobre processos de internacionalização do design. Quando eu o terminei, o Capeto, diretor na época, me chamou para administrar a incubadora. Como tinha tudo a ver com meu mestrado, decidi entrar como gerente. Quando comecei na incubadora, ela ocupava metade daquela “caixa vermelha”. Tinha tido apenas o primeiro processo seletivo de empresas, em 2010, se não me engano, pelo qual as empresas Habto e a Fibra Design entraram como incubadas.*

Belfagor: *Como assim “metade daquela caixa vermelha”?*

Valerius: *Ah, claro! Acho que você não sabe disso... Esse prédio se chamava Motolab. Ele nasceu por um projeto em parceria com a Motorola, no qual celulares da marca foram doados à Universidade para serem usados pelos alunos, mas acabaram caindo em desuso com a revolução dos iPhones. A Motorola também financiou a equipagem de uma máquina de impressão 3D, e o prédio foi projetado pelo RUA Arquitetos. Ao ser aprovada como um programa acadêmico, a incubadora não tinha onde ficar e acabou dividindo essa “caixa vermelha” com o laboratório de prototipagem, que até então ocupava o lugar. Na época, o laboratório estava todo mofado. O deck que levava pra biblioteca também estava todo podre por ser de madeira e pegar chuva. A ESDI esperava que a UERJ conseguisse os recursos para uma reforma, mas a Universidade tinha outras prioridades. Então nós da incubadora escrevemos um projeto para ampliar suas instalações em 2016 e conseguimos. Inicialmente, a ideia era comprar dois contêineres para a incubadora, mas, quando o dinheiro entrou, comprei um contêiner e negocieei com o professor responsável pelo outro laboratório para que ele se transferisse para lá, de modo a deixar todo o espaço para a incubadora. Reformamos o deck e fizemos a área de convivência atrás da incubadora.*

Belfagor: *Realmente, o espaço da incubadora tem uma infraestrutura muito boa. Mas porque ela está sempre vazia?*

Valerius: *Isso é uma questão complicada... Na época em que fizemos essas reformas, o espaço era muito utilizado. Tudo era muito físico, muito presencial, as empresas estavam sempre lá. Mas, por conta da pandemia, o movimento parou. Quando eu saí, por volta dessa época, estávamos na seguinte discussão: a incubadora tem três salas, ou seja, três empresas. Essas empresas vão ocupar espaço lá por no mínimo dois anos. Se todos os processos fossem on-line, bem definidos, com recursos, internet e consultores, poderíamos ter 10, 20, 30 incubados. No último edital que fizemos, eu criei o incubado virtual, porque o sucesso de uma incubadora depende do número de empreendimentos que ela coloca no mercado. Se quiser saber mais sobre estas questões, o professor Bretanha, ex-coordenador da incubadora, pode te ajudar*

a esclarecer um pouco sobre esse momento pandêmico que nos afetou bastante. Ele costuma ficar na sala ao lado do Centro Acadêmico da faculdade.

Belfagor: Ah, muito obrigado. Vou procurá-lo depois. Mas, retornando a conversa, pelo que entendi, hoje em dia, além das questões pós-pandêmicas, também há um problema de gestão.

Valerius: De fato, isso é uma questão importante, mas que não deveria ser complicada de se resolver. Nada do que eu fiz saiu da minha cabeça. Eu sempre segui o modelo CERNE da Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores). No início dos anos 2000, o movimento brasileiro de incubadoras de empresas vinha crescendo muito, então a Anprotec se viu na necessidade de formar um modelo para que as incubadoras de diferentes áreas e tamanhos pudessem utilizar elementos básicos para reduzir o nível de variabilidade na obtenção de sucesso. Juntamente com o Sebrae, ela criou o Modelo CERNE, baseado em experiências bem sucedidas nacional e internacionalmente para ajudar as incubadoras a atingirem um maior impacto do processo de incubação de empresas no país. O CERNE abrange três níveis: o empreendimento, o processo e a incubadora. A incubadora deve ter todos os seus processos organizados: dizendo o que faz, fazendo de acordo com o que disse que ia fazer e comprovando que fez de tal maneira. Ou seja, tendo evidências. Eu comecei a organizar a incubadora me baseando nesse processo. Portanto, qualquer gestor deve segui-lo para administrar uma incubadora de sucesso.

Belfagor: Caramba, muito interessante. Não conhecia o CERNE... Mas voltando um pouco à conversa, você pode falar um pouco de como funciona o processo de seleção dos incubados?

Valerius: Claro! O processo começa com a publicação inicial de um edital, que qualquer um pode participar. Inclusive, toda empresa, para ser incubada, precisa participar do processo seletivo. Às vezes, algumas pessoas me pediam para incubar certa empresa por ser indicada por alguém importante ou qualquer coisa do tipo, mas eu sempre reforçava que só é possível entrar na incubadora a partir do processo seletivo. A banca então avalia e seleciona as empresas a serem incubadas de acordo com critérios muito bem estabelecidos. Ao serem selecionados, todos os incubados pagam para estar na incubadora. Há uma taxa associativa para comprar materiais como água para máquina de corte a laser, filamento e manutenção da impressora 3D, materiais para impressora normal etc. Logo que foi formada a incubadora, a comunicação do edital não foi de amplo conhecimento, então só quem entrava era ex-aluno da ESDI. E isso foi uma coisa que a gente trabalhou em cima, e hoje qualquer um pode entrar na incubadora, assim diversificando os incubados.

Belfagor: *Entendi. E após ser selecionada, como é o processo de incubação?*

Valerius: *Os incubados recebem infraestrutura, mentorias, cursos e networking. As mentorias são talvez a parte mais importante, onde pessoas especializadas ajudam os projetos a crescerem e se desenvolverem. Os consultores podem ser fixos em temas específicos (como em gestão, capital, perfil empreendedor etc.). Mas a empresa pode pedir uma consultoria mais específica, que não esteja mapeada. Então, meu papel é ir atrás de um consultor que sirva a demanda. No final do período de incubação, a empresa é lançada no mercado.*

Belfagor achou muito estranho. Se a incubadora era tão organizada e bem estruturada, por que estava tão vazia e ninguém sabia ao certo o que funcionava ali? Decidido a entender melhor essa história, a criatura decidiu procurar mais incubados para obter uma visão mais prática e atual da situação.

Belfagor: *Valerius, agradeço muito pelas informações. Foi realmente esclarecedor. Mas me diga, há algum incubado atual com quem eu poderia conversar para ter uma perspectiva mais recente do funcionamento da incubadora?*

Valerius: *Claro, deixa eu ver... Ah, você pode falar com o pessoal da Depraxis: Casé e Ale. Eles são um dos incubados atuais e têm um projeto interessante de inovação. Vou te passar o contato deles.*

Belfagor: *Perfeito, obrigado novamente. Vou entrar em contato com eles.*

Belfagor decidiu então enviar uma mensagem para eles e, enquanto esperava por uma resposta, procurar pelo professor Bretanha. Ele se dirigiu ao boulevard e perguntou a um aluno que passava se o professor estava pela ESDI. Para sua felicidade, a resposta foi sim. Belfagor se dirigiu até a sala do professor e o encontrou sentado em uma mesa, em frente ao computador. Ao falar com ele, explicou que estava fazendo uma pesquisa sobre a incubadora e que seu nome havia sido mencionado por Valerius. Bretanha se mostrou interessado e, sempre de forma simpática, aceitou dar a Belfagor uma pequena entrevista.

Belfagor: *Obrigado por ceder um pouco de seu tempo! Bom, eu soube que você foi coordenador da incubadora por um longo período. Me conte um pouco de como foi sua experiência.*

Bretanha: *Isso mesmo. Eu fui coordenador da InESDI de 2011 a 2023. Eu era vice-diretor da ESDI quando o Capeto entrou em contato comigo para perguntar se eu poderia ajudar na administração da incubadora, pois ela não estava funcionando do jeito que deveria. Naquela época, duas empresas habitavam esse local, a Fibra Design e a Habto. Nós mudamos o local em que a incubadora ficava, que na época era em alguma sala pelo boulevard — na verdade não me recordo bem. De qualquer forma,*

a transferimos para o local atual, o Motolab. Fizemos reformas que duraram meses. Mudamos a gerência, pois o funcionário técnico da UERJ não tinha muito tempo para se dedicar. Porém, a contratação durou apenas alguns meses e a gerência foi mudando frequentemente até finalmente acharmos o Valerius, com quem você conversou.

Belfagor: Caramba, parece que esse problema de gerência assombra a incubadora.

Bretanha [esboçando um riso]: É complicado mesmo... É difícil que haja uma equipe coesa, que funcione bem junta. A estrutura administrativa precisa estar ligada à gestão, com apoio do coordenador, montar uma equipe, que necessita de colaborador, técnicos administrativos, bolsistas — na área de design, contábil, design gráfico para as redes sociais... A estrutura administrativa tem essa natureza complexa e leva muito tempo para o gerente construir estabilidade com a equipe. A incubadora, embora tenha sido criada em 2007, é um fenômeno novo, tanto na ESDI, como na UERJ. O Valerius conseguiu torná-la uma UDT em 2012, o que possibilitou a criação das bolsas Qualitec, uma forma de remunerar o gerente da incubadora. É muito interessante, porque essa bolsa equivale ao valor de uma bolsa de doutorado. Com isso, ela mantém o gerente um pouco mais tempo trabalhando. Isso aconteceu no caso do Valerius, e foi a maneira de estabilizar a gestão. Durante alguns meses da pandemia, essa estrutura foi complicada, mas, felizmente, a incubadora continua como UDT.

Belfagor: É interessante ouvir isso, porque minha visão estava muito focada no problema da gestão. Mas há diversos outros fatores que implicam na situação.

Bretanha: Claro que isso também é um grande complicador. Mas se fosse somente por esse fator, era só contratar outra pessoa e o problema estava solucionado. Há também um outro empecilho muito forte... Imagino que o Valerius tenha comentado sobre o CERNE, certo?

Belfagor: Comentou sim.

Bretanha: Então, quando eu entrei aqui, a incubadora funcionava de forma muito informal. A Habto e Fibra Design eram incubadas de acordo com os interesses da Escola e das pessoas que montaram o projeto da InESDI. Então, nós vimos a necessidade de formalizá-la, desenvolvendo editais. Esses precisam ser modificados periodicamente, até porque os incubados têm um tempo pré-estabelecido de incubação. Hoje em dia são dois anos e, dependendo do projeto, pode aumentar em um ano. Porém, esse prazo de três anos é longo demais. De acordo com a Anprotec e o CERNE, se deve fazer com que o empreendimento agilize o seu processo. O ideal seria que as empresas se graduem em um ou dois anos no máximo, para que elas fiquem aptas para entrar no mercado o mais rápido possível. Além disso, apesar de persistir na incubadora,

o CERNE também tem suas complicações. Existem vários indicadores que devem ser demonstrados para que ele seja emitido para a incubadora, e, infelizmente, isso não vem acontecendo desde a pandemia.

Belfagor: *E o que seriam esses indicadores?*

Bretanha: *Desde consultorias até a divulgação e contatos com instituições de todos os setores, formulação de palestras e seminários, quantos empreendimentos se graduam e ganham o certificado. Como eu disse antes, mesmo tendo feito diversas reformas — comprado equipamentos novos, montado uma sala de reunião, aumentado o espaço — o local físico da incubadora mal é utilizado porque, desde a pandemia, há uma tendência de trabalhar remotamente.*

Belfagor: *Realmente, são muitas questões... Bom, não vou tomar mais de seu tempo. Muito obrigado pela conversa, professor.*

Belfagor se despediu e percebeu que, quanto mais estudava a incubadora, mais se via enroscado em uma complicada trama. Então, ele lembrou da mensagem que tinha enviado a Depraxis e logo checkou seu celular. Na mensagem que enviou a Casé e Ale, Belfagor explicou que estava fazendo uma pesquisa sobre a incubadora e gostaria de entender melhor como era a experiência de uma empresa incubada. Para sua surpresa, ele já havia respondido, e uma reunião com um dos sócios, Casé, foi agendada para o final da tarde.

Belfagor: *Olá, Casé. Agradeço por disponibilizar um tempo para conversar comigo. Gostaria de entender melhor sobre a Depraxis e a experiência de vocês na incubadora. Pode começar me contando um pouco sobre o projeto?*

Casé: *Claro, Belfagor. A Depraxis foi criada para evitar a evasão escolar, focando em soluções duradouras e personalizadas. Nossa plataforma integra diferentes ambientes para atender às necessidades das crianças, envolvendo tutores, professores, direção escolar, secretaria da educação, pais e considerando também o ambiente onde a criança vive, além de fatores econômicos.*

Belfagor: *Interessante. E como a plataforma atua quando a escola detecta um problema com uma criança?*

Casé: *Quando a escola identifica um problema, a professora acessa a plataforma para verificar o que está acontecendo. A escola, então, se comunica com todos os órgãos envolvidos para ajudar a criança a se ajustar melhor ao seu meio social. Por exemplo, se uma criança está constantemente faltando às aulas, a professora pode usar a plataforma para registrar a ausência e marcar como um problema potencial. A partir daí, a plataforma notifica automaticamente os tutores e a direção escolar. Se for necessário, também pode acionar a secretaria da educação e até mesmo sugerir uma*

visita dos assistentes sociais à casa da criança para entender melhor o que está acontecendo no ambiente familiar. Ao mesmo tempo, a plataforma pode oferecer sugestões de atividades personalizadas para ajudar a reintegrar a criança na escola, como um plano de acompanhamento com reforço escolar ou atividades extracurriculares que despertem o interesse da criança.

Belfagor: Pelo que entendi, vocês têm uma abordagem bastante completa. Mas me conte, como tem sido a experiência de vocês na incubadora?

Casé: Boa, no primeiro ano tivemos muito apoio e recursos. A incubadora estava sempre em contato conosco, oferecendo mentorias, infraestrutura e networking. Foi um período muito produtivo.

Belfagor: E como está sendo agora? Vocês ainda recebem o mesmo apoio?

Casé: Na verdade, nos últimos anos, temos sentido uma certa falta de comunicação e suporte. A incubadora ficou sem falar conosco por seis meses, o que foi bastante desafiador.

Belfagor: Isso é preocupante. A falta de comunicação com certeza pode impactar negativamente o desenvolvimento dos projetos...

Casé: Sim, por isso precisamos de uma gestão mais próxima e ativa, que compreenda as necessidades dos incubados. A comunicação constante é essencial, assim como o suporte da UERJ, que também tem sido insuficiente. Além disso, uma maior integração entre os incubados ajudaria a criar um ambiente mais colaborativo.

Belfagor: Entendo. E qual foi a principal diferença que vocês notaram entre o início e agora?

Casé: No início, tudo era muito organizado e tínhamos bastante suporte. Mas agora, com a falta de comunicação, sentimos que estamos navegando sozinhos. Isso impacta nosso progresso e a qualidade do trabalho que podemos entregar.

Belfagor: Agradeço muito pelas informações. Isso realmente ajuda a entender melhor os desafios que vocês enfrentam.

Casé: Obrigado, Belfagor. Estou à disposição para qualquer outra informação que você precisar. Boa sorte com sua pesquisa!

Após todas essas conversas, Belfagor começou a perceber a grande variedade não apenas de elementos, mas também de pontos de vista que contribuem para que a incubadora estivesse funcionando daquela maneira específica. Lembrou então de alguns pontos da tal teoria ator-rede, sobre a qual Vandenberg havia falado anteriormente. Tratava-se, afinal, de uma teoria que procurava entender um objeto em sua complexidade e multiplicidade. Belfagor resolveu marcar uma nova conversa com Vandenberg.

Belfagor: *Vandenberg, agora eu entendo que a teoria ator-rede nos mostra que, em um sistema complexo como a incubadora, não há problemas que surgem de um único fator ou agente. Eles são o resultado de múltiplas interações entre diferentes elementos da rede. Ou seja, a incubadora não está enfrentando um único problema isolado, mas sim uma série de desafios interconectados, que precisam ser compreendidos em conjunto. Quando olhamos para os desafios da incubadora, vemos que as dificuldades financeiras, a inação de alguns, a desconexão com o mercado, a comunicação confusa, os problemas burocráticos e até mesmo a desmotivação das startups participantes estão interligadas. Não basta tratar apenas um sintoma. Precisamos de uma solução integrada que considere a dinâmica da rede inteira. Esse é o princípio que vou usar para elaborar um plano que pretendo apresentar a você em duas semanas. Vamos fortalecer os pontos fracos da rede e maximizar as conexões para permitir uma ação conjunta mais efetiva.*

Belfagor então pegou um conjunto de documentos e esboços, pronto para detalhar um plano. O tempo parecia passar mais devagar, e as conexões que antes faziam sentido começaram a parecer desordenadas. Ele trabalhou diligentemente, conectando os pontos, ajustando estratégias e considerando todas as variáveis. Após horas de esforço intenso, Belfagor finalmente colocou o ponto final em suas anotações e organizou tudo em uma pilha ordenada e se recostou na cadeira, exausto.

[Belfagor pensando]: *É isso!*

Mas, ao olhar para o trabalho concluído, uma sensação de incerteza começou a surgir.

[Belfagor pensando]: *Será que os humanos e não humanos vão fazer esse plano se tornar prática? Será que é possível organizar uma rede a partir de um plano?*

Sem saber as respostas, Belfagor decidiu que valia a pena tentar implementar ao menos algumas de suas ideias, nem que fosse somente para ver como os atores reagiam. O primeiro movimento em sua missão foi dado. Agora — percebeu Belfagor — ele também se situava como um ator importante para fazer a incubadora se tornar aquilo que ela poderia ser.

Sua parte estava feita, ou pelo menos, até onde era possível. Guardou os documentos, mas o leve aceno de cabeça que fez ao sair da incubadora foi mais de incerteza do que de conclusão. Ao voltar para a Alameda das Chamas Perpétuas, onde sua presença era novamente requisitada, sentia o peso do que ainda estava por vir. Ao cruzar os portões infernais, refletiu sobre o que havia aprendido na Terra — as redes estavam longe de se estabilizar, e ele sabia que sua ausência poderia gerar novas tensões.

Embora soubesse que seu trabalho ainda ressoaria, Belfagor não tinha certeza de que havia proporcionado algo duradouro. Tudo dependia da forma como lidariam com o que ele deixou para trás. As associações que propôs eram frágeis, e caberia a outros atores estabelecê-las, mantê-las, desdobrá-las ou deixá-las se desfazerem. Ele não havia completado sua missão, e talvez essa fosse a única certeza que lhe restava.

Posfácio

A quem chegou até aqui, convidamos a fazer aquela pergunta que podemos considerar fundadora dos programas de pesquisa em design: *como* estudar o design?

Essa pergunta pairava, no início da década de 1990, nas salas e oficinas das escolas de desenho industrial. Naquele tempo, no Brasil, não havia programa de pós-graduação, muito menos pesquisa em design. A ideia de que projetar era uma forma de ciência ou de arte aplicada conformava o campo como um *fazer*, algo que acontecia apenas sobre as pranchetas, dentro das oficinas, nos estúdios. Desde então — e não sem disputas e controvérsias — mestrados e doutorados *stricto sensu* nessa área foram criados, e fazer pesquisa em design passou a ser uma possibilidade concreta para quem deseja construir conhecimento nesta disciplina que já foi sinônimo de prática. A pesquisa em design passa, assim, a encontrar suas formas, tão diversas quanto são os objetos aos quais se aplica, e indagar *como* fazê-la permanece uma questão importante para qualquer um que faça parte de programas de pesquisa em design.

Em 2005, tem início o Programa de Pós-Graduação em design da ESDI-UERJ, com a criação do mestrado, seguido pelo doutorado em 2013. Ao longo dos anos, pesquisas em design multiplicaram-se, aprofundaram-se e articularam-se com a graduação através de laboratórios e iniciações científicas. Neste livro, foi apresentada uma resposta possível para a questão de saber como estudar o design — uma resposta situada, derivada dos trabalhos de um laboratório de pesquisa (o Dæmon) que integra o Programa de Pós-Graduação em design da ESDI. Trata-se de uma resposta inspirada pela teoria ator-rede, apresentada por meio de um conjunto de trabalhos desenvolvidos no mencionado laboratório.

Ao olharmos para esses trabalhos todos juntos, percebemos, de saída, duas coisas: (1) os objetos sobre os quais eles falam são heterogêneos — cogumelos alucinógenos, batalhão de operações policiais, redes agroalimentares, incubadora da ESDI — e (2) as pesquisas aconteceram em quatro etapas diferentes da formação

de um pesquisador — iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, mestrado e doutorado. Essas percepções confirmam que a teoria ator-rede é muito mais um *como?* do que um *o quê?*, ela é um *modo* de pensar e falar sobre as coisas, não importa quais, descrevendo-as como redes pelas quais fluem as múltiplas atuações necessárias para que algo venha a existir de certa maneira. Isso se mostra especialmente sedutor para pesquisadores em formação. A teoria ator-rede é um caminho fértil, a ser trilhado por quem quer *pensar* o design de maneira situada, entendendo que pensar é também uma forma de fazer. De fato, as pesquisas em design apoiadas na teoria ator-rede reaproximam, produtivamente, o pensar e o fazer, rompendo com a dicotomia entre sujeito (projetista, pesquisador) e objeto (o projeto, a pesquisa) através de uma compreensão relacionista, uma vez que o sujeito-pesquisador-projetista também é parte da rede que conforma o que é pesquisado e/ou projetado.

As pesquisas apresentadas neste livro avançam uma concepção de design que inclui as incertezas da dimensão política manifestadas nos objetos sobre os quais cada uma delas se debruça. Podemos perceber como a política, a negociação, as associações e dissociações, as atuações de seres humanos e também de atores não humanos são inseparáveis de todo e qualquer projeto, seja ele um clássico projeto de design de produto, identidade visual, mobiliário, website, uniforme de trabalho, ou coisas como a rede agroalimentar, a guerra urbana carioca, os cogumelos alucinógenos, a incubadora da ESDI. Todos esses objetos são entendidos como projetos que, para existirem, dependem dos esforços estabilizadores (ou desestabilizadores) de muitas partes interessadas.

Os modos modernos de pensar o design supunham que as decisões projetuais podiam se apoiar sobre questões de fato. Isso estabelecia um âmbito objetivista para o projeto, externalizando os demais atores como parte de um “contexto” que impactaria o design de fora: são os famosos “contextos” políticos, econômicos, sociais etc., até hoje evocados por toda parte. Nas pesquisas aqui apresentadas, o design é pensado de outra maneira: a partir dos passos tímidos que conectam um ator-rede a outro, por meio dos quais podemos percorrer a densa rede de associações que conforma um objeto qualquer.

As pesquisadoras e os pesquisadores em design cujos textos compõem este livro se aventuraram a explicitar a rede que atua no processo de conformação de seus objetos de pesquisa, levando em conta barganhas, contingências, resistências, bifurcações, incertezas e imprevisibilidades em determinada composição de realidade comum. Nesse caminho, o resultado da implementação de um

projeto — o “artefato” — será sempre provisório: mais um ator que participará da ação projetual. Ao delinear atores, ao explicitar o processo por meio do qual esses atores são colocados e mantidos em existência, ao mapear e narrar atuações e interesses, as pesquisas em design apoiadas na teoria ator-rede evidenciam o caráter composicionista dos projetos de design, sem, contudo, reivindicarem-se como (mais um) método de design. Não é de falta de métodos projetuais que padecemos, mas da falta de amplitude de pensamento que permite entender que aquilo que projetamos é também projetado por outros atores, e, sobretudo, que o que projetamos nos projeta de volta, compondo a realidade comum.

Sobre os autores

Daniel B. Portugal

Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, com estágio de pós-doutoramento no Departamento de Artes e Estudos Culturais da Universidade de Copenhagen. Professor Associado da ESDI-UERJ, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Design e coordena o Dæmon: laboratório de ficção, filosofia e educação no design, o qual fundou, com Wandyr Hagge, em 2018. E-mail: dportugal@esdi.uerj.br.

Flávia Soares

Doutora em design pela ESDI-UERJ. Mestre em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ. Graduada em desenho industrial pela ESDI-UERJ. Integrante do Dæmon. E-mail: flaviasoares7@gmail.com.

Iara Brandão

Graduanda em design pela ESDI-UERJ. Integrante do Dæmon, em que foi bolsista de iniciação científica. E-mail: iaracbrandao1234@gmail.com.

Laura Braga Müller

Graduanda em design pela ESDI-UERJ. Integrante do Dæmon.
E-mail: laura.muller.braga@gmail.com.

Laura Gadelha

Graduada e mestre em design pela ESDI-UERJ. Ingressou no Dæmon em 2018, como bolsista de iniciação científica. Em 2021, defendeu o TCC *Casulo: brechós e customização como práticas sustentáveis* e, em 2025, a dissertação de mestrado *Bope como projeto: design, guerra e cidade*.
E-mail: laura.gadelha.silva@gmail.com.

Marcella Layola Porto

Graduanda em design pela ESDI-UERJ. Foi bolsista de iniciação científica no Dæmon. E-mail: marcellalporto@hotmail.com.

Miguel Sarzeda

Graduado em design pela ESDI-UERJ, atua como diretor de arte. Ingressou no Dæmon em 2020, como bolsista de iniciação científica. Em 2023, defendeu seu TCC. E-mail: msarzeda@esdi.uerj.br.

Este livro foi finalizado em março de 2026. Em seu projeto gráfico, foram utilizadas as famílias tipográficas Open Sans e Lapture.

Como estudar design a partir da teoria ator-rede? Este livro busca responder a essa questão ao reunir cinco textos resultantes de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Daemon: laboratório de ficção, filosofia e educação no design. Tomando como referência a teoria ator-rede, tal como desenvolvida por Bruno Latour, os capítulos oferecem um panorama das possibilidades analíticas que essa abordagem abre para os estudos em design, explorando diferentes objetos e questões.



DAEMON
Laboratório de ficção, filosofia
e educação no design



| PPDESDI



ISBN: 978-65-992238-5-3



9 786599 223853